



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 28 minutos.

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [389/XVII/1.ª](#) (PS) — Cria o Programa «Voltar a Casa», para dar resposta às pessoas que se encontram nos hospitais com alta clínica a aguardar vaga em respostas sociais e [427/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria o Programa «Alta Digna» e estabelece respostas integradas para situações de internamento social, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [544/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às unidades de cuidados continuados integrados no ano de 2026, [580/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo medidas urgentes para eliminar os internamentos sociais e assegurar respostas sociais em tempo útil através da segurança social, [582/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao governo a adoção de medidas para a eliminação dos internamentos sociais de

recém-nascidos, [589/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados, [590/XVII/1.ª](#) (L) — Reduzir permanências hospitalares após alta clínica através do reforço das respostas sociais e dos cuidados continuados e domiciliários, [593/XVII/1.ª](#) (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, promovendo a transição das pessoas em situação de internamento social e [596/XVII/1.ª](#) (BE) — Redução dos internamentos sociais pelo reforço da oferta pública através da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Irene Costa](#) (PS), [Leonor Cipriano](#) (PSD), [Cláudia Estevão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Patrícia Nascimento](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL),

Filipe Sousa (JPP), Sandra Pereira (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 45/XVII/1.^a (IL) — Alteração ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 100/XVII/1.^a (PAN) — Assegurar uma maior celeridade da justiça administrativa e fiscal, alterando diversos diplomas, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 587/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo que adote um plano de emergência para a reforma estrutural da jurisdição administrativa e fiscal e 595/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova o sistema de pré-mediação como mecanismo de tentativa de conciliação entre a AIMA e os cidadãos. Intervieram, a diverso título, os Deputados Rui Rocha (IL), Manuel Magno (CH), Pedro Delgado Alves (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Muacho (L), João Paulo Graça (CH), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Paulo Edson Cunha (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Fabian Figueiredo (BE).

Apreciaram-se os Projetos de Resolução n.ºs 528/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação de um programa nacional de distribuição de kits de emergência, 549/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a criação de guias de emergência impressos para distribuição às famílias portuguesas e a designação de um canal de rádio público como referência para comunicação em situações de catástrofe, 554/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para o reforço da resiliência e continuidade dos serviços essenciais e das infraestruturas críticas, 574/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo o reforço dos geradores em infraestruturas essenciais e o aumento da resiliência dessas infraestruturas em situações de emergência, 575/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que reforcem a resiliência da população e a melhoria da comunicação da proteção civil em eventos meteorológicos extremos, 583/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da preparação das famílias para situações de emergência, através da sensibilização para a constituição de kits de emergência domésticos, da sua disponibilização às populações e da inclusão dos animais de companhia nos planos familiares de resposta a crises, 584/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de reforço da sensibilização da população para a prevenção de riscos associados a tempestades e 594/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a aposta no papel das rádios em situação de catástrofe. Intervieram os Deputados Jorge Pinto (L), Paulo Moniz (PSD), Pedro Vaz (PS), Carlos Barbosa e Ricardo Moreira (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Mário Amorim Lopes (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Filipe Sousa (JPP), João Antunes dos Santos (PSD), Alfredo Maia (PCP), André Rijo (PS) e Fabian Figueiredo (BE).

Debateram-se, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 287/XVII/1.^a (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal militar e militarizado, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro), 288/XVII/1.^a (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do CGP, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro), 419/XVII/1.^a (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de reforma e de velhice dos militares das Forças Armadas, dos militares da Guarda Nacional Republicana, do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima e 420/XVII/1.^a (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de aposentação e de velhice do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica da Polícia Judiciária e do pessoal do Corpo

da Guarda Prisional. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paula Santos (PCP), Helga Correia (PSD), André Ventura (CH), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Faro (PS), Filipe Sousa (JPP), Joaquim Barbosa (PSD), Ricardo Lopes Reis (CH), Marta Patrícia Silva (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Luís Moreira Testa (PS).

Procedeu-se ao debate dos Projetos de Resolução n.ºs 539/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda o reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos e 546/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que diligencie junto da Ordem dos Médicos para que seja criada a especialidade de medicina paliativa, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 428/XVII/1.^a (PAN) — Reforça os direitos dos jovens na transição dos serviços pediátricos para os serviços para adultos quando perfazem 18 anos de idade, alterando a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, e 431/XVII/1.^a (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs 569/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo o alargamento e reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos, 585/XVII/1.^a (PAN) — Pelo reforço dos cuidados paliativos pediátricos, 591/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reforço da formação em cuidados paliativos dos profissionais de saúde, 597/XVII/1.^a (BE) — Reforço dos cuidados paliativos pediátricos no Serviço Nacional de Saúde, 598/XVII/1.^a (IL) — Atualização de valores da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, 600/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a valorização dos cuidados paliativos comunitários, 601/XVII/1.^a (PS) — Reforço da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, assegurando uma resposta integrada ao longo do ciclo de vida, e 604/XVII/1.^a (PCP) — Reforço da resposta em cuidados paliativos pediátricos. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Jorge Botelho (PS), Joana Cordeiro (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L), Sónia Monteiro (CH), Fabian Figueiredo (BE), Susana Correia (PS), Sofia Machado Fernandes (PSD), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Ana Oliveira (PSD) e Cristina Vieira Henriques (CH).

Foi apreciado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 395/XVII/1.^a (BE) — Altera o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho, conferindo o direito de dispensa ao trabalho no dia da dádiva sem perda de retribuição, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 517/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de fidelização de dadores jovens para a revitalização das reservas de sangue, com os Projetos de Lei n.ºs 429/XVII/1.^a (PAN) — Prevê a falta justificada sem perda de remuneração no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho e 430/XVII/1.^a (PCP) — Direito à dispensa ao trabalho no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, na generalidade, e ainda com os Projetos de Resolução n.ºs 537/XVII/1.^a (CH) — Pela dignidade da dádiva de sangue e pela segurança do Serviço Nacional de Saúde, 592/XVII/1.^a (L) — Promoção da dádiva de sangue e reforço da capacidade do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, e 599/XVII/1.^a (PS) — Pela promoção estruturada da dádiva voluntária e regular de sangue. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Fabian Figueiredo (BE), Sónia Margarida Fernandes (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), António Carneiro (CH), Patrícia Gonçalves (L), Irene Costa (PS), Joana Cordeiro (IL), Filipe Sousa (JPP), Liliana Fidalgo (PSD), Armando Grave (CH) e Paulo Nuncio (CDS-PP).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 19 horas e 11 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as portas das galerias.

Eram 14 horas e 28 minutos.

Pausa.

Bom, pedia às direções dos grupos parlamentares o favor de se sentarem, porque já temos 2 minutos para lá da hora prevista para começarmos os nossos trabalhos. Pedia também as respetivas inscrições em relação ao ponto um da nossa ordem do dia. Precisávamos dessas inscrições, para poder começar.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem, exceto só quem estiver em caminho para o lugar.

O primeiro ponto da nossa ordem do dia consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 389/XVII/1.^a (PS) — Cria o Programa «Voltar a Casa», para dar resposta às pessoas que se encontram nos hospitais com alta clínica a aguardar vaga em respostas sociais, 427/XVII/1.^a (PAN) — Cria o Programa «Alta Digna» e estabelece respostas integradas para situações de internamento social, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs 544/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às Unidades de Cuidados Continuados Integrados no ano de 2026, 580/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo medidas urgentes para eliminar os internamentos sociais e assegurar respostas sociais em tempo útil através da segurança social, 582/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a eliminação dos internamentos sociais de recém-nascidos, 589/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados, 590/XVII/1.^a (L) — Reduzir permanências hospitalares após alta clínica através do reforço das respostas sociais e dos cuidados continuados e domiciliários, 593/XVII/1.^a (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, promovendo a transição das pessoas em situação de internamento social, e 596/XVII/1.^a (BE) — Redução dos internamentos sociais pelo reforço da oferta pública através da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Vou então dar a palavra, para uma primeira intervenção quanto ao ponto um, à Sr.^a Deputada Irene Costa, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Voltar a casa» não é apenas um nome, é uma escolha política, é afirmar que os hospitais servem para quem precisa de cuidados de saúde, que os hospitais não se destinam a compensar a falta de respostas sociais.

Na prática, esta é uma ideia simples, é uma ideia justa, é uma ideia humanista. Quando uma pessoa tem alta clínica, deve sair do hospital com apoio, com dignidade, com segurança, libertando camas para quem precisa de cuidados de saúde diferenciados. Este é o princípio que está na base do projeto de lei do Partido Socialista, «Voltar a Casa».

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os internamentos sociais são um problema estruturante do nosso sistema. É certo que não são um problema novo, mas também é certo que é um problema que se tem vindo a agravar. O Partido Socialista nunca ignorou este problema, pelo contrário, sempre agiu sobre a necessidade de criar e alargar respostas, com vista a garantir cuidados a quem deles precisa.

O SNS (Serviço Nacional de Saúde), a construção da rede de cuidados continuados, o reforço e a prioridade que foi dada ao alargamento da rede e do número de camas confundem-se com as políticas dos Governos do Partido Socialista, mas também o reforço do programa da rede social, promovendo a melhor articulação entre saúde, ação social, autarquias e respostas no território.

Contudo, desde 2023, parece registar-se uma inversão das opções e das prioridades políticas nestas matérias, e os números comprovam-no.

Em março de 2023, registava-se quase 2000 pessoas internadas no SNS, apesar de já terem alta clínica. Em março de 2024, esse número aumentou cerca de 11 %, e, em 2025, foram mais 2300 pessoas que ficaram em situação de internamento social. Em 2026, à data de hoje, são mais de 2800 pessoas.

São avós, pais, mães, pessoas, que permanecem nos hospitais sem necessidade de cuidados hospitalares, apenas por falta de resposta social adequada, com prejuízo para a sua segurança e para a sua dignidade.

Quero aqui recordar que, durante a pandemia da covid-19, os Governos do Partido Socialista implementaram medidas excepcionais que permitiram responder a este problema. Temos bons exemplos que podem e devem ser recuperados.

Reforçámos a articulação entre saúde e ação social; implementámos soluções transitórias fora do hospital para pessoas com alta clínica; assegurámos uma maior flexibilidade na referência e no financiamento. E estas medidas funcionaram. Não eram definitivas, eram excepcionais, mas reduziram internamentos sociais num contexto extremamente exigente. Contudo, essas soluções foram descontinuadas.

É verdade que o atual Governo procurou implementar medidas de substituição, de que é exemplo a criação de vagas intermédias em internamentos sociais, mas também é verdade que os atuais números de internamentos sociais demonstram que essas respostas não foram suficientes para inverter a tendência do agravamento.

É aqui que importa ser claro: este não é um debate partidário, é um debate sobre resultados, é um debate sobre a capacidade ou não de resolver os problemas das pessoas.

É precisamente porque sabemos que há soluções e porque já o demonstrámos que o Partido Socialista apresenta a proposta Voltar a Casa.

Este projeto corresponde a uma resposta social que fortalece a articulação entre o SNS, a segurança social e o setor social e solidário. Só em conjunto é possível garantir soluções adequadas, quando não existem respostas imediatas na rede, e assim se evita que os hospitais continuem a ser usados como resposta social por falta de alternativas.

Há um princípio fundamental que atravessa todo o projeto: a alta clínica tem de corresponder efetivamente a saída do hospital. Por isso, o projeto Voltar a Casa prevê a criação de residências de transição — respostas temporárias, com prazo definido, destinadas a pessoas a quem foi dada alta clínica, mas sem solução de regresso definitivo. São respostas com acompanhamento adequado, que permitem uma transição segura entre o hospital e a resposta social apropriada.

O projeto introduz ainda prazos de referência, após alta clínica, assegura prioridade no acesso às respostas sociais para estas situações e cria mecanismos de monitorização, em respeito pela transparência e pelo acompanhamento necessário às medidas que se pretendem implementar.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero saudar todos os partidos que apresentaram iniciativas legislativas nesta matéria. Como referi, este não é um debate partidário.

Aplausos do PS.

Estes projetos traduzem preocupações legítimas e contributos importantes para o debate. Sublinho, contudo, que o projeto do Partido Socialista é o único que propõe respostas legislativas estruturadas, com impacto direto na organização do sistema e na vida das pessoas.

Não nos limitamos a identificar o problema, mas assumimos a responsabilidade de apresentar uma solução concreta. Aliás, têm sido vários os contributos do Partido Socialista para o Governo, nas mais diversas áreas de governação.

E, independentemente de vermos acolhidas as nossas propostas, assim continuaremos, na defesa de Portugal e, sobretudo, na defesa das pessoas que mais precisam.

O projeto Voltar a Casa é um projeto que respeita a dignidade das pessoas, é um projeto humanista, é um projeto de responsabilidade política e social.

O PS apresentou uma proposta e cabe a cada um dos Deputados decidir. É a isso que convoco cada uma e cada um dos Srs. Deputados. Se outra razão não houver, que se aprove este projeto, pelas pessoas que dele precisam.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Esta é uma resposta aos problemas das pessoas e é isso que as pessoas esperam de nós.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Dado o tempo, presumo que responda em conjunto aos dois.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Ou seja, iniciaram o debate, esgotaram o tempo e pronto!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Cipriano, do PSD, faça favor.

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Irene Costa, o problema das altas sociais — um drama que se agravou durante a governação socialista — é real e merece ser tratado com seriedade, não com oportunismo político. O PS prometeu e não cumpriu.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Agora está um bocadinho pior!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Agora, na oposição, apresentam o projeto de lei «Voltar a Casa», uma medida extemporânea, genérica, sem financiamento, sem prazos reais, pura demagogia legislativa que chega tarde e não resolve nada hoje.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — O Governo age com medidas concretas e imediatas. Temos o projeto SAD+Saúde, projeto-piloto em cinco regiões, integrando apoio social domiciliário, com cuidados de saúde, higiene, alimentação, medicação, entre outros. Permite o regresso seguro a casa, evitando a institucionalização precoce.

Sr.^a Deputada, temos a Portaria n.º 20/2026/1, publicada no passado dia 20 de janeiro. Os senhores sabiam que já estava pronta, mas mesmo assim deram entrada, no mesmo dia, do vosso projeto de lei.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Isso!

Protestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Esta portaria cria camas intermédias como resposta transitória subsidiária: 400 novas vagas. Esta medida liberta camas hospitalares imediatamente.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Temos a alteração do Estatuto do Cuidador Informal, que elimina barreiras, protege dependentes e facilita apoios, reconhecendo o papel essencial dos cuidadores familiares.

Quanto ao aumento de vagas, há um reforço no SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), na ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) e nos centros de dia, criando respostas comunitárias reais.

Srs. Deputados do PS, governaram anos, viram o problema explodir e nada fizeram no concreto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos de Deputados do PS.

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Agora, opõem-se à ação deste Governo. Porquê?

Aplausos do PSD.

Preferem leis de fachada, para encher o *Diário da República*, ou situações que funcionam hoje para os portugueses?

Sr.^a Deputada, face à articulação que já existe entre o SNS e a segurança social para acolhimento transitório após alta clínica, pode explicar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, está terminado o seu tempo. É automático.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cláudia Estevão, do Chega, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Cláudia Estevão** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Irene Costa, é de louvar que se discutam aqui várias iniciativas sobre um problema que é crítico e que asfixia o nosso SNS, mas o projeto de lei que o PS aqui nos traz padece de três males que têm de ser assinalados.

O PS erra no diagnóstico ao lançar um número em bloco de 2800 pessoas a aguardar alta, porque quando analisamos esse número de forma detalhada, percebemos que misturam aqui duas realidades que são distintas: 734 casos puramente sociais e mais de 2000 doentes que aguardam vaga na Rede Nacional de Cuidados Continuados. Srs. Deputados, não é uma realidade idêntica e não se resolve com a mesma receita, e ao misturar tudo, o PS acaba por arriscar-se a não resolver rigorosamente coisa nenhuma.

O PS escreve como se não houvesse enquadramento legal, mas a lei existe e foi reforçada há semanas. O que falta não são leis, mas a incapacidade de execução, herdada da vossa governação e perpetuada pelo atual Governo.

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia Estêvão** (CH): — Por fim, o mais crítico: o PS classifica a situação como insustentável — e é! —, mas apresenta uma solução que apenas terá condições para entrar em vigor em 2027. É claro que a norma padrão é uma realidade constitucional, mas a inércia política é uma escolha.

O Chega traz aqui um projeto de resolução com soluções no imediato: a elaboração e execução urgente de um plano nacional de erradicação dos internamentos sociais e a criação de uma bolsa única de vagas sociais e de transição gerida pela Segurança Social.

Concluo com duas perguntas.

Se o enquadramento legal que criticam foi desenhado por vós, o que falhou na vossa execução para virem agora pedir uma nova lei?

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Cláudia Estêvão** (CH): — Segunda: se o problema é insustentável, porque é que apresentam uma proposta que só produz efeitos daqui a um ano?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Irene Costa, dispondo do tempo ainda disponível.

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, agradeço às Sr.^{as} Deputadas Leonor Cipriano e Cláudia Estevão.

Sr.^a Deputada Leonor Cipriano, bem-vindos ao debate, bem-vinda a este debate. É pena não terem percebido que as respostas avulsas que o Partido Social Democrata apresentou não respondem ao problema.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Respondem, respondem!

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Vocês apresentaram um plano estrutural, um único plano estrutural que não funcionou e, aliás, esse mesmo relatório vem dizer que vocês não conheciam a dimensão do problema. Este é um debate que não é partidário e este é o único projeto que merece um voto favorável de todas as bancadas.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — E o que é que fizeram na geringonça?!

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para uma intervenção.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Também começo por agradecer e cumprimentar o Partido Socialista pelo tema que traz hoje a debate. As altas sociais têm sido, de facto, um problema no Serviço Nacional de Saúde, mas também um flagelo social que urge abordar de forma multidisciplinar.

É um problema que não olha a diferentes idades, nem também a diferentes contextos sociais. Aliás, nos últimos anos, temos assistido a uma triste realidade, que é a de haver um aumento de recém-nascidos que permanecem internados em hospitais, não por doença, não por complicações clínicas, mas porque não têm uma casa para onde ir. Esta realidade, só no último ano, atingiu 28 bebés que não tiveram alta. Em todos estes casos, o que está em causa são recém-nascidos saudáveis que permanecem em ambiente hospitalar porque não têm uma resposta social e habitacional adequada.

Recordemos que os primeiros dias de vida de uma criança são absolutamente decisivos, são momentos de vínculo, e quando um bebé é separado da mãe não por perigo, mas por pobreza, falhamos todos. Aliás, quando um bebé e uma criança permanecem semanas numa enfermaria por falta de alternativa habitacional, estamos a falhar na garantia do superior interesse da criança. O hospital não pode nem deve ser um armazém de vulnerabilidade social em que o superior interesse da criança é completamente esquecido.

É por isso mesmo que hoje o PAN propõe um conjunto de iniciativas que passa por termos uma estratégia nacional para a alta segura na primeira infância, para que nenhum bebé fique internado por razões exclusivamente sociais.

Também defendemos que exista um indicador nacional de internamentos sociais, para que este deixe de ser um problema invisível.

Por outro lado, defendemos que exista financiamento de projetos de suporte habitacional para grávidas e mães, inspirados no modelo *housing first*, casa primeiro, e ainda unidades transitórias para grávidas e recém-nascidos em risco, com equipas multidisciplinares; e ainda criar a resposta de uma casa para um começo seguro, para garantir que cada criança tenha um início de vida num ambiente protegido, com a mãe presente sempre que possível.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma sociedade tem de se medir necessariamente pela forma como protege as suas crianças. Não podemos aceitar que o código postal, a pobreza ou a falta de habitação determinem o primeiro capítulo de vida de uma criança, e esperamos, por isso, que nos acompanhem nesta iniciativa.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate que hoje aqui fazemos, por iniciativa do Partido Socialista, tem como motivo algo que obviamente nos preocupa a todos.

Os internamentos sociais são uma realidade nos nossos hospitais, são uma realidade que muitos portugueses acabam por viver.

Têm razões várias. Desde logo, o facto de, hoje em dia, as pessoas terem, no contexto familiar, uma relação menos próxima com ascendentes e descendentes, o que faz com que, quando muitas vezes as pessoas têm alta, não tenham depois a retaguarda familiar para poderem convalescer junto das suas famílias.

É por isso que já há bastantes anos foi criada a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, para que exista uma resposta que complementa este apoio familiar e que possa dar a estas pessoas uma resposta diferente do internamento hospitalar. Deve estar internado num hospital quem necessita de cuidados hospitalares a todo o momento. E, num momento em que precisa de outro tipo de cuidados que não esses, deve ter essa retaguarda.

O que é que acontece neste momento? Há pessoas que não precisam dos cuidados e continuam em meio hospitalar, muitas vezes também expostas e vulneráveis a outros problemas que acontecem nesse contexto e dos quais estariam salvaguardadas noutros contextos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas há um segundo problema: é que as camas em que essas pessoas estão, muitas vezes fazem falta para outras pessoas que necessitam de cuidados hospitalares e não os têm.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E, portanto, aquilo que deve fazer um Estado normal, organizado e previsível, é ter nesta Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados a resposta suficiente para dar os cuidados merecidos a estas pessoas e para libertar as camas dos hospitais para quem delas precisa.

O que é que acontece? Acontece que o partido que aqui apresenta a iniciativa que deu origem a este debate, durante os oito anos de governação, incumpriu, em primeiro lugar, com as obrigações legais de atualização do valor por cama desta Rede; em segundo lugar, mesmo relativamente àquilo que seria a compensação por esse incumprimento, assumiu compromissos que voltou a incumprir; e mais tarde, no desenho do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), consagrou para a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados uma verba que depois não soube agilizar ao nível das candidaturas, para que as instituições estivessem neste momento em condições de poder ter mais camas com condições de sustentabilidade.

Qual é o problema neste momento? É que temos camas a menos e temos instituições que as gerem sem condições para continuar a geri-las. E porquê? Porque os valores por cama não foram atualizados regularmente, porque os valores por cama não foram atualizados no montante devido, e porque os custos aumentaram de forma desproporcional. Aumentaram os custos fixos, os custos correntes, por razões conjunturais e por razões estruturais, mas aumentou também aquilo que é essencial, que é a retribuição dos trabalhadores destas instituições.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E o que é que aconteceu? Se, por um lado, o aumento da retribuição mínima garantida criou uma pressão nos custos salariais destas instituições, por outro lado criou outro problema de gestão: é que ao aumentarem os funcionários que recebem o salário mínimo, muitas destas instituições deixaram de poder aumentar os seus quadros técnicos e os seus quadros superiores e vieram a perder muitos desses quadros técnicos e desses quadros superiores para a concorrência de outras instituições.

E, portanto, nós temos neste momento instituições com fragilidade de tesouraria, com fragilidade de recursos técnicos e com fragilidade de mão de obra, o que conduz a que as pessoas que já estavam vulneráveis por precisar desta rede estejam neste momento ainda mais vulneráveis.

É por isso que a solução que o CDS apresenta é de um aumento extraordinário — tal como foi feito em maio do ano passado, mas de forma mais substancial — dos valores pagos por cama, para conseguirmos ser não apenas um pouco melhores do que o Governo anterior, mas para fazermos efetivamente a diferença em relação àquilo que é cuidar de quem mais precisa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Patrícia Nascimento, do Chega.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Onde é que está o Livre neste debate?!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Imaginem a Dona Maria de 85 anos, que teve uma pneumonia, foi internada, foi tratada e recebeu alta clínica. No entanto, fica no hospital dias, fica no hospital semanas, meses e, no fim de contas, já lá vão dois anos.

Fica no hospital porque não consegue tomar banho sozinha, porque não teve filhos; fica porque não tem família que a consiga acolher; fica porque não há vaga numa ERPI; fica porque não tem resposta domiciliária na comunidade; fica porque a reforma não paga o mínimo para uma solução digna. E é desta forma que a cama do hospital se transforma numa sala de espera para a vida. Isto tem um nome: chama-se internamento social.

Para quem não sabe e elucidado, esta é a realidade dos hospitais públicos portugueses, esta é a realidade do nosso SNS e é a realidade do Estado social em Portugal. São anos de espera por parte de utentes que já não precisam de um médico, de um enfermeiro ou de um técnico auxiliar de saúde, mas que precisam apenas de dignidade.

Também é importante elucidar que, apesar de as consequências para as pessoas não serem diretas e mensuráveis, quem fica internado perde autonomia, perde rotina, perde privacidade, perde contacto com o mundo exterior e aumenta a probabilidade de uma nova infeção.

Para quem precisa realmente de cuidados hospitalares vão faltar camas, atrasam-se altas, aumenta-se o tempo de espera e sobrecarregam-se equipas.

Portanto, em bom português, no fim ninguém ganha. Só se adia o problema, só se prejudica o doente e, claro, com custos maiores para o Estado.

Este projeto de resolução aponta para o que interessa: ter um mecanismo de comando com responsabilidade e com um sistema que seja realmente eficiente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, para quem pensar num sentido de voto contra, gostava que fossem falar com os Presidentes dos Conselhos de Administração, aqueles que o Governo da AD (Aliança Democrática) nomeou. Vão ao terreno perceber o que é que eles acham desta proposta, deste projeto de resolução que pedem há anos. Vão falar com eles sobre o subfinanciamento que têm por parte do Estado.

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

E aqui, o Partido Socialista também tem a sua quota-parte de culpa quando foi Governo. Portanto, não se riam com o exemplo de governação na saúde, porque no vosso tempo foi só desviar fundos e a governação foi muito pouca.

Aplausos do CH.

Mas como sei que o Governo da AD anda muito ocupado em serviços de maquilhagem e cabeleireiro, para depois se sentarem no sofá a ver a Sport TV,...

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — O tema é sério!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — ... eu digo-vos o que é que estes administradores querem na prática. Estes administradores apenas querem que a Segurança Social lhes pague o custo do doente, pois já deviam ter uma resposta por parte desta tutela da Segurança Social,...

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — O tema é sério!

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — ... e que esse dinheiro não saia do orçamento da própria Unidade Local de Saúde.

Para que conste, e para os que gostam de fazer contas,...

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

... os internamentos sociais representaram, em março de 2025, 11,7 % do total dos internamentos em hospitais públicos, no denominado índice de inapropriação do internamento. Representa um aumento de 0,6 % face aos dados do ano anterior e reflete um custo anual para o Estado que pode ultrapassar os 288 milhões de euros, mais 28 milhões de euros do que no ano anterior.

Isto quando estamos a falar de vidas, e é essa a essência desta proposta, de pessoas reais como a Dona Maria, que trabalhou a sua vida toda, que contribuiu para o bem-estar coletivo, que cuidou dos outros e que, no final de contas, só porque era filha única e decidiu não ter filhos, se vê sozinha, debilitada, desarmada e frágil, sem condições para garantir o seu bem-estar.

É este o Estado que nós temos atualmente, para cerca de 2 342 000 pessoas em Portugal: chegam ao fim de vida e percebem que no momento em que mais precisam do Estado, ele não está lá para lhes dar as mãos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidãos nas galerias: Hoje, em Portugal, há centenas de pessoas que continuam em camas de hospital mesmo depois de terem alta clínica, apenas porque o sistema não lhes oferece a resposta social de que necessitam. Esta situação decorre de escolhas políticas que, durante anos, não deram prioridade à continuidade de cuidados nem à rede de apoio na comunidade. O resultado é um Serviço Nacional de Saúde que é centrado no hospital, que está sobrecarregado, e pessoas que não recebem, fora do hospital, as condições de autonomia e dignidade a que têm direito.

Os dados de que dispomos são preocupantes. Em janeiro de 2026, 734 pessoas estavam internadas em hospitais públicos a aguardar uma resposta social e 2034 aguardavam vaga na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Não estamos a falar de casos pontuais, estamos a falar de um padrão que afeta a vida de milhares de pessoas e as suas famílias.

As causas também são conhecidas: insuficiência de vagas em estruturas residenciais, em particular para pessoas idosas; falta de alternativas após a alta; e a ausência de uma rede de apoio domiciliário devidamente articulada com os serviços de saúde.

Muitas destas pessoas já não necessitam de cuidados hospitalares agudos, mas não têm uma solução segura fora do hospital. Enquanto isso não se resolve, a cama do hospital transforma-se num lugar de espera, quando deveria ser um espaço exclusivo para tratamento.

Mas nós dispomos de instrumentos que podem ser mais bem utilizados para enfrentar este problema: o Plano de Recuperação e Resiliência e o Programa PARES 3.0. O que tem faltado é direcionar estes investimentos para garantir vias de saída reais para quem já tem alta clínica e assegurar que os serviços de saúde, a segurança social e o poder local atuam de forma articulada.

Por isso, o Livre apresenta várias propostas e propõe três eixos de atuação claros. Em primeiro lugar, aumentar o número de vagas em respostas sociais residenciais; em segundo lugar, aumentar a capacidade da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos; e, em terceiro lugar, desenvolver e expandir respostas de cuidados domiciliários.

Para este último ponto, deixamos também uma pista de reflexão para o futuro, com a proposta de implementação de um projeto-piloto que integre redes de apoio de vizinhança nas equipas multidisciplinares de cuidados domiciliários. Este tipo de resposta já foi testado noutros países europeus e estas redes fortalecem os cuidados continuados e permitem uma resposta focada no utente e na promoção da sua autonomia.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, este debate não é apenas sobre gestão de camas de hospital; é sobre o direito de cada pessoa a regressar à sua casa e à sua comunidade com segurança e dignidade.

Aplausos do L e da Deputada do PS Júlia Rodrigues.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A crueza das estatísticas interpela os decisores públicos e o amargo retrato dos internamentos sociais confronta-nos com os nossos deveres de consciência.

Segundo o último barómetro de internamentos sociais, as mais de 2300 camas ocupadas por casos sociais nos hospitais correspondiam a quase 12 % da capacidade total de internamento. Em 2017, esse problema era de 655 camas, ou seja, 5 % do total.

Dito de outro modo, este problema agravou-se em mais de 300 %, o que demonstra que não estamos perante uma circunstância conjuntural. Estamos, sim, perante uma gritante falência das políticas públicas para tratar com decência os cidadãos de carne, osso, sensibilidade e direitos.

Falamos de cidadãos abandonados à sua sorte numa cama hospitalar, expostos, apesar de alta clínica, ao agravamento do seu estado, com risco de infeções hospitalares graves, fraturas, malnutrição, aumento de dependências e efeitos devastadores na sua saúde mental. Já não é possível fugir mais ao tema, nem resumir a intervenção pública a medidas conjunturais como as adotadas pelo Governo em janeiro, na aflição de responder ao pico de solicitações de camas hospitalares em número suficiente para corresponder ao pico de infeções respiratórias.

As medidas do Governo e, em geral, as que outras forças apresentam agora, procuram desviar o foco da discussão que se impõe hoje, como se impunha noutras oportunidades anteriores, visando uma efetiva responsabilização do Estado. Além de prosseguir e melhorar o apoio às entidades do setor social e solidário, o Estado deve dotar-se de uma rede pública própria, de estruturas, equipamentos e serviços de apoio, e não limitar-se a aumentar a pressão sobre essas instituições.

Em julho do ano passado, o Parlamento recusou a oportunidade de dar um passo em frente, ao rejeitar, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS, uma proposta do PCP para a criação dessa rede.

É uma evidência que a rede social e solidária, pese embora o esforço meritório de muitas instituições, não consegue responder nem à procura crescente de vagas, nem à urgência de acolhimento das pessoas em internamento social, para as quais possa constituir-se como uma real retaguarda. É igualmente claro que a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados continua a apresentar uma resposta muito insuficiente, com mais de 10 000 utentes aguardando vaga, mantendo-se uma preocupante incapacidade de expansão. Mesmo o milagre do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) frustrou as expectativas justas das instituições do setor social e solidário.

O que colocamos novamente em debate é a oportunidade de aumentar em 3 000 vagas o apoio em residência para idosos, alocando imóveis públicos, além do reforço necessário do apoio à rede social e solidária. É também o momento de promover um plano de desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados, assim como o indispensável reforço do apoio à rede social e solidária. É indispensável reforçar o financiamento aos acordos de cooperação e promover respostas de apoio ao domicílio em todas as valências da vida das pessoas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, doravante, nenhuma força representada neste Parlamento terá argumentos para recusar os avanços necessários.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal não é um país pobre, mas é um país que produz pobreza ao mesmo ritmo que fabrica privilégios. O debate de hoje é certamente sobre gestão hospitalar, mas é também sobre a desigualdade estrutural que a economia portuguesa gera.

Num único ano, a economia portuguesa produziu 3 000 novos milionários, mas revela-se incapaz de retirar 3 000 cidadãos de camas de hospital por motivos de carência social e falta de investimento. Esta é a prova real de uma injustiça profunda: enquanto 175 000 fortunas se acumulam e os milionários concentram já 16,5 % do PIB (produto interno bruto), assistimos a um crescimento de 20 % dos internamentos sociais em apenas dois anos.

Esta realidade existe por causa das regras injustas da economia, de protegerem os lucros recorde dos bancos e de empresas como a EDP (Energias de Portugal) e a Galp, enquanto negam o direito básico de quem trabalhou uma vida inteira ou um regresso a casa com dignidade.

A solução exige a coragem política de investir no que é de todos, de reforçar a oferta pública através do SNS, reconvertendo património público subaproveitado em unidades de convalescença e manutenção. Precisamos de garantir respostas de transição e cuidados domiciliários integrados, assegurando que ninguém fica prisioneiro de uma enfermaria hospitalar por ser pobre.

A dignidade não pode ser um luxo para alguns. Tem de ser a garantia absoluta de um país que se recusa a ser, de uma vez por todas, gerador de desigualdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Agora sim! Vamos ouvir!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: De acordo com a direção executiva do SNS, a meio de janeiro de 2026, quase 2800 utentes estavam internados nos hospitais à espera de uma resposta social ou de uma vaga na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados: 734 aguardavam uma resposta social, 2034 aguardavam vaga na Rede. Quase 3000 pessoas a ocupar camas hospitalares, não porque precisem de cuidados hospitalares, mas porque o sistema não consegue oferecer uma alternativa.

Srs. Deputados, isto não é apenas um problema social; é um problema clínico, é um problema financeiro e é um problema de gestão e organização do sistema. Cada dia de internamento inapropriado significa maior risco de infeção hospitalar, perda funcional e agravamento de dependência, e um custo, neste caso hospitalar, muito superior ao de uma resposta adequada na comunidade.

Isso significa também que essa cama deixa de estar disponível para quem dela realmente precisa; e, quando milhares de camas estão ocupadas desta forma, a ser usadas para substituir respostas sociais que não existem, os hospitais deixam de conseguir responder como deviam. As urgências ficam sob pressão e as cirurgias são adiadas.

Srs. Deputados, creio que concordamos todos que os hospitais não podem substituir respostas sociais. Mas é preciso dizer que o problema não se resolve com novos programas, com novos nomes, como algumas das iniciativas em discussão fazem. São iniciativas que reconhecem o problema, é certo, mas é preciso enfrentar e resolver o problema de base,...

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — ... o subfinanciamento crónico da rede de respostas sociais, que tem como consequência a insuficiência estrutural de vagas.

Não podemos pedir às instituições que façam mais — mais camas, mais equipas, maior cobertura territorial — se os valores que são pagos pelo Estado continuarem abaixo dos custos reais da prestação desses cuidados.

Vozes da IL: — É verdade!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sem o financiamento adequado, não é possível qualquer expansão da rede e os hospitais irão continuar a funcionar como lares improvisados. Isso é injusto para os utentes, principalmente, e obviamente para as suas famílias, para os profissionais e para o próprio Serviço Nacional de Saúde.

A Iniciativa Liberal defende, assim, três princípios claros: a articulação efetiva entre a saúde e a segurança social, com responsabilidades bem definidas; o reforço estrutural das diversas respostas sociais; e o financiamento adequado, atualizado aos custos reais. Aliás, ainda hoje em plenário apresentaremos uma proposta concreta para a atualização dos valores da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, porque, sem um financiamento sustentável, não há rede ou resposta que resista.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, resolver o tema dos internamentos inapropriados e sociais é garantir que o sistema tem capacidade real para responder, porque cada cama hospitalar ocupada indevidamente é uma falha das políticas públicas, e cada dia que passa tem um custo de oportunidade assistencial e financeiro que o País não pode continuar a ignorar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos hoje aqui a discutir um problema real, em que os diferentes projetos pretendem, acima de tudo, dar resposta às chamadas altas sociais.

São pessoas que, ao longo da sua vida, deram muito de si, pessoas que tiveram alta clínica mas que continuam retidas nos hospitais.

Falamos de mais de 2800 pessoas nesta situação. Não são números; são idosos, são doentes frágeis, são famílias à espera de uma solução. E são também camas ocupadas no Serviço Nacional de Saúde, que já vive sob uma enorme pressão.

Por isso, irei apoiar as diferentes soluções e iniciativas que libertem, acima de tudo, camas hospitalares e garantam dignidade a estas pessoas. Mas vamos exigir compromisso, estabilidade e execução, porque alta clínica não pode continuar a significar abandono social.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Sandra Pereira, do PSD.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos aqui hoje um tema sério, que não é novo, a existência de pessoas que permanecem nos hospitais apesar de terem alta clínica, não por razões médicas, mas por ausência de resposta social adequada.

O internamento social tem sido, antes de mais, uma falha de coordenação do Estado associada à pressão do envelhecimento. É o resultado de anos de incapacidade em articular saúde, segurança social e cuidados continuados.

Contudo, há uma diferença essencial: o atual Governo avançou com medidas concretas e operacionais. Desde o primeiro momento, o Governo assumiu como prioridade resolver os internamentos inapropriados nos hospitais, um problema há anos diagnosticado e conhecido, e, em vez de anúncios e proclamações, tomou decisões e ações.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Desde logo, com a aprovação de uma nova portaria que clarifica responsabilidades, reforça a articulação entre o Serviço Nacional de Saúde e a segurança social e acelera os processos de avaliação e encaminhamento das pessoas após alta clínica, o que cria respostas intermédias, prevendo cerca de 400 novas vagas para retirar pessoas dos hospitais com maior rapidez.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — O Governo tem vindo a reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de forma concreta e progressiva, autorizou expansões de contratos-programa para 2024-2026 que alargam a oferta de cuidados; assinou 90 contratos para criar 3300 novas camas de cuidados continuados e paliativos e; promoveu o maior aumento de remuneração de sempre à rede, com quase 19 % de subida dos valores pagos às instituições, além de ter aumentado a capacidade contratualizada em várias tipologias.

Este reforço estrutural, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é essencial para reduzir internamentos sociais e garantir respostas adequadas às necessidades da população.

O Governo avançou com o projeto-piloto de cuidados continuados no domicílio, avançou com o projeto-piloto SAD+Saúde, que reforça o apoio domiciliário, alarga horários para sete dias por semana, garante respostas 24 horas e permite manter as pessoas no seu meio natural de vida, com mais autonomia e mais dignidade.

Protestos da Deputada do PS Irene Costa.

O Governo também alterou o Estatuto do Cuidador Informal, permitindo que não-familiares possam assumir esse papel, alargando a capacidade de resposta e reconhecendo a realidade social das famílias portuguesas.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Finalmente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando o regresso a casa não é possível, cuidou-se de aumentar vagas em estruturas residenciais para idosos e em centros de dia.

Protestos da Deputada do PS Irene Costa.

Ou seja, Sr.^{as} e Srs. Deputados, enquanto hoje discutimos propostas — e é particularmente relevante que algumas venham do Partido Socialista, que esteve oito anos no Governo e não as apresentou quando o problema já era evidente...

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Não era evidente.

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — ... e se agravava —, o atual Governo, enquanto isso, está já a executar respostas concretas.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — As iniciativas hoje em discussão contêm contributos que merecem análise, mas muitas das propostas agora apresentadas surgem depois de o Governo ter já iniciado este caminho, com decisões que exigem coragem política e capacidade de execução, com diálogo com o setor social, com financiamento, com medidas concretas, com articulação institucional, com reforço de vagas e com cuidados domiciliários fortes.

É esse o compromisso do Governo que o PSD apoia. É esse o caminho que vamos continuar a trilhar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Podemos partir para este debate a partir de uma certa doença infantil da militância partidária, a «partidarite aguda».

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Olha quem! Tal vai o mundo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Falamos de camas sociais, mas o Partido Socialista não introduziu este tema a partir da «partidarite aguda».

Disse a Sr.^a Deputada Irene Costa que partimos para um processo de diálogo, para um tema que é muito importante, para uma realidade concreta nos nossos hospitais.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

A Sr.^a **Patrícia Nascimento** (CH): — Vocês é que destruíram!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quem conhece os hospitais portugueses sabe bem quantas vezes partilha enfermarias com gente, com cidadãos, com homens e mulheres que podiam ir para casa, mas cuja família não visita ou visita pouco, cuja família não tem condições de acolhimento.

E podíamos também dizer que este é um tema relevante de todos os partidos, para todos os partidos e para todas as legislaturas.

Vozes do PS: — Muito bem!

Aplausos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas há que dizer que, ao fim de dois anos, o tema não está melhor:...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Pois! Esse é que é o problema!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... o número de pessoas que está a residir nas enfermarias com alta médica aumentou 50 % nos últimos dois anos.

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Dois anos! Dois anos!

Protestos das Deputadas do PSD Helga Correia e Sandra Pereira.

Por isso, aquilo que fazemos hoje, é apresentar propostas concretas, com um projeto de lei, com a proposta de requalificação e financiamento das entidades que vão acolher estas cidadãs e estes cidadãos.

A proposta que fazemos é que a Assembleia da República não se demita do problema e viabilize na generalidade, amanhã, com um voto favorável, para que continuemos a trabalhar em comissão numa boa solução para resolver os problemas dos portugueses e para não enfermarmos de «partidarite aguda».

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Termina assim o ponto 1.

Antes de passar para o ponto 2, aproveito para dar a conhecer à Câmara que, nas diversas galerias, estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores da Escola Básica e Secundária Michel Giacometti, de

Setúbal, alunos e professores do Agrupamento de Escolas Rio Arade, de Arade, cidadãos do Passeio Municipal Sénior de Paços de Ferreira, alunos e professores da Escola Secundária Alfredo da Silva, do Barreiro, alunos e professores do Agrupamento de Escolas n.º 1 de Gondomar, alunos e professores do Instituto Tecnológico e Profissional de Condeixa e um grupo de pessoas da Escola Profissional de Passos de Brandão, de Santa Maria da Feira, que estão nas diversas galerias que me referi.

Aplausos gerais.

Passamos então para o ponto 2, que consiste na discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 45/XVII/1.^a (IL) — Alteração ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, 100/XVII/1.^a (PAN) — Assegurar uma maior celeridade da justiça administrativa e fiscal, alterando diversos diplomas e dos Projetos de Resolução n.ºs 587/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo que adote um plano de emergência para a reforma estrutural da jurisdição administrativa e fiscal, 595/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova o sistema de pré-mediação como mecanismo de tentativa de conciliação entre a AIMA e os cidadãos.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, particularmente quem acompanhar, nomeadamente nas direções dos grupos parlamentares, o debate.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos últimos anos, Portugal tem sofrido aquilo a que poderíamos chamar uma sucessão de comboios de bancarrotas e falências.

Houve a tristemente célebre bancarrota financeira de Sócrates, seguida da bancarrota da justiça, protagonizada recentemente também pelo mesmo José Sócrates, que põe em causa os fundamentos do Estado de direito com um comportamento enquanto arguido, que é absolutamente intolerável.

Houve depois as bancarrotas, estas já protagonizada por António Costa, dos serviços públicos e do controlo de fronteiras.

Ora, tudo isto tem e teve seguramente consequências, sobretudo naqueles que estavam numa situação de maior fragilidade.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

É nesse contexto que temos hoje um conjunto alargado de cidadãos que não têm a tutela, nem a resposta administrativa necessária — estou a falar dos serviços da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) —, nem a resposta judicial que procuram, muitas vezes em desespero, porque não obtiveram a resposta administrativa que era esperada e que devia estar a funcionar.

Ora, quando olhamos para esta bancarrota do controlo ou descontrolo de fronteiras, podemos perguntar porque é que isto aconteceu. Há duas possibilidades: ou foi incompetência ou foi deliberado.

Porque é que, de um momento para o outro, em Portugal se decidiu o descontrolo total das fronteiras, com as consequências de que estamos aqui a falar?

Há três possibilidades e pode ter sido cada possibilidade individual ou um complexo de várias destas possibilidades, isto para não cairmos na ideia da incompetência, porque tenho de admitir que um responsável político, quando toma determinadas decisões, o faz com alguma deliberação, com algum objetivo.

Portanto, porque é que houve um descontrolo de fronteiras?

Bom, uma primeira possibilidade é porque, na impossibilidade de o Partido Socialista promover o crescimento económico de que o País precisa, decidiu, de facto, descontrolar as fronteiras para ter um aumento do PIB em volume, porque éramos mais, o que não se traduz no aumento da riqueza de cada um de nós. Foi uma possibilidade de adiar um problema.

A segunda possibilidade é, perante um problema de sustentabilidade da segurança social, ter dito, «temos de trazer muitas pessoas para dar ideia, no curto prazo, que o problema se resolve», esquecendo que, para a

frente os problemas avolumam, nomeadamente quando temos uma economia de baixos salários e baixo valor acrescentado.

Uma terceira possibilidade, e como eu disse, é possível que algumas destas se tenham misturado na decisão que foi tomada,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

... é a possibilidade de querer fazer engenharia eleitoral para, perante a decadência de um conjunto de partidos, nomeadamente à esquerda, trazer novos eleitores para tentar recuperar, por meio da engenharia eleitoral, essa viabilidade da sua existência nuns casos e de controlar a sua decadência.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Bem...! Bem...!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas isso é a teoria da substituição da extrema-direita!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É o *TikTok* que o está a afetar!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Aquilo que podemos dizer é que, se não foi incompetência, foi deliberado, e poderá ser por algum destes motivos.

O certo é que estamos neste momento perante uma falência de algumas entidades administrativas e também do TAC (Tribunal Administrativo de Círculo) de Lisboa, que não consegue dar resposta.

Aquilo que trazemos hoje é uma proposta para que se mude a regra de distribuição de processos, por forma a que aquilo que hoje está absolutamente concentrado no TAC de Lisboa possa ser, de forma temporária, provavelmente, distribuído por diferentes tribunais da área administrativa do País.

É uma solução, é uma solução concreta, é uma solução que permite resolver as pendências, que são de dezenas de milhares, no TAC e que permite dar uma tutela jurídica àqueles que, muitas vezes, não a conseguiram obter por via administrativa e que agora, em desespero, recorrem aos tribunais.

Devo dizer e repetir que são aqueles com menos recursos que ficaram num limbo administrativo,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

... aqueles que procuraram o nosso País e a quem o País não deu resposta, que estão numa situação que tem a ver com direitos fundamentais para os quais não encontram resposta, nem administrativa nem judicial.

É isso que propomos hoje, é isso que propomos à discussão desta Assembleia.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, o Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, mas que não vão ficar seguramente esclarecidos.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Magno, do Chega.

O Sr. **Manuel Magno** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Rocha, ouvi atentamente a sua exposição e reconheço a boa intenção por detrás da apresentação desta iniciativa.

Contudo, o parecer do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais suscita fundadas dúvidas sobre a bondade da mesma.

Diz o Conselho que a alteração da regra de competência territorial proposta na iniciativa em evidência não se revela apta a evitar a sobrecarga dos tribunais administrativos, mas, quando muito, atenua a pressão atualmente sobre o TAC em Lisboa, passando-a para os restantes tribunais administrativos do País. Isto parece, de uma forma elegante, dizer que a vossa proposta apenas espalha o mal pelas aldeias, mas não faz mais do que isso.

Em segundo lugar, diz o Conselho que esta alteração à competência dos tribunais administrativos para o conhecimento dos processos de intimação para a proteção dos direitos, liberdades e garantias tem

unicamente o propósito de resolver uma questão de foro da organização e competências de um serviço do Estado, o que me parece, também, uma forma delicada de dizer que as regras de competência jurisdicional não podem ser usadas ou, neste caso, abusadas para resolver casos concretos.

Recordo ainda que as coisas mudaram desde a entrada em vigor da Lei n.º 61/2025, de 22 de outubro. Em outubro do ano passado, deram entrada 11 724 processos, em novembro 3471, em dezembro, 3432, e, três meses depois, o número desceu para 2580.

Considera V. Ex.^a que ainda se justifica uma tão drástica alteração às regras de competência dos tribunais administrativos, mesmo sabendo que a competência para decidir a maioria dos pedidos contemplados pertence ao Conselho Diretivo da AIMA e não às Lojas AIMA e AIMA Store e quando sabemos que a regra é a de que os demais processos de intimação sejam sustentados no tribunal da área onde devam ter lugar o comportamento ou a missão pretendidos?

Não seria preferível outra opção, como a de criar juízos especializados em matéria de imigração dos nossos tribunais?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Rui Rocha não tem tempo para responder, mas terá depois, na intervenção final, caso queira, porque acho que o Sr. Deputado confundiu um debate sério sobre a jurisdição administrativa e as competências com um fórum para partilha de teorias da conspiração e confundiu o Plenário da Assembleia da República com o *TikTok*.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Protestos da IL.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Oh!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Isto porque, fundamentalmente, teve ao seu dispor tempo suficiente para explicar aquilo que vamos discutir hoje: porque é que a proposta da Iniciativa Liberal, sobre este tema, se afigura como razoável para superar o problema?

E na sua intervenção, já no final, quando se lembrou que devia dizer qualquer coisa sobre o tema, a certa altura disse: «Bom, esta nossa medida que propomos provavelmente vai resolver o assunto.» É com esta displicência, com este «provavelmente», «se calhar», «não pensámos nisto totalmente», «isto poderá resolver o assunto», que encara este debate, que é, de facto, sério, é importante.

Seguramente, o Partido Socialista não tem dificuldade em reconhecer: há um problema, e há um problema, em parte, que resulta de decisões do Partido Socialista — sem qualquer dificuldade.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Mas, a partir daí, fazemos um não debate ou apenas ignorarmos todos os pareceres que apontam as dificuldades técnicas da proposta da Iniciativa Liberal é, de facto, usar isto apenas para um vídeo para o *TikTok*, mais do que para construir uma lei.

Aplausos do PS e de Deputados do L.

O Sr. **Presidente**: — O CDS-PP transferiu tempo para a Iniciativa Liberal, que aceitou. Portanto, o Sr. Deputado tem 21 segundos, mais 15 de tolerância. Tem a palavra, Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ao estado a que a IL chegou! Já pede tempo ao CDS-PP!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar responder aos dois, uma vez que tenho pouco tempo, e agradeço ao CDS.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, aquilo que deveria ter dito aqui, foi aquilo que eu também quis fazer,...

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas não conseguiu!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... é que há uma responsabilidade por estarmos onde estamos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E cada dia que passa sem o PS resolver esse problema que tem consigo próprio, de admitir a responsabilidade, a autocrítica, daquilo que fez ao País,...

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Oiça, oiça!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): —... dá origem a estas intervenções, que são boas intervenções porque os responsabilizam por aquilo que fizeram ao País.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Outro *TikTok*!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Agora, os Srs. Deputados, ambos, falaram de pareceres que estavam em causa. Há pareceres também favoráveis a esta medida...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Não ouviu nada!

O Sr. **Presidente**: — Pode fazer chegar à Mesa, e a Mesa distribuirá os pareceres e evita uma interpelação para esse sentido.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente: Agradecemos também à Iniciativa Liberal por marcar este tema.

De acordo com os dados da Comissão Europeia, o nosso País lidera o *ranking* europeu das pendências e duração dos processos na justiça administrativa e tributária em primeira instância.

Falamos de uma espera com mais de 846 dias. Significa isto que um cidadão, ou uma empresa, leva mais de dois anos para ver reconhecido um direito perante o Estado. Mas, já o contrário, quando é preciso, por exemplo, nas parcerias público-privadas, cobrar portagens aos cidadãos, já é utilizada a máquina musculada do Estado, por exemplo da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira), para celeremente se conseguir fazer justiça.

Dois pesos, duas medidas, mas uma justiça que tarda e falha sempre para o lado do cidadão. Isto põe em causa a confiança dos cidadãos na justiça, falha na previsibilidade ou, até mesmo, na atividade económica que exige capacidade de resposta.

Mas é precisamente porque na justiça administrativa se concentram algumas das maiores fragilidades estruturais do nosso sistema jurídico que o PAN apresenta esta iniciativa. Não prometemos uma reforma milagrosa, mas, sim, medidas cirúrgicas alinhadas com soluções já testadas em ordenamentos como o ordenamento alemão, espanhol ou italiano.

Desde logo, com a simplificação de sentenças em casos de manifesta simplicidade, com mecanismos financeiros que promovam a resolução célere dos litígios e reduzam pendências, e também um ajustamento técnico ao prazo para a apresentação da nota de custas de parte, prevenindo incidentes desnecessários.

E fazemos questão de sublinhar — já aqui foram falados, os pareceres, que acompanhamos — que é importante que as iniciativas sejam trabalhadas, revistas e analisadas à luz dos contributos do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, do Conselho Superior da Magistratura, também do Conselho Superior do Ministério Público e da Ordem dos Advogados, coisa que o PAN fez. Suprimimos normas, afinamos soluções e tornamos o diploma mais equilibrado, precisamente porque ouvimos quem está no terreno.

E antes que venham dizer que é pouco, que é insuficiente, face à dimensão do problema, é verdade que estas propostas não esgotam a reforma necessária e estrutural para a justiça administrativa, mas temos de começar por algum lado, porque entre nada fazer, fazer tudo de uma vez e nunca fazer, o PAN escolhe avançar e apresentar, pelo menos, uma solução estrutural que vá àquilo que é a dimensão pragmática do problema e dos recursos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Muacho, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal agenda este ponto, agenda esta discussão, sob o pretexto da agilização administrativa para facilitar a resposta do Estado, ainda que a intervenção do Sr. Deputado Rui Rocha tenha sido sobre tudo, menos sobre isso.

Na verdade, a única bancarrota a que estamos a assistir, neste momento, é a bancarrota dos princípios e dos valores liberais, que a Iniciativa Liberal aparentemente esqueceu, pôs na gaveta, guardou no bolso.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Com a sofreguidão de irem atrás das narrativas e das teorias da conspiração da extrema-direita, os Srs. Deputados falam de tudo, menos de princípios liberais.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Onde é que está a extrema-direita?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, os problemas da jurisdição administrativa não são novos, não são de agora e também não são causados apenas pela incapacidade da AIMA de dar resposta.

Já discutimos esta matéria várias vezes apenas nos últimos dois anos. Temos um problema crónico de falta de capacidade dos tribunais administrativos de darem resposta, temos um problema crónico de tempo demasiado longo de espera e temos um problema ainda maior quando estamos a falar dos tribunais que devem dar resposta àqueles que são os ataques que o Estado e a Administração Pública possam fazer contra os direitos dos cidadãos.

É disso que estamos a falar neste tipo de processos, porque não é por acaso que estes processos, que as pessoas que não recebem resposta da AIMA intentam, são processos e intimações para defesa de direitos, liberdades e garantias.

E aqui chegados, qual é a solução que a Iniciativa Liberal nos propõe?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É agilizar!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É pôr a AIMA a funcionar? É ajudar a reformar a jurisdição administrativa? É fazer a tão badalada reforma do Estado, combater a burocracia inútil, deixar de tornar a vida de qualquer imigrante neste País num verdadeiro calvário burocrático? Não. O que a Iniciativa Liberal quer fazer é criar mais entraves, mais burocracia, mais necessidade de deslocações.

É que já não bastou os senhores também terem apoiado estas reformas à lei dos estrangeiros, que já diminuíram, em muito, a possibilidade de recurso judicial e de as pessoas fazerem valer os seus direitos em tribunal, o que, aliás, até já levou a uma diminuição drástica dos novos processos que dão entrada.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sai da bolha!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Por outro lado, também, a Iniciativa Liberal não deve ignorar que pelo menos metade dos processos que estão pendentes, segundo estimativas do próprio Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, vão ser extintos por inutilidade superveniente, porque, efetivamente, a AIMA está a recuperar as pendências.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah, pois está! Ah, pois está!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Mas aquilo que a Iniciativa Liberal, aparentemente, quer fazer é validar também uma forma completamente arbitrária que a AIMA tem de funcionar, em que se eu precisar de fazer um agendamento, vivendo em Lisboa, a AIMA vai fazer esse agendamento para a sua loja do Porto ou para a sua loja de Faro ou para a sua loja de Évora, o que obriga as pessoas a fazerem deslocações completamente desnecessárias e completamente arbitrárias.

Vozes da IL: — Não, não é nada disso!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Portanto, a Iniciativa Liberal quer validar essa forma de funcionar, que é tudo menos amiga do cidadão, e depois obrigar quem quiser impugnar judicialmente a decisão a ter de o fazer no tribunal dessa área.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta solução tão brilhante é digna de qualquer burocrata kafkiano.

Aplausos do L.

Portanto, se fosse para alterar alguma regra, deveria ser para a impugnação ser no tribunal da residência de quem faz essa impugnação.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Evidente!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Deveria ser essa a regra, sim, porque não tem de ser o cidadão a deslocar-se para responder e para se defender daquilo que a Administração Pública faz mal e para onde é mais conveniente para a Administração Pública.

Devia ser exatamente o contrário, mas os senhores não estão minimamente preocupados com isso; estão só preocupados, sim, em complicar mais a vida às pessoas, em criar mais entraves, em criar mais burocracia e, como se viu, em copiar os *talking points* da extrema-direita.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mais grave é distorcer! Não leste a proposta! É falso!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado João Graça, do Chega, para uma intervenção.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos a viver o colapso do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e a falência do Estado de direito.

Não estamos a falhar em matéria de imigração e asilo; estamos a falhar com nós mesmos, ao sistema jurídico e direito fundamental do acesso à justiça, de uma decisão judicial em prazo razoável, na credibilidade que queremos ter no mundo em matéria de acolhimento aos estrangeiros. Porque falhar na justiça é falhar na economia, na saúde, na educação, na habitação e na segurança.

O contencioso administrativo atingiu níveis de litigância que revelam uma disfunção estrutural, que compromete a capacidade de resposta normal dos tribunais administrativos, pois ela não está apenas lenta, está em estado de paralisia funcional.

O processo de intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias, consagrado na lei como o processo mais urgente dentro da jurisdição administrativa, deveria estar resolvido no prazo de um mês e, na realidade, é um calvário para tribunais e cidadãos.

O que temos é: 93 % das pendências da ação contra a AIMA; 80 000 processos distribuídos em seis meses; a entrada de mais de 500 processos por dia, com seis juízes alocados exclusivamente; litigância judicial massificada e desproporcionada na área de Lisboa, face aos restantes tribunais administrativos do País, por razões de competência territorial.

E isto porque foram 400 000 pendências do antigo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), fruto de uma política migratória descontrolada, de políticas de portas abertas, fruto da incompetência da política, em matéria de justiça, do PS e do PSD.

António Costa defendeu acabar com a existência de cotas para a fixação de contingentes laborais, que Portugal estava de braços abertos a acolher imigrantes. Em 2025, como as eleições não lhe foram de feição, comentou que a imigração estava a ser usada como bode expiatório para resultados da extrema-direita.

Não, as políticas de António Costa e do PSD é que falharam na violação de direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Mas, se o PS nos levou à injustiça, o PSD não está a fazer melhor. O Sr. Ministro de Estado e das Finanças diz que o número de funcionários públicos não deve continuar a aumentar: «[...] é um erro e desperdício de dinheiro dos portugueses», «não vamos ter melhores serviços.» Pois, Sr. Ministro, espero que se encontre bem e a recuperar a saúde, mas isso é um desconhecimento completo da realidade da justiça, pois a falta de efetivos é exatamente uma das principais lacunas da justiça.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, chegados aqui, resta-nos encontrar e apresentar soluções para o problema, e é nesse sentido e nesse espírito que o partido Chega apresenta o seu projeto.

Assim, recomendamos ao Governo que promova o sistema de pré-mediação em articulação com a Ordem dos Advogados portugueses; garanta que o recurso aos tribunais administrativos permaneça plenamente salvaguardado após a decisão da instância prévia; tome as devidas diligências para a contratação de recursos humanos e técnicos necessários ao regular funcionamento da AIMA; e promova mecanismos de monitorização periódica do impacto das medidas adotadas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, é tempo de agir. A justiça lenta é, simplesmente, a justiça negada.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há uma constatação que todos nós não podemos ignorar: temos um problema real de atraso e excesso de processos em matéria de imigração e asilo, sobretudo em Lisboa, e isso vai exigir de nós uma resposta.

Mas a resposta tem de ser equilibrada. Melhorar a capacidade da AIMA com mais meios humanos, distribuir melhor a carga nos tribunais e encontrar soluções outras para reduzir a litigância, que, a ser implementada, tem de ser bem ponderada, sem limitar direitos nem enfraquecer garantias processuais.

É reconhecer também, por todos, que precisamos de mais eficiência, mas com respeito pela tutela jurisdicional efetiva e pelo Estado de direito.

É com este equilíbrio que irei avaliar todas estas propostas que agora estão em discussão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta agendada pela IL é no mínimo disparatada.

Risos do CH.

Constata que o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa está atolado de processos, devido à falta de resposta da AIMA, mas depois não apresenta a solução para resolver o problema — que é o reforço dos meios da AIMA — e opta por alargar o problema, não a um, mas a todos os tribunais administrativos.

Vamos por partes. Há de facto uma acumulação de processos na AIMA, relacionados com a regularização de cidadãos estrangeiros, embora seja insistentemente subestimada pelo Governo. As causas desta situação são bem conhecidas. A extinção do SEF, a que o PCP sempre se opôs, foi feita de forma desastrosa e, no seu lugar, em matéria administrativa, foi criada a AIMA. Durante um longo período, esta entidade esteve parada, enquanto centenas de milhares de processos se acumulavam sem resolução.

O Governo PSD-CDS lamentou a herança recebida, mas não tomou as medidas necessárias para resolver o problema. Em vez de mobilizar os recursos humanos e materiais necessários para garantir a operacionalidade da AIMA em circunstâncias excecionais, limitou-se a empurrar com a barriga e preferiu especializar-se num discurso irresponsável contra os imigrantes.

Havendo uma situação clara de incumprimento do Código do Procedimento Administrativo, por parte da AIMA, em centenas de milhares de casos e havendo meios jurídicos de recurso contra essa inércia, no quadro do Código de Processo dos Tribunais Administrativos, que consiste na intimação das entidades administrativas para o cumprimento da lei num prazo determinado, os processos acumularam-se no tribunal administrativo competente, em função da sede da entidade recorrida, ou seja, em Lisboa.

Se a situação dos tribunais administrativos já era muito delicada, quanto à capacidade de resolver os processos acumulados nesta jurisdição, em tempo razoável, a entrada de dezenas de milhares de processos para intimação da AIMA, no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, veio criar uma situação insustentável.

Perante isto, qual é que é a solução que a IL vem propor? É o reforço dos meios humanos da AIMA para resolver os problemas dos pendentes? Não. É o reforço dos meios dos tribunais administrativos? Também não. A IL propõe que os processos acumulados em Lisboa contra a AIMA sejam distribuídos pelos tribunais administrativos do resto do País.

Em vez de enfrentar o mal, reparte o mal pelas aldeias...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... e, com isso, deita borda fora as regras básicas relativas à distribuição da competência jurisdicional pelos tribunais e à atribuição dos processos aos juizes.

O Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais não podia ser mais contundente na rejeição desta proposta, e tem razão. Se o problema está na AIMA, resolva-se o problema da AIMA, que o problema dos tribunais administrativos nem sequer se coloca.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Os outros que esperem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não compreendeu!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — As pessoas que esperem! Faz sentido...!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, do PSD. Faça favor.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vamos ser claros, os tribunais administrativos têm problemas há anos. Eu próprio, no exercício da minha profissão, testemunho, desde que exerço, esse *status quo* difícil de alterar.

Quanto aos números assombrosos de novos processos, estes remontam, sobretudo, ao ano de 2024, provenientes na sua larga maioria de processos contra a AIMA. Ora, vejamos: de agosto de 2024 a fevereiro de 2025, em apenas seis meses, deram entrada nos tribunais administrativos de Lisboa mais de 80 000 novos

casos. Já de fevereiro de 2025 até à presente data, um ano, pouco mais de 30 000 processos. A AD começou a governar em 2024 e, em apenas um ano, vejam a diferença.

Voltemos à causa. Se a uma situação já de si caótica se junta o caos, o resultado é o previsível. À data de 7 de janeiro de 2026, encontram-se pendentes, naqueles tribunais, cerca de 125 000 processos. Mas, aqui, permitam-me fazer um parêntese e dizer que este caos tem um nome e um responsável, a que devemos apontar o dedo, sem qualquer parcimónia: o Partido Socialista,...

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Eh lá!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É verdade!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — ... que governou 21 dos últimos 30 anos...

Aplausos do PSD.

... e que não só nada fez para mudar e melhorar a justiça, como a agravou, incomensuravelmente, graças à política de portas abertas aos imigrantes.

Mais uma criação *made in* geringonça, a mesma que defendia que não se devia construir mais barragens para a água não evaporar.

Ao deixarem os imigrantes entrar, mas ao não os legalizarem, levaram a que esses imigrantes tivessem de recorrer à justiça como único recurso, o que já não é o caso.

Embora haja, atualmente, cerca de 1 milhão de processos pendentes — falo de acumulação entre manifestações de interesse, concessão de autorização de residência, renovação de títulos e falta de agendamento, o que levou ao colapso das instituições administrativas —, tal está em vias de resolução pelo atual Governo.

Quanto à medida legislativa proposta pela Iniciativa Liberal, é idêntica à apresentada na legislatura anterior, que já foi objeto do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, que se pronunciou desfavoravelmente, ao dizer que não se revela apta a atingir as finalidades enunciadas, para além de que a alteração proposta impacta na organização judiciária, que implica uma redistribuição territorial significativa dos processos urgentes.

Por outro lado, os ganhos decorrentes da medida no TAC de Lisboa significariam perda nos tribunais administrativos e fiscais das outras zonas do País, perdas não apenas no avolumar de pendências, mas, igualmente, no despacho das demais tipologias do processo. Além disso, mesmo com a alteração, a maioria dos processos continuariam em tramitação no TAC de Lisboa, pois esta é a zona de mais elevada concentração de imigrantes e, conseqüentemente, de entrada e tramitação de pedidos.

Assim, apesar de a medida se apresentar bem intencionada, o mais provável é que não venha a ter um efeito prático que se conta como expectável, e o mesmo se diga do projeto de resolução do Livre, que recomenda ao Governo que adote um plano de emergência para a reforma estrutural da jurisdição administrativa e fiscal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — A proposta do Livre é que é boa! O Livre é que tem uma solução!

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Quanto ao projeto de lei do PAN, que visa assegurar uma maior celeridade da justiça administrativa, alterando diversos diplomas, sobretudo alterando o artigo 94.º do CPTA (Código de Processo nos Tribunais Administrativos), o que se traduz no alargamento dos casos em que é permitido ao juiz proferir uma decisão sumária ou simplificada, este enunciado parece olvidar que os tribunais administrativos não julgam, ou devem julgar, em função do princípio do dispositivo. Posto isto, não merece a nossa concordância.

Já em relação ao projeto de resolução do Chega, que recomenda ao Governo que promova o sistema de pré-mediação como mecanismo de tentativa de conciliação entre a AIMA e os cidadãos, em articulação com a Ordem dos Advogados, o Governo desenvolveu soluções estruturais para este problema, tais como o reforço e a reorganização da Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos Pendentes. Estas medidas fizeram

com que fossem notificados mais de 900 000 processos, que fossem tratados mais de 938 000 processos diretamente e efetuados mais de 760 000 atendimentos.

Hoje, verifica-se um decréscimo na ordem dos 60 % na entrada dos novos processos judiciais. A resposta ao problema é simples: quando a administração funciona, não é necessário recorrer aos tribunais. Mais ainda, verifica-se que a grande maioria dos processos pendentes já tiveram a sua pretensão alcançada, sendo assim, uma inutilidade superveniente da lide, na larga maioria dos casos. Se os efeitos da reforma na política migratória se fazem sentir, é certo que, a muito breve trecho, este deixará de ser um constrangimento, como é reconhecido, hoje, nos próprios tribunais.

Nestes termos, vou avançar para as medidas que o Governo já aqui adiantou: o desenvolvimento da estratégia digital para a justiça; o alargamento da tramitação eletrónica ao Supremo Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Administrativo e a migração do SITAF (Sistema de Informação dos Tribunais Administrativos e Fiscais) para o CITIUS, em que cerca dos 780 000 processos de jurisdição administrativa e fiscal estão tramitados; reforço dos juízes, tendo de se ter presente que, em 2025, foram abertas 181 vagas, das quais 31 para tribunais administrativos e fiscais. Em 2026, abriram 205 vagas, das quais 47 são igualmente destinadas à jurisdição administrativa e fiscal, 16 em Vila do Conde e 31 em Lisboa, mais carenciada. Também em 2026, foi lançado pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais um concurso urgente de 50 vagas, para fazer face à acumulação do serviço judicial a nível nacional. Temos também um novo regime de assessoria às magistraturas.

São medidas ponderadas e decididas. A jurisdição administrativa e fiscal constitui uma prioridade para este Governo, e as soluções até agora encontradas e os resultados alcançados assim o comprovam.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O projeto que nos traz hoje a Iniciativa Liberal procura responder ao caos perfeito naquele que é o funcionamento do Estado. Juntaram-se más políticas, uma administração que não funciona e tribunais sobrecarregados. Ou seja, no fim do dia, o cidadão é vítima das três ao mesmo tempo.

As más políticas do Partido Socialista, que desregulou a imigração, abriram as portas para que viesse toda a gente ao mesmo tempo, sabe-se lá como, para onde e em que circunstância. Depois, numa AIMA, que criou por desmantelamento irresponsável do SEF, sem quaisquer condições para lidar com o que existia antes, muito menos com aquilo que foi criado pelo próprio Partido Socialista. E, a seguir, estes desgraçados que vieram, que vão para os tribunais, porque isso já não é nada da responsabilidade do Partido Socialista, que os deixou vir e que, depois, criou uma AIMA que não lhes resolve os problemas administrativos.

Sucedede que, a este problema, acresceu outro, que já era estrutural e também estava nas mãos do Partido Socialista: é que os tribunais administrativos e fiscais já eram os que funcionavam pior em Portugal. Qualquer cidadão ou empresa que queira, em Portugal, ver defendidos os seus direitos, tem mais dificuldade do que qualquer cidadão, em qualquer outro tribunal, seja cível, seja criminal.

Portanto, aquilo que acontece, neste momento, é um problema real. Podemos dizer que a solução é certa, é errada, é mais pertinente, é menos pertinente, mas tentar negar o problema é ser tão irresponsável como ter conseguido criá-lo. Obviamente que, se aqueles que o negam agora são aqueles que criaram o problema, é só uma questão de coerência na estupidez.

A questão também é que, ao analisarmos a solução, temos de verificar se a solução é transitória ou é definitiva, se a solução resolve ou não resolve o problema.

Do nosso ponto de vista, faz sentido ter uma solução que elimine o fluxo. Antes de estarmos a discutir se vamos ter uma solução definitiva ou provisória para onde encaminhar estes processos, é preciso que esta sobrecarga deixe de existir. Foi por isso que o Governo alterou a lei, e há um dado que é essencial: os processos com a AIMA como litigante reduziram 80 % desde que a lei foi alterada. Ou seja, o Governo fez o que tinha de fazer, por duas vias: por um lado, mudou a lei; por outro lado, reformou a AIMA. Ou seja, neste momento há menos condições para que estes processos vão parar a tribunal. Ainda que vão, do nosso ponto

de vista, faz sentido apostar numa reforma definitiva e sustentada dos tribunais administrativos e fiscais e não em medidas avulsas e, portanto, privilegiamos essa via e não o caminho de medidas isoladas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sem prejuízo de, até agora, não ter sido possível ter entusiasmo a saudar a Iniciativa Liberal, por força da intervenção do Sr. Deputado, saúdo a iniciativa, porque o tema, o diagnóstico, está correto, é pertinente, e há uma vontade de procurar uma solução. Portanto, vamos tentar ser construtivos, não obstante a intervenção do Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito obrigado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Há disponibilidade para melhorar na especialidade, mas há vários aspetos, alguns deles frisados nos pareceres, que tornam difícil esse exercício em relação a todas as propostas apresentadas.

Em primeiro lugar, a ideia de alocar competência territorial em função de entidades que têm uma organização desconcentrada da pessoa coletiva é uma matéria a ponderar, ou seja, até faz sentido. É verdade que se deve continuar a privilegiar, como já foi dito, o local de residência do autor, mas, muitas vezes, em entidades de âmbito local ou que têm uma área de jurisdição de intervenção, é talvez mais lógico que possa ser também nesse tribunal, como critério alternativo, que se possa fazer esse exercício

Mas, e é esta a dúvida, parece-nos que isso deve ter lugar para todos os litígios, ou para todos os meios processuais, e não apenas muito especificamente para as intimações para a proteção de direitos, liberdades e garantias em relação a uma única entidade. Ou seja, há que pensar de forma geral e abstrata e não de forma individual e concreta, tendo apenas em conta um meio processual e uma entidade. É uma dificuldade estrutural da proposta.

Se o tema é só na AIMA, e é, objetivamente, então o mais interessante seria pensar num regime verdadeiramente excecional e não numa alteração estrutural ao CPTA ou ao ETAF (Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais). Até diria mais — e também está subentendido, por exemplo, no parecer do Conselho Superior do Ministério Público —, fazer isto só com um regime transitório talvez ainda seja mais adequado. A dúvida é se essa é a melhor solução. Provavelmente, um reforço de meios através de uma bolsa de juízes, para ir acorrer aos processos urgentes que ainda subsistem, pode ser um mecanismo em que talvez nem seja necessária a intervenção legislativa — mas se for, também estamos disponíveis para ela.

Agora, adicionalmente à ideia da desconcentração e de ter competência territorial, podermos ter redistribuição de processos, *a posteriori*, para qualquer tribunal, parece-nos que bate na trave do princípio do juiz natural. Ou seja, se não é entendível qual é o critério para fazer esta redistribuição, potencialmente, estamos a delegar para fora do perímetro da lei a definição de qual é o juiz competente, seja em processos pendentes, seja em processos que venham a dar entrada posteriormente. Por isso, esta redistribuição, mesmo aquela transitória que preveem, também tem esta dificuldade. Portanto, volto a dizer, talvez deva existir uma bolsa extraordinária de magistrados para superar o problema.

Finalmente, e isto já foi apontado, há o risco adicional de haver um congestionamento nos outros tribunais, ou seja, a ideia do provérbio, que já foi usado várias vezes, «distribuir o mal pelas aldeias». Pior do que isso: é levar o mal a aldeias que não têm o mal, ou seja, nas quais o problema, hoje, não se coloca, quando nem sequer se faz o exercício inverso, de ver se, nessas aldeias... Acho que os magistrados judiciais perdoam esta dimensão paroquial, de como me estou a referir aos tribunais, mas é que, com todo o respeito, as aldeias são lugares de respeito e que devemos respeitar, não há mal nenhum nisso. Mas não se faz o exercício contrário. E se o congestionamento for no Porto, em Mirandela ou em Castelo Branco? Porque é que o mecanismo não deve valer ao contrário? Porque olhamos apenas para o dedo e não para a lua? Porque estamos a assumir que só em Lisboa é que o problema se poderá continuar a colocar no futuro?

Dito tudo isto, há um processo de revisão do CPTA a caminho, o Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado anunciou-o. Talvez a prudência para alterações estruturais nos deva levar a que se aguarde, para fazer esse exercício em conjunto.

Com isto, permitam-me rapidamente comentar os projetos de lei do PAN e os outros que foram apresentados. Também o projeto de lei do PAN tem várias medidas que parecem ser valiosas de futuro, mas não tem um impacto direto estrutural que justifique mexer no CPTA, sem sabermos que outras matérias é que devemos, também, alterar neste momento. Não é nada contra as propostas apresentadas. Parece-nos é que são excessivamente avulsas para merecerem a mobilização da Assembleia para fazer essa alteração.

Finalmente, quanto ao projeto do Livre, nada a opor. Ele, no fundo, verte em grande parte aquilo que o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais nos transmite, portanto, não há razão para não o acompanhar.

Uma nota final sobre o projeto de resolução do Chega: aqui temos, sim, uma dúvida. Não nos parece que a pré-mediação numa litigância sobre atos administrativos na utilização de poderes da autoridade do Estado seja uma via adequada. A resolução alternativa de litígios não é pensada para estes litígios, mas para aqueles em que estão em igualdade de armas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas não tem tempo para esclarecer, pelo menos para já.

O pedido de esclarecimento é do Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, que tem 7 segundos para o formular. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, a questão que gostava de colocar ao Sr. Deputado Delgado Alves tem a ver com as 50 vagas de acumulação de serviço, se não estão já a assegurar esta situação da espécie que o Sr. Deputado Delgado Alves veio aqui propor.

Este regime transitório seria desnecessário, na medida em que o regime que o atual Governo implementou pode...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Parece que há aqui também uma transferência de tempos. Portanto, o Deputado Pedro Delgado Alves vai ter algum tempo para poder responder.

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, diz qualquer coisa! Fala tu! O porta-voz da extrema-esquerda vai falar!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, magnífico, tem 2 segundos. Tem a palavra, para responder.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sim, é verdade. Reconhecemos que as alterações legislativas diminuem a escala do problema, razão pela qual não vemos a pressa e a urgência em mexer já no CPTA. Portanto, efetivamente, mesmo que tenhamos discordado das propostas que o Governo apresentou, objetivamente, elas diminuíram o número de processos que dão entrada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Batam palmas!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sr. Deputado Rui Rocha, Philipp Rösler nasceu no Vietname, chegou a vice-chanceler do seu país. Djir-Sarai nasceu no Irão, chegou a secretário-geral do seu partido. São ambos ilustres liberais. Se calhar, até se cruzou com eles em reuniões

internacionais. São frequentemente alvo da extrema-direita alemã, que os acusam de não serem leais à democracia alemã. São alvo das mesmas teorias que o Sr. Deputado, hoje, infelizmente, reproduziu.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estávamos preparados para ter um debate sobre os problemas nos tribunais administrativos, mas o que acabámos por ter foi um debate sobre a grande substituição das ideias da Iniciativa Liberal, e isso é profundamente lamentável.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Vergonha!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É tão melhor quando a divergência se faz nos factos e quando deixamos de incorporar, no nosso discurso, as mais indecentes mentiras que a extrema-direita reproduz, em todos os países da Europa, contra todos os democratas, sejam eles liberais ou socialistas.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, já tinhas saudades que te batessem palmas! O grande porta-voz da extrema-esquerda!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por favor!...

O Sr. **Presidente**: — Agora, para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, que dispõe de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No lançamento desta discussão, eu benignamente apresentei três possibilidades que justificariam a deliberação que foi feita, nomeadamente pelo Governo do PS, em ter uma situação de descontrolo total de fronteiras.

Falei da tentativa de insuflar o volume do PIB pela entrada massiva de pessoas. Falei da possibilidade de quererem resolver um problema estrutural da segurança social, com contribuições de curto prazo, e falei da possibilidade de quererem fazer engenharia eleitoral por essa via, renovando a base do vosso apoio eleitoral.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Que vergonha!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não sabes o que estás a dizer!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Eu vi a reação que tiveram: esbracejaram e contestaram. Portanto, tenho de admitir que não subscrevem nenhuma dessas possibilidades, e fica uma alternativa: foi incompetência. Foi incompetência, Srs. Deputados! Os senhores abriram as fronteiras, colocaram o País numa situação de total bancarrota, do ponto de vista do controlo de fronteiras, por mera incompetência.

Aplausos de Deputados da IL.

Protestos do PS.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Nem a tua bancada aplaude!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, o exemplo mais acabado de exposição pública da teoria da substituição veio de Irene Montero, Eurodeputada do Podemos, próxima do Sr. Deputado. Foi ela

que assumiu publicamente que, em Espanha, desejava que essa substituição fosse feita. Não fui eu que a fiz, Sr. Deputado!

Srs. Deputados do Livre, há aqui uma questão que tem de ser, desde já, desmistificada: ou os senhores não leram aquilo que foi proposto, ou usaram uma demagogia absolutamente insustentável. Aquilo que a nossa proposta diz é que a decisão deve estar no tribunal onde o processo é instruído, próximo das pessoas!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O que os senhores querem, porque não saem de Lisboa, não saem dos vossos gabinetes, não abandonam a alcatifa, é Lisboa no centro! E isso é que não pode ser, Srs. Deputados!

Aplausos da IL.

Protestos do L.

Srs. Deputados, nós vimos os pareceres que foram apresentados e temos soluções nesta versão que agora apresentamos, que vão ao encontro de alguns dos pareceres das entidades que ouvimos.

O problema é real. Há menos fluxo, mas existe um enorme *stock*. Cabe a esta Assembleia decidir se quer resolvê-lo ou não...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, finda este ponto da ordem do dia e vamos passar para o terceiro ponto, que consiste na apreciação dos Projetos de Resolução n.ºs 528/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação de um programa nacional de distribuição de *kits* de emergência, 549/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo a criação de guias de emergência impressos para distribuição às famílias portuguesas e a designação de um canal de rádio público como referência para comunicação em situações de catástrofe, 554/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para o reforço da resiliência e continuidade dos serviços essenciais e das infraestruturas críticas, 574/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo o reforço dos geradores em infraestruturas essenciais e o aumento da resiliência dessas infraestruturas em situações de emergência, 575/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que reforcem a resiliência da população e a melhoria da comunicação da proteção civil em eventos meteorológicos extremos, 583/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da preparação das famílias para situações de emergência, através da sensibilização para a constituição de *kits* de emergência domésticos, da sua disponibilização às populações e da inclusão dos animais de companhia nos planos familiares de resposta a crises, 584/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de reforço da sensibilização da população para a prevenção de riscos associados a tempestades e 594/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a aposta no papel das rádios em situação de catástrofe.

Se houver movimentações nas bancadas, pedia o favor de ser rápido, nomeadamente ao Partido Social Democrata, a ver se pode fazer a mudança com rapidez, porque estamos a aguardar que se sentem para poder dar a palavra ao Sr. Deputado do Livre, que irá iniciar este ponto da ordem do dia e apresentar as suas propostas.

Pausa.

Sr. Deputado Jorge Pinto, tem a palavra, para a intervenção de apresentação das iniciativas do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidãos nas galerias: Fogos florestais cada vez mais intensos e mais destruidores, longos períodos de seca, intercalados com chuvas e tempestades a uma escala e intensidade nunca antes observadas no nosso País — é esta a nova

realidade que Portugal enfrenta, já hoje, e é, infelizmente, também, esta a nova realidade que enfrentaremos no futuro próximo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens uma bola de cristal!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É por isso que o Livre, uma vez mais, agenda um debate para falarmos de uma cultura de prevenção, que teima em não existir ainda no nosso País, para falarmos de um Portugal que tem de apostar no planeamento, na preparação e na prontidão. Cada dia que passa é um dia perdido, e cada dia que passa sem que esta Assembleia da República tome medidas corajosas para ter um país preparado é um dia em que estamos a falhar aos nossos concidadãos, é um dia em que lhes dizemos que estamos confortáveis com toda a destruição e com a perda de vidas humanas que estes fenómenos naturais acarretam.

A estes fenómenos, que sabemos que serão cada vez mais frequentes, porque as alterações climáticas a isso vão levar, somam-se outros, sejam eles também naturais, como os terremotos, sejam eles de ataque — ataque bélico no formato mais clássico, mas também ataques às nossas infraestruturas digitais. É precisamente por isso que temos de estar preparados para toda e qualquer eventualidade.

Por isso mesmo, hoje trazemos dois projetos de resolução à discussão, que trazem, no fundo, três propostas muito simples. A primeira é a de que o Governo, o nosso Estado, assegure que cada família tenha em sua casa um *kit* de emergência, para qualquer necessidade. Um *kit* de emergência com coisas básicas: água e alimentação não perecível, para que as pessoas possam saber que têm esses recursos durante três ou quatro dias; um rádio a pilhas, para que elas se possam manter informadas; e também uma lanterna, para que elas possam estar iluminadas nos momentos de maior aflição.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — E uma lamparina?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Além disto, queremos mais: queremos que o Estado garanta, sempre, uma comunicação de segurança com os cidadãos e que haja um canal de rádio de referência, por exemplo, a Antena 2, para que todos saibam, sempre, que podem ali contar com informação atualizada e o que fazer.

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Por fim, uma terceira proposta, também inspirada naquilo que já acontece noutros países europeus, que é um guia de emergência. Propomos que o Estado, o Governo, distribua, tão rapidamente quanto possível, um guia a todas as famílias no nosso País, em que seja explicado o que fazer no caso de acontecer algum destes fenómenos extremos.

Tudo isto já acontece noutros países, tudo isto são bons exemplos, tudo isto é apostar na cultura de prevenção, que tem de ser a cultura do nosso País.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, faço um apelo: neste momento de grande mudança, neste momento em que estamos ainda muito alertas para esta mudança, mudemos. Mudemos mesmo e mudemos para melhor. A responsabilidade é nossa. Saibamos estar à altura daquilo que os portugueses merecem de nós.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Moniz, do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — V. Ex.^a Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sem prejuízo do regime jurídico aplicável, os acontecimentos recentes, designadamente, o apagão elétrico de 28 de abril de 2025 e os impactos significativos da tempestade *Kristin* em diversas regiões do País, evidenciaram de forma particularmente clara a vulnerabilidade das infraestruturas críticas e a elevada dependência da sociedade e da economia da continuidade dos serviços essenciais.

A resiliência das infraestruturas essenciais assume, atualmente, uma relevância estratégica acrescida, que decorre do aumento da frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos, da crescente

complexidade tecnológica e da interdependência dos sistemas energéticos, digitais e de comunicações, bem como da intensificação de riscos híbridos, sistêmicos e transversais a múltiplos setores de atividade.

Neste quadro, a continuidade da prestação de serviços essenciais, designadamente nos domínios da energia, da água, da saúde, das comunicações e das infraestruturas digitais, constitui um fator determinante da segurança da coesão social e da confiança dos cidadãos nas instituições. Esta continuidade não pode, por isso, depender exclusivamente de mecanismos reativos de proteção civil ou de respostas *ad hoc* a situações de crise, e impõe-se uma abordagem preventiva, integrada, tecnicamente exigente e transversal.

Em Portugal, a diretiva europeia relativa à resiliência das entidades críticas foi transposta para a nossa ordem jurídica, definindo os mecanismos de identificação, designação e reforço da resiliência das entidades críticas.

Nessa sequência, entende o Grupo Parlamentar do PSD ser adequado e oportuno recomendar ao Governo a adoção de medidas orientadas para o reforço da continuidade da prestação de serviços essenciais, no âmbito das políticas públicas de resiliência das infraestruturas e entidades críticas. Recomenda também que se assegure que as entidades críticas e respetivas infraestruturas disponham de sistemas de energia de socorro e de emergência adequados à continuidade dos serviços essenciais, incluindo, nomeadamente, sistemas de alimentação ininterrupta, os UPS, sistemas de fornecimento de energia de emergência convencionais ou soluções combinadas que integrem fontes de energia renovável e sistemas de armazenamento de energia.

Importa ainda garantir que tais sistemas assegurem mecanismos de comutação automática, com uma autonomia de funcionamento compatível com o nível de criticidade da infraestrutura e, sempre que tecnicamente possível, nunca inferior a 72 horas, bem como a realização de testes periódicos, incluindo testes sob carga, e a existência de registos de ensaio e planos de manutenção devidamente documentados e associados a um regime sancionatório vigoroso para com os incumprimentos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Presidente, acreditamos que estas medidas, tornadas requisitos mandatórios, permanentemente rastreados, auditados e acompanhados, constituirão um pilar fundamental da cultura de preparação e de proteção civil e estabelecerão um padrão de elevada prontidão e resposta a crises e catástrofes da mais variada natureza.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá aos dois em conjunto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não está cá o Hugo Soares, portanto, os Açores já puderam falar! Paulo, aproveita hoje, que não está cá o Hugo Soares!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Vaz, do Partido Socialista, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Moniz, ouvimos aqui a apresentação do PSD relativamente a esta recomendação ao Governo, mas esta recomendação enferma de um vício: recomenda ao Governo que continue o trabalho.

Na realidade, aquilo que deveria recomendar ao Governo era que iniciasse o trabalho, porque verificámos sistematicamente, cada vez que perguntámos às entidades públicas sobre estas matérias — e o Sr. Deputado tem estado comigo nas reuniões do grupo de trabalho da comissão sobre o apagão de 2025 —, que não era cumprida, não a diretiva de 2022, mas a diretiva de 2008, que tinha um regime jurídico na nossa lei nacional de 2000.

Um decreto-lei de 2022 que não é cumprido, não há planos de emergência, não há planos de segurança, não há planos de contingência, e mais: nem sequer estão identificadas as infraestruturas críticas no nosso País.

Mesmo relativamente ao regime de 2025, já aprovado por este Governo, depois do apagão, cada vez que perguntamos pelo trabalho das comissões de planeamento de emergências setoriais, pela identificação das infraestruturas e das entidades críticas, a resposta é sistematicamente a mesma: nada, nada, nada!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Calma! Ainda te dá uma coisa!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — A pergunta que lhe deixo é esta: não seria melhor que o Partido Social Democrata recomendasse ao Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial para continuar a ter jericãs no porta-bagagens do carro, para ir acudir aos hospitais e às maternidades?

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem calma! Fico preocupado contigo por causa do coração!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Deputado Pedro Pinto a pedir calma!...

O Sr. **Presidente**: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Moniz, realmente, o vosso projeto reconhece algo essencial: Portugal tem infraestruturas críticas vulneráveis e a continuidade de serviços essenciais depende diretamente da energia elétrica. Por outro lado, reconhecem que os fenómenos extremos estão a aumentar e que o sistema está cada vez mais interdependente. Até aqui, estamos todos de acordo.

O problema está no que propõem a seguir. O vosso texto limita-se a recomendar que o Governo continue o trabalho — qual trabalho, pergunto-lhe eu —, assegure o sistema e garanta testes. Isto não é uma estratégia política, isto é uma intenção administrativa.

Quando o País enfrenta riscos sistémicos e crises prolongadas, não basta dizer o que é preciso reforçar. É preciso definir como, quando e com que meios. O vosso projeto fala em autonomia energética, fala nas energias de socorro e fala em 72 horas de capacidade, mas não estabelece metas obrigatórias, nem mecanismos de fiscalização, nem consequências para quem falhar.

Depois, há várias questões que também são colocadas. Vocês ouviram a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil? São eles os técnicos, são eles que andam no terreno, são eles que devem fazer este processo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Não somos nós, políticos. Continuamos a ser nós, os políticos, a colocar isto à frente dos técnicos que percebem destas calamidades.

Com o que também deveríamos estar preocupados não é em dar *kits* às pessoas; é em olhar para a disciplina de cidadania e para as futuras gerações e dar-lhes condições para que saibam como agir neste tipo de calamidades.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Era com isto que o Parlamento também deveria estar preocupado. A disciplina de cidadania não serve só para temáticas LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgénero), serve também para ajudar os jovens e as nossas futuras gerações, para que estejam preparados para o futuro e para situações de calamidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, dentro do tempo disponível de 2 minutos e 59 segundos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Paulo, aproveita! Fala os 3 minutos!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Deputado Pedro Vaz por ter reconhecido a importância da nossa intervenção no debate sobre a autonomia energética. Quero só relembrar ao Sr. Deputado Pedro Vaz que tem razão: nós agora é que estamos a iniciar este processo. Sabe porquê? Porque foi este Governo que fez a transposição da diretiva.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Oh! Oh! Oh!...

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Oh! Havia de ser qual?!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Aquilo que os senhores não fizeram em oito anos, naturalmente, nós é que tivemos de resolver.

Sr. Deputado Carlos Barbosa, ouvi-o atentamente, mas confesso que fiquei com dificuldade, porque primeiro disse que nós fomos muito técnicos a recomendar valores mínimos de autonomia e, a seguir, disse que os políticos não devem ser técnicos, deve ser a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Ó Sr. Deputado, nós temos os princípios e os limites mínimos, a operacionalização é do Governo. Portanto, espero que compreenda esta nossa limitação enquanto legislador.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Moreira, do Chega.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal foi recentemente colocado à prova, e não foi apenas pela força da natureza. Foi colocado à prova pela sua própria capacidade ou incapacidade de resposta.

Num curto intervalo de tempo, enfrentámos um verdadeiro comboio de tempestades, expressão usada pelos meteorologistas para descrever a sucessão de fenómenos que assolaram o nosso País. A tempestade *Kristin* marcou de forma particularmente violenta o território nacional, sobretudo na zona centro, deixando um rasto de destruição, medo e abandono. Dias depois, havia ainda milhares de portugueses sem eletricidade, sem comunicações, sem abastecimento de água. Seguiram-se as tempestades *Leonardo* e *Marta*, agravando danos, provocando inundações dramáticas em Alcácer do Sal, isolando localidades, cortando estradas, deixando populações inteiras encurraladas pela força da água. Registaram-se mais de 13 000 ocorrências, ventos superiores a 200 km/hora, milhões de euros de prejuízos, perdas humanas.

Mas o que verdadeiramente expôs esta crise foi a fragilidade estrutural do Estado perante fenómenos que, infelizmente, já não são excecionais: centros de saúde encerrados por falta de eletricidade, hospitais a adiar consultas e cirurgias por incapacidade de resposta energética, lares sem energia para garantir o funcionamento de equipamentos essenciais a pessoas acamadas, empresas de distribuição de água a esgotarem reservas, porque as estações de bombagem dependem da rede elétrica.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando o Estado depende da boa-vontade de terceiros para manter lares e serviços de emergência a funcionar, estamos perante uma falha estrutural grave. O Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses afirmou claramente que Portugal não está preparado, e os factos confirmam esta afirmação.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Vai telefonar ao Castro Almeida!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — É por isso que o primeiro projeto que aqui defendemos é simples, concreto e inadiável: reforçar a instalação de geradores em infraestruturas críticas — lares, centros de saúde, hospitais, empresas de distribuição de água e quartéis de bombeiros. Não estamos a falar de luxo, estamos a falar de

dignidade, estamos a falar em garantir que um idoso acamado não fica às escuras, que uma cirurgia não é cancelada, que a água não deixa de correr nas nossas torneiras.

Se mais de 80 % das lojas de distribuição conseguiram manter-se operacionais graças a geradores, como podemos aceitar que serviços públicos essenciais não tenham essa capacidade assegurada?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Mas preparar o Estado não chega, é preciso preparar a população. O segundo projeto que apresentamos visa reforçar a resiliência nacional, porque, num cenário de fenómenos deste tipo, não podemos continuar a viver na lógica do improviso.

Propomos a disseminação clara de informação sobre *kits* de emergência e comportamentos a adotar em situações de risco — informação simples, acessível, dirigida a uma população envelhecida e muitas vezes vulnerável. Defendemos igualmente a promoção de teletrabalho, sempre que haja a previsão destes fenómenos — nenhum trabalhador deve ser forçado a arriscar a vida para cumprir uma jornada, quando o risco é evidente. Exigimos uma comunicação da Proteção Civil mais eficaz, mais antecipada, mais dirigida, que não se limite a avisos genéricos, mas que chegue às pessoas certas, no momento certo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, investir em geradores para infraestruturas críticas não é despesa supérflua, é garantir que o País não paralisa. Informar e capacitar a população não é criar alarmismos, é fortalecer a sociedade.

Não estamos perante uma discussão ideológica, estamos perante uma discussão de responsabilidade nacional. Os fenómenos tendem a repetir-se, mas o que não se pode repetir é a sensação de abandono. Assim, cabe a cada Deputado fazer uma escolha clara: continuar a confiar na sorte ou dotar Portugal dos meios necessários para enfrentar o inevitável.

O Grupo Parlamentar do Chega escolhe a prevenção, escolhe a segurança, escolhe a dignidade dos portugueses.

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradeço a marcação deste tema a debate.

Os últimos tempos mostraram-nos efetivamente e de forma bastante dura que as situações de emergência deixaram de ser raras exceções para se tornarem parte da realidade. Tempestades, cheias, incêndios, falhas prolongadas de energia ou até mesmo de comunicações mostram a fragilidade que tem afetado, antes de mais, as pessoas e as suas famílias, e a impreparação de sucessivos anos e sucessivos Governos no nosso território.

É precisamente por isso que o PAN apresenta hoje duas iniciativas, que se complementam e que partem da consciência de que a prevenção, nas suas várias formas, salva vidas. Assim, o PAN propõe, por um lado, o reforço da sensibilização da população para a prevenção dos riscos associados às tempestades. Portugal dispõe de um sistema de aviso meteorológico, mas a verdade é que a informação nem sempre se traduz em comportamentos concretos de proteção. Falta, muitas vezes, uma comunicação mais clara sobre o que fazer antes, durante e depois de uma tempestade, sobretudo junto das populações mais vulneráveis, isoladas ou idosas.

Propomos também reforçar campanhas de sensibilização, promover orientações práticas e construir uma verdadeira cultura de prevenção, com o investimento na segurança das pessoas e na resiliência das comunidades.

Por outro lado, queremos garantir que a preparação material das famílias para situações de emergência inclua também a proteção dos animais.

Ter um *kit* de emergência em casa pode fazer a diferença entre enfrentar as primeiras horas de uma crise com alguma autonomia ou ficar totalmente dependente das respostas externas, que, em contexto de catástrofe, demoram inevitavelmente a chegar.

Esta preparação não pode ser um privilégio. É por isso mesmo que propomos que o Governo promova a disponibilização de *kits* às populações, com especial atenção às famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Este projeto integra ainda a realidade de milhares de famílias que vivem com animais de companhia. Em situações de emergência, quando os animais não são considerados, as próprias pessoas ficam mais expostas ao risco e há mesmo quem se recuse a deixá-los ficar para trás — há quem fique para trás precisamente porque não aceita deixar os seus animais.

Por isso, preparar as famílias e incluir os animais nos planos de emergência, inclusivamente através de *kits* específicos e ações decisivas de sensibilização, é uma forma de proteger as próprias pessoas e...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Terminamos a fase de apresentação de iniciativas legislativas e vamos agora passar à segunda ronda de intervenções, por ordem de inscrição.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem batem palmas à Inês! Um dia, bato eu!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito para intervir, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Já diz o sábio povo português que «mais vale prevenir do que remediar», e é por isso que medidas que informem e ajudem a prevenir são medidas importantes, que obviamente acompanhamos. Medidas como definir o que é um *kit* de emergência, o que fazer nos diferentes cenários, o que fazer nas diferentes catástrofes, são medidas importantes — acompanhamos.

Já agora, a propósito, questiono quando é que se realizará um simulacro, aqui em Lisboa ou na zona do Algarve, caso tenhamos uma catástrofe sísmica.

Estas medidas são importantes porque o Estado é um agente de segurança e, portanto, deve ajudar os cidadãos. Mas cada um de nós também é um agente de segurança: para nós próprios, para a nossa família, para os nossos vizinhos, para os nossos amigos.

Somos e devemos ser responsáveis por isso, e nem tudo pode ser, obviamente, delegado no Estado. E é por isso que, depois, se torna incompreensível que se tente colocar o Estado — além de a definir aquilo que deve ser feito e o que é um *kit* de emergência — a fazer a distribuição desses mesmos *kits* de emergência.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — É contratar uma empresa!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Os Srs. Deputados do Livre têm noção da complexidade logística que significaria ter o Estado a distribuir *kits* de emergência?

Protestos de Deputados do L e do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

É uma pergunta retórica, obviamente. Os Srs. Deputados não têm a menor noção, caso contrário não teriam proposto isto.

Esta é mais uma das medidas saídas do laboratório de ideias do Livre, sediado em Marte. Isto é uma ideia que não é minimamente implementável, Srs. Deputados! É que, para lá do pesadelo logístico de ter de organizar toda a distribuição pelo País inteiro, ainda teríamos o Estado a gerir lotes: lotes de medicamentos, lotes de prazos de validade. Íamos ter o Estado...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A fazer distribuição!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O Livre quer que o Estado vá a casa das pessoas entregar latas de atum e, depois, dizer: «Olhe, meu senhor, expirou. Vamos ter de trocar essa lata de atum.»

Isto não faz sentido absolutamente nenhum!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Claro! Na Iniciativa Liberal não iam comer atum em lata!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós próprios... Todos os cidadãos são, eles próprios, agentes de segurança e, portanto, temos também de ser responsáveis por isso. Não podemos delegar tudo no Estado, é um erro achar que o Estado resolve tudo.

Finalmente, quanto à ideia de termos um canal de radiodifusão dedicado às catástrofes, uma vez mais, acompanhamos. Faz sentido, estamos de acordo.

Onde é que o Livre, uma vez mais, porque tem palas ideológicas e só consegue ver o Estado na equação, falha? É ao dizer que tem de ser um canal público, que tem de ser uma radiodifusão pública.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Se fosse privado já estava bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Srs. Deputados, imaginem: se houvesse uma catástrofe que destruísse os emissores públicos, o que é que aconteceria? Não haveria emissão, não haveria comunicação com a população.

Srs. Deputados, no 25 de Abril houve duas senhas que foram passadas na rádio, Paulo de Carvalho e Zeca Afonso. Paulo de Carvalho passou nos Emissores Associados de Lisboa, Zeca Afonso passou na Rádio Renascença: rádios privadas, uma delas rádio da Igreja. Não era rádio pública e funcionou, não funcionou?

Aplausos da IL.

Risos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus, tanto disparate!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra para um pedido de esclarecimento o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, agradeço a intervenção e as questões, e fico triste que tenha denunciado o nosso laboratório de ideias, porque ele realmente é farto e tem muitas ideias.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está em Marte!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E garanto-lhe, Sr. Deputado, que muitas mais virão!

Aquilo que me espanta, por parte de quem se afirma líder parlamentar de um partido sempre cheio de ideias, sempre corajoso, é, no fundo, a sua falta de imaginação.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isto não é para imaginar!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Imaginar o Estado a distribuir latas de atum?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Espanta-me, no fundo, a sua falta de crença num mínimo de capacidade organizativa do Estado.

Sim, estamos de acordo em que a cultura de prevenção tem de vir de cada um de nós — é evidente! —, e eu até gostaria de saber quantos Deputados têm já este *kit* de emergência nas suas casas. Se calhar, poucos!

Mas aquilo a que eu gostaria que o Sr. Deputado me respondesse é se acha que a maioria da população portuguesa...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Alguém me dê tempo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás em dívida comigo, dou-te 10 segundos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Está bem, obrigado!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Deputado, gostaria que pudesse ouvir a minha questão, porque senão depois fica complicado responder-me.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — É verdade, Sr. Deputado, é verdade, dê-me só um segundo.

Ó Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, tem de ouvir o pedido de esclarecimento. Se, entretanto, está a dialogar com outros colegas não vai saber como responder.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Estava a pedir tempo, peço desculpa!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos lá então terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Aquilo que gostaria de perguntar ao Sr. Deputado é muito simples:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não tem interesse nenhum! Se tivesse...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... acha que a maior parte da população portuguesa, que a maior parte das famílias portuguesas estão com condições financeiras para ter este *kit* de emergência nas suas casas? Se acha que não estão, pergunto ao Sr. Deputado se está confortável com esta discrepância de haver famílias que podem estar protegidas e, sim, apostar nesta cultura de prevenção e outras famílias que são abandonadas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — 0,6%! 0,6%!

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Iniciativa Liberal beneficia de uma cedência de tempo do Grupo Parlamentar do Chega e, portanto, tem tempo para responder, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes. Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.^a Presidente, começo por agradecer ao Chega a cedência de tempo.

Sr. Deputado Jorge Pinto, nós acreditamos em ideias. Se há um partido de ideias é a Iniciativa Liberal, mas não são ideias vindas de Marte!

Protestos de Deputados do L.

As nossas ideias não são pôr o Estado a distribuir latas de atum!

Repare, se se preocupa — e eu preocupo-me também — com que haja pessoas sem recursos, então dê-se o dinheiro, a capacidade de adquirir esses *kits*. Não é pôr o Estado a ir a casa das pessoas entregar latas de atum — essa ideia é que é de Marte, ó Sr. Deputado!

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Risos e protestos de Deputados do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem o Manuel João Vieira teria essa ideia!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sem dúvida que os eventos recentes, os meteorológicos e também o apagão, colocaram desafios à nossa capacidade de resistência, quer do ponto de vista das infraestruturas, quer do ponto de vista pessoal. É fundamental fazermos este debate, ninguém o nega, mas convém fazermos este debate com base naquilo que existe.

Matérias como a preservação de infraestruturas críticas, a manutenção do funcionamento de redes, a capacidade de os cidadãos terem informação e saberem reagir em situações específicas, tudo isso é algo que está estudado, que tem doutrinas, que tem normas e que tem até, do ponto de vista normativo, diretivas europeias e leis nacionais. É algo que investigadores estudaram e que tem essas soluções, e, portanto, convém não virmos para aqui ao arrepio de tudo isso.

Em segundo lugar, é fundamental sabermos claramente sobre o que é que queremos fazer alguma coisa, e decidir. O que é que se provou ser essencial em situações como esta? A questão da energia.

É evidente que Portugal mostrou ter, em primeiro lugar, uma dependência da energia elétrica, que se deve ponderar se deve ser tão vasta ou não; e, em segundo lugar, uma capacidade de resistência da rede de energia elétrica abaixo da necessidade e uma capacidade de substituição da rede fundamental que está também abaixo daquilo que seria desejável.

Em terceiro lugar, a questão das comunicações, isto é, de termos maior resistência nas comunicações que existem e uma redundância que, neste momento, existe também aquém daquilo que seria desejável.

Depois, a informação e a preparação das populações. É indiscutível também que, em ambos os casos, muita gente não sabia ainda como proceder, e é fundamental, em primeiro lugar na educação e depois também na questão da preparação, ter esta capacidade de as pessoas saberem reagir.

Agora, isto não se faz a nível de um concurso de ideias, e muitas das iniciativas que foram hoje aqui apresentadas, além de parecerem propostas mal-amanhadas para concurso de ideias, fazem lembrar programas eleitorais para associações de estudantes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Srs. Deputados, isto é sério!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — É sério. É sério, sim!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nós estamos a falar de catástrofes,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Precisamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... estamos a falar de como os cidadãos devem reagir nas catástrofes, de como se mantém uma rede elétrica, de como se comunica, e os Srs. Deputados acham que é mandar umas larachas! Acham que é dizer «olha, e que tal se déssemos latas de atum às pessoas? E que tal se déssemos um transístor a cada um? E que tal se agora fôssemos comprar geradores para aqui e para ali?»

Srs. Deputados, falem com quem sabe...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E falámos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e vão perceber que há maneiras de resolver estas questões.

Sim, nós estamos aquém. Sim, o Estado português deve fazer mais. Sim, a responsabilidade neste momento é do Governo que eu apoio —...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quem diria!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e ainda bem! Porque se a responsabilidade fosse de quem veio fazer estes projetos de concurso de ideias, nesta altura, estávamos desgraçados, de certeza!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Chumbaram as propostas anteriores!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estávamos desgraçados, de certeza!

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

Portanto, sejamos responsáveis. Estejamos à altura desta exigência e não nos limitemos a mandar para o ar propostas que,...

Protestos das Deputadas do L Filipa Pinto e Isabel Mendes Lopes.

... sinceramente, não estão à altura.

Aplausos de Deputados do PSD e de Deputados da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os últimos anos mostraram-nos uma verdade muito simples, que é a de que quando a luz se apaga, quando as comunicações falham, quando a tempestade destrói infraestruturas, o Estado tem de estar preparado, mas as famílias também.

O apagão ibérico deixou milhões às escuras, a depressão *Kristin* expôs fragilidades graves, as ameaças hídricas na Europa são uma realidade, e não estamos a falar de ficção, estamos a falar de factos.

Entendo que criar um programa nacional de distribuição de *kits* de emergência não é alarmismo, é, acima de tudo, um ato de responsabilidade. É garantir que cada família tem condições mínimas de autonomia, desde água, alimentos, informação e, sobretudo, primeiros socorros, e o Estado tem de ter uma política proativa, pública, estruturada, articulada com a Proteção Civil, com as autarquias, com as associações e, finalmente, com as famílias.

Preparar não é sinónimo de medo, é maturidade democrática, porque um País resiliente não se constrói apenas com discursos, constrói-se, acima de tudo, com prevenção, planeamento e ação concreta.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No passado dia 28, a região Centro, em particular o meu distrito de Leiria, sofreu na pele a severidade da tempestade *Kristin*. Em poucos segundos ou minutos, perderam-se vidas, destruíram-se vidas pessoais, familiares e empresariais, um cenário que VV. Ex.^{as} bem conhecem, mas que milhares de pessoas, infelizmente, conhecem bem melhor porque o sentiram na pele.

Além dos danos materiais, houve algo que marcou, e infelizmente ainda marca, a vida destes portugueses: o silêncio. O silêncio de, na era da comunicação, não existirem comunicações; o silêncio de, na era da informação, não existir televisão; o silêncio de, na era da *internet*, não existir acesso à *internet*. Quando milhares de portugueses não sabiam o que se passava na aldeia ao lado ou na cidade ao lado, muito menos no mundo, o único acesso ao exterior foi, muitas vezes, através de um pequeno rádio a pilhas — a única bússola, a única ligação ao exterior, a única esperança.

O projeto de resolução que o PSD traz hoje quer aproveitar o potencial da rede de rádios locais e regionais, espalhadas por todo o território e que, há décadas, fazem um trabalho notável de informação, proximidade e coesão territorial. Vamos colocar a nossa rede de rádios a contribuir para nos tornarmos um País mais preparado, um País mais resiliente. Para isso, precisamos que, em caso de catástrofe, os estúdios e, já agora, as antenas das rádios tenham energia.

Assim, propomos que se possa visitar o regime de incentivos à comunicação social, para que se criem condições para as rádios poderem ser equipadas com fontes alternativas de energia, designadamente geradores.

Propomos ainda que possa haver uma estratégia de articulação entre as rádios e as entidades da Proteção Civil, para que através daquelas possam ser transmitidos avisos, alertas, conselhos, recomendações — para que se possa combater o silêncio.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, isto não é uma discussão nostálgica ou romântica sobre meios tradicionais, sobre a rádio ou sobre o passado, é uma reflexão séria sobre antecipação, planeamento, resiliência, futuro. A tempestade *Kristin* deixou danos, mas deixou uma evidência clara: quando tudo falha, a informação pode salvar vidas.

Garantir que a rádio continua a emitir em situações de emergência é aceitar que, caso fique às escuras, o País não volte a ficar em silêncio.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Grupo Parlamentar do PCP, para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr.^a Presidente, é necessário prevenir as catástrofes e as suas consequências e dotar o País das capacidades para reagir prontamente às necessidades das populações. O País precisa de um debate sério para uma cultura de segurança e prevenção, e não de uma cultura de medo. Confundir emergências civis com os efeitos e consequências de um ato de guerra descredibiliza qualquer discussão.

A discussão em massa de *kits* de emergência, cujo conteúdo foi decidido pela União Europeia e não pela nossa Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, contribui para instalar um clima de medo e de alarmismo. Não é disso que precisamos!

Devemos, sim, estar preparados para lidar com ocorrências de emergência e reação imediata perante catástrofes. No plano individual, com informação sobre procedimentos em casos de sismo, inundações, incêndios e outros acontecimentos extremos. No plano coletivo, pondo fim à liberalização e desregulamentação das normas de construção de edifícios e infraestruturas e à deturpação dos instrumentos de gestão do território, reforçando os meios de fiscalização; mas também com a adequação das infraestruturas críticas do Estado — hospitais, escolas e demais infraestruturas onde operem serviços públicos —, o controlo integral do SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) e recuperando para o controlo público empresas e setores estratégicos na energia, nos combustíveis e nas telecomunicações.

As autoridades portuguesas têm assinalado o que ter preparado e o que levar em situações de emergência. É essa informação às populações que devemos valorizar.

Num quadro internacional complexo e instável, é ainda mais necessária uma perspetiva política que assegure a integridade do território nacional, a autonomia da decisão político-militar, a soberania nacional e a segurança do povo e de Portugal, contribuindo para a salvaguarda da paz mundial.

Também se exige um Governo que cumpra a Constituição e adote uma política externa em defesa da paz e da cooperação com todos os povos do mundo e a dissolução dos blocos político-militares.

Este é que é o *kit* de emergência urgente.

Perante o rufar dos tambores da guerra, a solução não é dar cobertura a quem a quer a todo o custo, mas pará-la — e parar já!

Perante a deriva armamentista e o militarismo, quem alimenta a narrativa da guerra deve estar consciente de que não há *kit* de emergência que salve a humanidade da ameaça nuclear.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Rijo, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **André Rijo** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria, em primeiro lugar, cumprimentar e saudar os grupos parlamentares que apresentam iniciativas neste ponto da ordem de trabalhos. Na generalidade, não vemos razões para inviabilizar e, portanto, estaremos presentes neste debate.

Queria falar um pouco sobre uma tendência, que é muito nossa, muito portuguesa, de, perante um evento extremo, acharmos que está tudo mal, que tudo tem de ser repensado, que agora é que vai ser, agora é que vem aí o PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência) ou um outro documento milagroso qualquer que vai resolver e expurgar todos os males que existem no País.

Srs. Deputados, o País não começa do zero. O País tem estratégias e planos que resultam de trabalho técnico, científico e académico bastante exigente e rigoroso.

Vozes do PSD: — Verdade!

O Sr. **André Rijo** (PS): — Trago comigo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2021, que aprovou — pasme-se! — a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030, e cito: «A Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva 2030 (Estratégia 2030) insere-se num contexto internacional enquadrado em três estratégias globais relevantes para a gestão de riscos, todas elas adotadas em 2015: o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes, o Acordo de Paris, referente à adaptação às alterações climáticas, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030». É também a estratégia que define eixos prioritários: «[...] (i) fortalecer a governança na gestão de riscos; (ii) melhorar o conhecimento sobre os riscos; (iii) implementar estratégias para a redução de riscos; (iv) melhorar a preparação face à ocorrência do risco; e (v) envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos.»

Pasme-se ainda mais, Srs. Deputados, porque esta estratégia, em vigor ainda, define um plano de ação que tem o objetivo estratégico n.º 5, do qual passo a citar só dois ou três exemplos: «[...] 5.1.2 — Elaborar materiais pedagógicos acessíveis e interativos, para difusão junto da comunidade educativa e dos atores do sistema formativo e do público em geral, visando divulgar os riscos existentes e fomentar uma conduta de autoproteção [...] 5.2.5 — Construir uma ferramenta de divulgação *online* de conteúdos de autoproteção para o cidadão. 5.2.6 — Criar material didático específico, relativamente aos riscos, orientados para a população com deficiência [...]».

De facto, Srs. Deputados, como dizia o grande Zeca Afonso, «o que faz falta...»

O Sr. **André Ventura** (CH): — É animar a malta!

O Sr. **André Rijo** (PS): — «... é avisar a malta.»

Mas o que fazia mesmo falta era termos um Governo que deixasse as palavras, passasse às ações e, nomeadamente, cumprisse e executasse as estratégias que estão aprovadas, que estão em vigor e mereciam mesmo ser implementadas.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, o Governo da AD desistiu.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Disparate!

O Sr. **André Rijo** (PS): — O Governo da AD desistiu de colocar no discurso político e na ação política uma estratégia de ação preventiva de Proteção Civil, e isso, de facto, não pode acontecer.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa regista a inscrição do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que tem agora a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O País precisa, sem dúvida, de uma cultura de prevenção e de comunicação em caso de emergência, e queria deixar algumas sugestões.

Em caso de alerta vermelho, se for comandante nacional da Proteção Civil, não se ausente do território nacional; se for Ministro da Administração Interna, não desapareça na invisibilidade do gabinete; se for Ministro da Presidência, não faça números de propaganda em momentos de crise; se tiver responsabilidades nas Forças Armadas, não espere uma semana para colocar o Exército em prontidão operacional; se for membro de um órgão de soberania, não desvalorize as ameaças das alterações climáticas; se for Ministro das Finanças, não promova a privatização de infraestruturas críticas nem, muito menos, as entregue a um Estado estrangeiro.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Senão caem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Amanhã, temos todos a responsabilidade de votar todos os projetos que contribuírem para reforçar a cultura de prevenção em Portugal, porque deles depende a forma como Portugal vai responder a uma das suas principais ameaças à segurança nacional: os fenómenos climáticos que temos...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e que infelizmente, como até agora o Chega reconhece, se vão repetir.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Em duas declarações, surpreendeu-me! Bem vindo à luta!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para a intervenção de encerramento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate vai longo, mas noto que, realmente, vale a pena o Livre agendar, uma vez mais, um debate sobre alterações climáticas, um debate sobre prevenção, um debate sobre ter um País preparado e que responda aos seus cidadãos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É por isso que tens 0,6 %!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Senão, veja-se: até o Chega, em duas intervenções — não foi em uma, foi em duas intervenções! —, reconhece o impacto que as alterações climáticas vão ter no nosso País.

Protestos do CH.

É claro que não dizem estas palavras, porque elas picam na língua —...

Continuação de protestos do CH.

... eu sei que elas picam na língua aos Deputados do Chega! — mas reconhecem, porque não podem deixar de reconhecer aquilo que é óbvio, aquilo que a ciência nos diz.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem disse isso? Foi o Manuel João Vieira?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É por isso que, sim, nós insistimos, como temos insistido desde o primeiro dia em que passamos a estar representados nesta Casa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — 0,6 %!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... as alterações climáticas que são reais, elas vão ter um impacto tremendo e permanente no nosso País.

Aquilo que vai decidir o que vai acontecer com o País e com os portugueses é aquilo que nós, enquanto legisladores, formos capazes de fazer. É por isso que, perante uma situação extrema,...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... perante uma situação que vai continuar a extremar-se, e para pior, temos de ter a coragem de tomar medidas corajosas, e também elas extremas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Extrema foi a derrota que tiveste!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Extremas, no sentido de proteção; extremas, no sentido de prevenção; extremas, no sentido de prontidão do nosso País.

E não, Srs. Deputados, não se trata de medo, como aqui se falou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — 0,6 %!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não, Srs. Deputados, não se trata de excesso de Estado, pelo contrário. Trata-se de ter o Estado junto dos portugueses,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — 0,6 %! Atrás do Manuel João Vieira!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... trata-se de ter o Estado a dar-lhes a confiança de que, assim que ele for chamado a agir, assim que tivermos de responder a qualquer fenómeno extremo — e, marquem as minhas palavras, isso vai acontecer muito mais cedo do que tarde,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como é que sabes?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... provavelmente ainda neste ano, com os fogos florestais que voltarão a assolar o nosso País —,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como é que sabes isso?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... os portugueses tenham em sua casa um guia que lhes diga o que fazer em situação de necessidade. Eu quero que os portugueses tenham em sua casa um *kit* de emergência que permita que estejam protegidos perante este fenómeno extremo...

Protestos do CH.

... e quero que os portugueses tenham a certeza de que têm um Governo e uma Assembleia da República que não falham aos seus compromissos e que não falham na sua defesa.

É disto que este debate trata. Quem não acompanhar estas propostas está a fazer um muito mau serviço ao País e está, sobretudo, a abandonar os portugueses à sua sorte,...

Protestos do CH.

... e para isso não contarão nunca com o Livre.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já não contamos!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, terminámos este ponto da nossa ordem de trabalhos...

Protestos do CH e contraprotestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Já terminámos, Srs. Deputados.

Vamos então passar ao quarto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação conjunta, na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 287/XVII/1.^a (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal militar e militarizado, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro), 288/XVII/1.^a (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do CGP, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro), 419/XVII/1.^a (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de reforma e de velhice dos militares das Forças Armadas, dos militares da Guarda Nacional Republicana, do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima e 420/XVII/1.^a (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de aposentação e de velhice do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica da Polícia Judiciária e do pessoal do Corpo da Guarda Prisional.

Para iniciar o debate, tem a palavra para uma intervenção, pelo PCP, a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero dirigir uma primeira palavra e uma saudação aos dirigentes das estruturas profissionais, militares e profissionais das forças de segurança, que estão hoje aqui presentes, na Assembleia da República, a acompanhar este debate. Uma saudação à sua ação e intervenção na defesa dos direitos destes profissionais.

Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do CH e do PS.

As iniciativas que o PCP traz a debate são para repor justiça, dignidade e valorizar a carreira profissional ao serviço do Estado.

A convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da Segurança Social, no que respeita às condições de aposentação e ao cálculo das pensões, foi extremamente prejudicial e penalizador para os profissionais das Forças Armadas e das forças de segurança. Foi uma decisão desastrosa, tomada em 2005 por um Governo do Partido Socialista, que contou sempre com a concordância do PSD e do CDS.

Para quem se inscreveu na Caixa Geral de Aposentações até agosto de 1993, a sua pensão ronda, sensivelmente, os 90 % do último vencimento; já para quem se inscreveu na Segurança Social, a partir de 2006, a sua pensão ronda apenas cerca de 40 % do último vencimento. Mesmo o regime transitório não corrigiu as injustiças no cálculo das pensões e é-se tanto mais penalizado quanto mais tarde se ingressou na carreira e quanto mais alto for o posto e a remuneração à data da passagem à situação de reforma.

Estamos perante um injusto corte de muitos milhões de euros nas pensões destes profissionais e de uma efetiva desvalorização de toda uma vida de trabalho — não há outra forma de o dizer.

Constantes pedidos de abate ao quadro nos últimos anos, redução do número de efetivos, sobrecarga de trabalho, fadiga, exaustão, degradação das relações sociais, falta de quadros com qualificações que levaram décadas a adquirir: é este o resultado destas opções. Saídas, muitas vezes para o exercício de funções no setor privado, não porque não tenham espírito de missão, mas porque não lhes são garantidas condições de trabalho.

E os reflexos destas opções aí estão: faltam profissionais nas Forças Armadas e nas forças de segurança. O próprio relatório do Orçamento do Estado para 2026 assumia um saldo negativo entre entradas e saídas, correspondendo à perda de cerca de 600 profissionais das Forças Armadas e das forças de segurança.

As insuficientes medidas adotadas não estão a conduzir à reversão da atual situação, não obstante toda a propaganda do Governo. A realidade está à vista de todos — de militares, de polícias, de militarizados, das estruturas representativas, dos chefes de ramos, do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas —, e nem o Governo, por mais que queira, consegue ignorá-la.

Não se pode continuar a desprezar as condições de vida e as carreiras de quem garante as funções de soberania do Estado e os deveres constitucionais. Louvores e discursos de cerimónia são simpáticos, mas, se não tiverem tradução na valorização das suas carreiras e direitos, de pouco valem.

O reconhecimento das funções que desempenham tem de se traduzir em medidas concretas de valorização dos salários, das carreiras, das profissões.

É neste sentido que o PCP propõe uma solução concreta para garantir esses direitos e condições de vidas dignos, que consiste em aumentar o complemento de pensão para que se assegure que a reforma corresponde a 90 % do último vencimento.

Reitero, Sr.^a Presidente, é uma proposta para repor justiça, para garantir dignidade e valorizar os profissionais das Forças Armadas e das forças de segurança.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada Paula Santos tem três pedidos de esclarecimento, embora não tenha tempo para responder. Ainda assim, naturalmente que vão ser feitos.

O primeiro pedido de esclarecimentos é da Sr.^a Deputada Helga Correia, do Grupo Parlamentar do PSD, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PCP agendou para debate o tema do complemento de pensão destinado ao pessoal militar e militarizado, um tema relevante, que me permite falar do caminho de valorização e dignificação da carreira militar seguido por este Governo.

No contexto da iniciativa, a proponente insiste na narrativa. Fala em ataque aos rendimentos dos trabalhadores, em degradação e ataque à condição militar, abandono precoce e obstáculos ao recrutamento e retenção.

Confesso, Sr.^a Deputada Paula Santos — e, não tendo tempo para responder nesta fase, poderá dizê-lo no encerramento deste debate —, que não sei a que período se refere, se ao período em que fez parte do Governo da geringonça ou se a este momento atual. Não me parece que esteja a falar deste Governo, Sr.^a Deputada.

Vejamos os factos. O General Mendes Ferrão, Chefe do Estado-Maior do Exército, em entrevista ao *Diário de Notícias*, em 24 de outubro, foi claro: «[...] o aumento de efetivos está a acontecer». E o grande fator diferenciador foi o vencimento.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Em dois anos, o exército aumentou o efetivo em 6 % e reforçou cerca de uma centena de novos quadros permanentes, refletindo, e cito, «uma grande sincronia entre a instituição militar e a tutela».

Sr.^a Deputada Paula Santos, não há dúvidas! Este Governo tem seguido o caminho claro da dignificação da carreira militar, através da valorização salarial das Forças Armadas e da aposta na formação das pessoas, na formação de qualidade, tal como tem vindo a fazer noutras carreiras da Administração Pública.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Quanto à retenção, na mesma entrevista, o Chefe do Estado-Maior do Exército referiu que a taxa de retenção do exército aumentou cerca de 30 %, em dois anos, e que o tempo médio de permanência de um militar em regime de voluntariado ou contratado passou de pouco mais de dois anos para três anos e meio.

Sr.^a Deputada, concorda com o PSD e com o Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Mendes Ferrão, que podemos afirmar que temos sinais fortes de aumento do número de efetivos e que esse aumento se deve às políticas do Governo? Concorda ou não, Sr.^a Deputada?

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O PCP beneficia de uma cedência de tempo do Livre, mas preciso que a Sr.^a Deputada Paula Santos informe a Mesa se responde em conjunto aos três pedidos de esclarecimento. É assim, não é?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sim, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Naturalmente.

Então tem a palavra, para o seu pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, queria começar por fazer-lhe um cumprimento por este tema — que é um tema que nos importa a todos, mas que importa sobretudo ao País —, que diz respeito à valorização e à dignificação de forças de segurança, militarizadas ou não militarizadas, que têm sido sucessivamente, e isso inclui o tempo presente, afetadas na sua dignidade. Esta questão das pensões é mesmo isso, é uma questão de dignidade. É uma questão que não devia, sequer estar, hoje em discussão aqui, no Parlamento, porque nunca devia ter acontecido.

Porém, queria recordar-lhe que o que nos traz aqui hoje, precisamente, é o Decreto-Lei n.º 3/2017. Nesse ano de 2017, os Srs. Deputados estavam a apoiar o Governo do Partido Socialista,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que permitiu precisamente este corte vergonhoso nas pensões às forças de segurança.

Aplausos do CH.

Portanto, não podem vir aqui hoje dizer que querem resolver uma situação de desvalorização de rendimentos, quando isto aconteceu em 6 de janeiro de 2017. Os senhores estavam a apoiar o Governo Socialista e nunca — nunca! — os ouvi dizer...

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

... que voltavam atrás no Orçamento, nunca os ouvi dizer que pediam uma apreciação parlamentar, nunca os ouvi dizer que afrontavam o Partido Socialista. Não! Nessa altura, o que foi importante foi garantir o vosso lugar, e ignoraram as forças de segurança.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Tal e qual!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora querem-nos aqui!

Nós também batemos palmas. A diferença é que nós os defendemos, nós não nos vendemos. Essa é que é a diferença!

Aplausos do CH.

A outra é esta, Sr.^a Deputada, não compreendo a CDU (Coligação Democrática Unitária) e o PCP, francamente. Eu sei que já lhes levámos os votos todos e eles já não têm quase nenhuns,...

Risos do CH.

... mas, mesmo assim, há uma coisa que não compreendo. É que tenho aqui uma lista de dezenas de propostas do Chega para suplemento de pensão das forças de segurança; para aumentar as penas em relação a agressões a forças de segurança; para dar dignidade e aumento salarial às forças de segurança; e em todas — em todas! — a CDU voltou atrás e absteve-se.

Ó Sr.^a Deputada, não dá para ter duas caras no Parlamento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não pode andar a fazer jogos com o PS e a querer defender as forças de segurança!

Aplausos do CH.

Não! Ou defende as forças de segurança ou defende o poder estabelecido. É muito simples de ver.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sra. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, quero cumprimentá-la pelo tema que traz hoje a debate e pela intervenção que fez. Cumprimento também todos os representantes das forças e serviços de segurança e das Forças Armadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês estão ao lado dos criminosos!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo tem de poder fazer o seu pedido de esclarecimento. E o tempo tem de parar na altura em que estas situações acontecem. Podemos continuar?

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás ao lado do Odair, não é das forças de segurança!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foram essenciais ainda agora, como agentes da proteção civil. Quando o Estado falhou, as polícias, os militares não falharam, mesmo quando o comando não lhes deu as orientações.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que vergonha! Falta de respeito!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Deputado João Almeida, é mesmo sobre uma vergonha que se passou há relativamente pouco tempo que eu queria interpelar a Sr.^a Deputada Paula Santos.

Certamente que, no coro de elogios de Pedro Passos Coelho que se ouve à direita, se recorda que quando esse mesmo Governo, PSD e CDS, que André Ventura apoiava, cortou as pensões dos antigos agentes das polícias, dos militares.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em 2017!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas isso o Sr. Deputado ignora sempre!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lata!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Portanto, temos muito orgulho em ter repostos essa justiça às forças de segurança, aos militares. E é por isso que votaremos a favor deste complemento, que é de elementar justiça.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lata!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas na sua memória seletiva, Sr. Deputado, podia introduzir este facto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lata!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem o PCP bateu palmas!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Obrigada, Sr.^a Presidente. Em relação ao PSD, a pergunta que lhe faço é se não acha que é injusto que, quando estes profissionais se reformam, a sua reforma seja cerca de 40 % do seu último vencimento. É disto que estamos a tratar, e sobre isto este Governo ainda não fez nada.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas fez o seu!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Se está muito preocupado e se quer contribuir, aprove esta proposta do PCP.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Já quanto ao Chega, o Sr. Deputado deve andar muito distraído. Isto é um problema que vem de 2005. Veja bem, em 2005 estava o Sr. Deputado no PSD, e a ser conivente com isto tudo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mentira!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não sabe a mentira que está a dizer?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Veja bem a sua responsabilidade nesta matéria.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos continuar o debate. Está inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Apenas para que a Mesa diga à Sr.^a Deputada Paula Santos que o Sr. Deputado André Ventura só é Deputado desde 2019. Não era Deputado em 2015, nem em 2014 ou 2013, quando o PCP esteve sempre ao lado ao Partido Socialista.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Pedro Pinto, esses factos são públicos.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas ela não sabe!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada Paula Santos pediu a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, é uma interpelação à Mesa nos mesmos termos.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Imagino que sim, Sr.^a Deputada. Faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, é um facto público que o Sr. Deputado André Ventura, antes de ser do Partido Chega, era militante do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não era Deputado!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Também esses factos são públicos, Sr.^a Deputada. Portanto, vamos continuar.

Protestos do CH.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: O projeto que hoje aqui apresentamos é da mais elementar justiça. Visa, tal como este partido fez desde a sua fundação, garantir que as forças de segurança, em Portugal, são tratadas devidamente e não como funcionários públicos de segunda ou como cidadãos de segunda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que tem acontecido em Portugal nos últimos anos é isto: fruto das políticas do Partido Socialista, com o apoio do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista e do Livre,...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Está enganado!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E no tempo de Passos Coelho?

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... as forças de segurança têm sido tratadas como cidadãos de segunda e, na maior parte das vezes, como criminosos, quando são eles que nos defendem contra os criminosos.

Aplausos do CH.

Por isso, a Sr.^a Deputada está um pouco confusa.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Em 2005! Foi quando começaram os cortes!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi num governo do Partido Socialista e não num governo do PSD que essas alterações foram feitas.

Mesmo assim, Sr.^a Deputada, permita-me que lhe diga isto, com toda a franqueza, cara a cara: eu tenho um historial que a Sr.^a Deputada não tem. Tenho muito orgulho em todos os percursos partidários que fiz. E tenho uma vantagem, eu nunca disse ao PSD: «Eu esqueço os polícias para vos aprovar o Orçamento.»

Aplausos do CH.

Eu fiz o contrário. Eu disse: «Não aprovaremos o Orçamento, se não derem o que for aos polícias!»

Aplausos do CH.

Sabe qual é a diferença, Sr.^a Deputada? É que este partido votou contra todos os Orçamentos que esses senhores apresentaram, precisamente porque estavam contra bombeiros, contra forças de segurança, contra polícias!

Aplausos do CH.

Os senhores venderam-se ao Partido Socialista! É essa a nossa diferença! A nossa diferença é esta: nós não nos vendemos!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Não têm alma!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores venderam a alma, há muito tempo, ao Partido Socialista e a todos aqueles da esquerda que deixaram a polícia abandonada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, o projeto que trazemos aqui hoje é simples e fácil de perceber.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vende tudo, mesmo sem alma!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores já só têm um Deputado, já nem alma têm!

Risos e aplausos do CH.

E em breve já nem estarão aí, por isso também já não podem falar muito.

Deixem-nos só explicar o projeto que temos aqui, que é fácil de perceber.

Só para terminar, para que fique muito claro, o que queremos hoje é a evidência da justiça. Permitir que forças de segurança não sejam penalizadas na sua pensão, por uma razão que os senhores todos já aqui perceberam. Quando houver problemas, como ainda agora houve, outra vez, em várias zonas do País e como

houve no Martim Moniz ainda há dois dias, os senhores não chamam o *Batman* nem o *Super-Homem*, chamam aqueles homens e mulheres que estão ali em cima.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Patrícia Faro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Sr.^a Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Todas as iniciativas hoje em discussão dizem respeito ao pessoal militar, militarizado, das Forças Armadas ao pessoal da PSP (Polícia de Segurança Pública), GNR (Guarda Nacional Republicana), Polícia Judiciária e algumas carreiras especiais de inspeção, e versam sobre questões relacionadas com o cálculo de pensões de reforma, complemento de pensão e regras de aposentação.

O Projeto de Lei n.º 287/XVII/1.^a, do PCP, e o Projeto de Lei n.º 419/XVII/1.^a, do Chega, propõem alterações ao Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro, já aqui referido, que regula as condições, as regras de atribuição e de cálculo das pensões de reforma do regime de proteção social convergente e das pensões de invalidez e velhice do regime geral da segurança social dos militares das Forças Armadas e militares da Guarda Nacional Republicana, subscritores do regime convergente e contribuintes do regime geral.

Relativamente ao Projeto de Lei n.º 288/XVII/1.^a, do Partido Comunista Português, e ao Projeto de Lei n.º 420/XVII/1.^a, do Chega, os mesmos contemplam uma outra componente de profissionais, como as carreiras de investigação criminal, de segurança e de especialistas da polícia científica.

De referir que este Decreto-Lei n.º 3/2017, que ora se pretende alterar em alguns pontos, é efetivamente da autoria do XXI Governo, onde esteve o Partido Socialista, e configura o regime atualmente em vigor.

Trata-se de um diploma que procura equilibrar dois objetivos: por um lado, a convergência com o regime geral da segurança social e a sustentabilidade financeira do sistema; e, por outro, o reconhecimento das especificidades das funções militares e militarizadas, garantindo-lhes um regime próprio de reforma financiado pelo Orçamento do Estado.

A valorização da condição militar é uma matéria de estrutural soberania, que a todos nos convoca e que deve ser devidamente assegurada ao longo de todo o ciclo do trabalho destas forças e, primordialmente, nas suas carreiras profissionais, a nível de condições remuneratórias e outras.

No nosso entender, deve ser prevenido a montante, através da valorização da carreira, e não apenas com complementos a jusante. A valorização das carreiras assume-se cada vez mais como elemento determinante para a atratividade e retenção, mas sobretudo para o bem-estar, qualidade de condições de trabalho e vida destes profissionais.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Partido Socialista reconhece plenamente a especificidade da condição militar, como tem ficado evidente nas nossas intervenções, quer em termos governativos quer parlamentares. Temos estado e continuamos a estar disponíveis para melhorar esse quadro, para mitigar impactos e assegurar a correção de possíveis iniquidades.

Porém, nunca poderemos deixar de ter presente a equidade e justiça como princípios estruturantes da nossa democracia e do nosso sistema de pensões e devemos evitar que intervenções casuísticas, por mais justas que possam parecer, possam comprometer esses princípios.

O Partido Socialista reconhece plenamente a especificidade da condição militar e também entendemos que a equidade horizontal é um princípio estruturante do sistema público das pensões, sendo que a sustentabilidade da segurança social é uma responsabilidade intergeracional.

Dito isto, reconhecemos os objetivos das propostas aqui apresentadas e reiteramos o nosso profundo respeito pelo pessoal militar e militarizado das Forças Armadas, reconhecendo a singularidade da condição militar marcada pela disponibilidade permanente, pelo risco inerente ao serviço e por deveres e restrições que não encontram paralelo na generalidade das carreiras da Administração Pública.

Não podemos esquecer que a dignidade das pensões também é uma prioridade para o Partido Socialista e que deve ser garantida com soluções justas para todas as pessoas.

Saudamos os grupos parlamentares pelas propostas apresentadas, o tema é importante e pertinente, mas tem subjacentes mecanismos de equidade, de justiça social e sustentabilidade que levantam questões de grande complexidade e que exigem uma análise cuidada.

A dignidade das pensões é uma causa comum e o Partido Socialista continua a dar continuidade a este trabalho, porque a forma de a garantir exige reflexão, ponderação e diálogo. Caso contrário, estamos a criar soluções que desencadeiam novos desequilíbrios.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos hoje perante uma situação que não é apenas técnica, é uma questão de justiça e, acima de tudo, de respeito.

Temos hoje militares e agentes de segurança que serviram Portugal com honra, sujeitos a deveres especiais, restrições de cidadania e disponibilidade permanente que, no momento da reforma, veem a sua pensão reduzida de forma brutal, em alguns casos quase para metade do seu vencimento.

Isto não é aceitável. Não é aceitável que existam sete fórmulas diferentes de cálculo. Não é aceitável que militares que vestiram a mesma farda sejam tratados de forma desigual apenas por causa da data em que ingressaram nas Forças Armadas ou forças de segurança. E não é aceitável que o Estado falhe a quem dedicou a vida inteira ao serviço e ao País.

Garantir que a pensão corresponda a 90 % da remuneração na reserva não é um privilégio, é, acima de tudo, justiça social. E se queremos Forças Armadas e de segurança fortes, respeitadas e com capacidade de retenção, então temos de começar por respeitar quem nelas servem.

Eu vou continuar a respeitar esses homens.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Srs. Deputados: Estamos a analisar neste debate as propostas de dois partidos da oposição, do extremo deste Hemiciclo, que dizem respeito às atribuições de pensões a determinadas carreiras na PSP, na GNR, na Polícia Judiciária, no Corpo da Guarda Prisional, na Marinha e na Polícia Marítima.

Estes projetos de lei do PCP, pelos quais o Chega se deixou arrastar, confirmam a teoria de um filósofo francês, Jean-Pierre Faye, pela qual, politicamente, os extremos se tocam com frequência.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ai os extremos!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — E realmente, neste caso, a convergência do Chega com o PCP é total. Não vale a pena despachar, Sr. Deputado André Ventura, basta ler os projetos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Despachar?!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — É suficiente a sua leitura. Os projetos de lei do PCP, que o Chega em parte copiou, estão juntos no populismo, na má preparação das propostas e nos seus fundamentos, na criação de desigualdades, nos seus impactos nas contas públicas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a proposta do PSD?

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Se não, vejamos: não quantificam o universo de pessoas a abranger; não referem o aumento de despesa inerente; nem sequer referem a necessidade de um estudo de impacto financeiro para as contas do Estado, como seria próprio de quem assume propostas políticas com responsabilidades face ao País.

Vozes do CH: — Mais um estudo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz um grupo de trabalho!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Estas propostas de lei criam desigualdades e graves injustiças para os beneficiários que passam à reserva, se aposentaram ou reformaram após a entrada em vigor dos Decretos-Lei n.ºs 3/2017 ou 4/2017.

É importante realçar que a especificidade das forças militares e paramilitares já é salvaguardada, quer pelo subsídio de condição militar quer pela antecipação da idade em seis anos face à idade normal de acesso à pensão ou à reforma.

Além do mais, o Chega, que ignorou, no seu projeto, o pessoal militarizado do Exército,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso não é verdade!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — ... o que origina também graves desigualdades, uma vez que no caso do estatuto de aposentação, cria, num caso, pensões por portaria e, noutro caso, cria pensões face à situação remuneratória ou militar.

Protestos do CH.

Aliás o Chega, no caso dos militares, cria incentivos para deixarem a vida ativa mais cedo, uma vez que poderiam passar à situação de reserva, sem penalização, desde os 55 até aos 66 anos. Quando a idade legal de acesso à reforma é de 66 anos e 11 meses em 2027, percebe-se a ligeireza e o populismo da proposta do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de ler!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Temos outra proposta!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — O Governo de Portugal, pelo contrário, com absoluto respeito pelo equilíbrio das contas do Estado, já acordou com sucesso o desenvolvimento de mais de 20 carreiras na função pública.

O Governo aumentou o orçamento de várias forças policiais, promoveu centenas de concursos de ingresso, aumentou a atratividade das suas carreiras, melhorou as condições remuneratórias e de trabalho.

Foram aumentadas as penas contra agressões a membros das forças de segurança e foram criados planos de saúde e prevenção mental contra o suicídio.

Por outro lado, preparou também a entrega à GNR e PSP de *bodycams*, e aumentou os meios tecnológicos de combate ao crime.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — As *bodycams* foram proposta nossa!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Foi criada a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras, que o Chega, na primeira mão, chumbou,...

Protestos do CH.

... importante para a discussão de políticas de fronteiras, retorno e asilo para salvaguardar valores fundamentais.

Continuação de protestos do CH.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr.^a Presidente...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem razão, Sr. Deputado, está a ficar difícil. Vamos parar o tempo, por favor.

Protestos do CH.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — O problema com as propostas...

Continuação de protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, se não tem condições para continuar, não continua mesmo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é que era!

Protestos de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos esperar que haja condições para retomar.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Como eu estava a dizer, estão a ser criados e reabilitados edifícios para o alojamento das forças de segurança, bem como intervenções em postos e esquadras, a entrega de mais de 600 veículos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chove lá dentro!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — ... e mais de 20 000 bens, entre armamento, equipamentos de proteção individual e para funções especializadas.

Protestos do CH.

É este o caminho a seguir, sem cedências ao populismo e sem ceder a medidas que vão contra todo o equilíbrio, a equidade e a igualdade social, princípios inerentes à defesa do Estado social.

Estes profissionais superimportantes no combate aos efeitos da intempérie, vão contar, como sempre, com o Governo de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de ler as propostas!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vocês podiam resolver a situação hoje!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Ricardo Reis, do Grupo Parlamentar do Chega.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Joaquim Barbosa, estamos de facto a falar de uma profissão da maior nobreza, de um altruísmo de quem coloca a sua vida em segundo plano para defender todos e cada um de nós, e que ao dia de hoje têm menos condições do que tinham há uns anos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — ... quer seja na valorização do seu risco quer seja na sua aposentação e naquilo a que têm direito quando se aposentam.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Mas este País, este País que vocês criaram, é um país ao contrário. É um país onde vocês aceitam e acham normal que malta como Armando Vara, que não andou a trabalhar aqui nem dia, que andou a gamar o povo português durante toda a vida, tenha acesso a uma subvenção vitalícia, enquanto estes homens e mulheres têm direito a 60 % do último ordenado para a sua aposentação.

Aplausos do CH.

E digo mais, o seu Governo — sim, o seu Governo —, que tem dinheiro para esbanjar em Sport TV,...

Protestos de Deputados do PSD.

... que tem dinheiro para esbanjar em maquilhagem,...

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Eh!...

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — ... pergunto a estes senhores, para quem eu aqui falo hoje: quando se sentam com vocês à mesa das negociações, das vezes que as ministras não fogem com o rabo à seringa, dessas mesmas vezes, dão-vos migalhas ou uma mão cheia de nada. É isso que vocês dão.

Aplausos do CH.

Portanto, Sr. Deputado, da miséria e da falência moral que o seu partido e este partido aqui ao lado — já não falo dos micropartidos que ali se sentam — vivem, pergunto, é hoje que vão estar ao lado das forças de segurança?

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

É hoje que votam estas nossas propostas desfavoravelmente?

Ou farão, como o vosso Ministro da Administração Interna, talvez perceções da vossa...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Ricardo Reis, Caro e estimado Deputado, V. Ex.^a está a falar para o Partido Social Democrata ou está a falar para o Partido Socialista?

Vozes do CH: — São iguais!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Pediu-me, a mim, resposta na sua intervenção e está a falar para o Partido Socialista.

Agora, digo-lhe uma coisa, a prova exata...

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado Joaquim Barbosa, dê-me um segundo, se faz favor.

Vamos tentar criar condições para que a resposta do Sr. Deputado possa acontecer, já que houve um pedido de esclarecimento.

Faça favor, Sr. Deputado, pode terminar a sua resposta.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ele está a tremer!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Deputado, pelos vistos, há mais Deputados do Partido Socialista incomodados com a intervenção do Chega em relação a isto.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Está a tremer que nem varas verdes!

Risos do CH.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Mas digo-lhe uma coisa...

Continuação de risos do CH.

Sr. Deputado, assim é difícil...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, os incidentes colaterais não nos podem desviar do nosso objetivo. O nosso objetivo é que o Sr. Deputado termine a resposta ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Ricardo Reis.

Vozes do CH: — Já não tem tempo!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Pois é, já terminou o tempo, Sr. Deputado. Não tem tempo.

Risos do CH e protestos do PSD.

Está inscrita, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Marta Patrícia Silva, da Iniciativa Liberal.

Continuação de protestos do PSD e contraprotestos do CH.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começemos pelo essencial. A condição militar e a condição policial não são como as outras. Implicam disponibilidade permanente, risco, restrições de direitos e um compromisso especial para com o Estado. Quem serve Portugal nestas funções merece respeito e merece, sim, soluções justas, mas merece também ser tratado com seriedade.

Os projetos que hoje discutimos, quer do PCP quer do Chega, propõem uma alteração estrutural ao regime de pensões, fixando um complemento que garanta 90 % da última remuneração na reserva ou na pré-aposentação.

Ora, isto não é um mero ajuste técnico, é uma transformação profunda do modelo. O regime atual compara fórmulas e aplica a mais favorável e o que agora se propõe é criar uma garantia mínima artificial, desligada da lógica contributiva e do equilíbrio global do próprio sistema.

Mais ainda, prevê que o complemento seja automaticamente atualizado sempre que haja alterações às tabelas remuneratórias do ativo.

Srs. Deputados, permitam-me uma pergunta honesta: um pensionista passa a ter a sua pensão indexada à evolução salarial de quem está no ativo? É disso que estamos a falar? Estamos a falar de um regime de proteção social ou de um mecanismo de prolongamento permanente da carreira? Esta solução cria uma indexação automática da despesa pública, integralmente suportada pelo Orçamento do Estado, sem qualquer estimativa séria de impacto financeiro e sem enquadramento na sustentabilidade do sistema.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Nada que nos surpreenda, vindo do Chega e vindo do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mau!

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Reconhecemos que existem injustiças no regime atual, mas não é com soluções maximalistas, avulsas e financeiramente opacas que se resolvem problemas estruturais.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Opacas?!

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Não podemos substituir desigualdades por promessas fáceis, não podemos transformar o debate sobre pensões num leilão de percentagens para ver quem é que dá mais e não podemos, acima de tudo, usar pensos rápidos para evitar uma discussão séria sobre a reforma da própria Segurança Social.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

A Iniciativa Liberal estará sempre disponível para discutir uma revisão séria, global e tecnicamente fundamentada destes regimes especiais. O que não acompanhamos são propostas que criam expectativas elevadas sem garantir sustentabilidade, coerência e equidade no conjunto do sistema público de pensões.

Respeitar quem serve o País exige rigor, exige equilíbrio, exige responsabilidade, e foi, precisamente, isso que faltou hoje no debate com o PCP e com o Chega, que continuam a apostar na demagogia, no populismo e na instrumentalização dos mais frágeis.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Pergunta-lhes!

A Sr.^a **Marta Patrícia Silva** (IL): — Para isso, Srs. Deputados, não contem connosco.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado...

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa e contraprotestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos permitir que a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real faça a sua intervenção.

Continuação dos protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa e contraprotestos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Isso está mau!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, julgo que já consegue falar, não é?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente. Por acaso, eu até me queria dirigir ao Sr. Deputado Joaquim Barbosa, porque acho que os seus 5 segundos teriam sido muito mais úteis se, ao invés de um passa-culpas entre o PSD e o PS, tivesse começado por pedir desculpa a quem está aqui a assistir, por ter adjetivado estas propostas de populistas.

Recordo que existem e persistem discrepâncias no cálculo que existe para as pensões entre militares e polícias que, quer o PS quer o PSD têm rejeitado corrigir.

Por isso mesmo, Sr. Deputado, e fazendo aqui um exercício de memória, o PAN, por exemplo, já propôs as atribuições dos suplementos de missão aos profissionais da PSP e da GNR, o aumento dos suplementos de serviço de risco, os suplementos de ronda aos profissionais, e sabe quais foram as forças políticas que as rejeitaram? Desde logo, o PSD, o PS, a Iniciativa Liberal, que também adjetivou estas propostas de populistas, e o CDS-PP.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o PAN acompanha e vai votar favoravelmente as propostas do PCP e do Chega, mas vê com muita incompreensão este tipo de adjetivações para com quem todos os dias dá a vida, por todos nós, lá fora, e põe em risco a sua segurança.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Cidadãos nas galerias: De facto, este é um debate muito importante, porque as transições do regime da Caixa Geral de Aposentações para o regime geral da Segurança Social geraram problemas de equidade nas pensões, criando frustrações profundas entre trabalhadores da mesma carreira ou que partilham carreiras semelhantes, colegas que trabalham lado a lado e que perspetivam reformas diferentes, o que mina necessariamente a coesão nas instituições.

Hoje, em particular, debatemos as injustiças aplicadas pelo Decreto-Lei n.º 3/2017 aos militares e pessoal militarizado, ao introduzir fórmulas de cálculo diferentes, consoante a idade de acesso à pensão e o tempo de serviço, por forma a convergir para o regime geral. O mesmo aconteceu com as polícias, polícia científica e demais pessoal da carreira de investigação criminal, por via do Decreto-Lei n.º 4/2017.

Estas regras criam diferenças significativas no valor das pensões, criando uma sensação de injustiça entre colegas e o aparecimento de frustração nas instituições que zelam pela segurança e defesa do País, o que não interessa a ninguém. Por isso, agradecemos ao PCP por trazer à discussão esta situação e a apresentação da solução de um complemento de pensão para militares e polícias.

O Livre defende a valorização de quem presta este serviço público em funções de risco, através de pensões justas e a correção gradual dos cortes impostos pelo fator de sustentabilidade. Queremos que o regime de pensões para militares e polícias assegure níveis de proteção que não desvalorizem o seu percurso profissional, devendo, para isso, existir uma norma transitória que minimize estas diferenças nas pensões até ocorrer uma convergência com o regime geral.

Mas não só, o debate é muito maior do que isto. O direito a uma pensão justa aplica-se a todas as pessoas, e o caminho a concretizar passa por melhorar o valor de todas as pensões, garantindo também a sustentabilidade da Segurança Social face aos desafios do futuro.

Perante a crescente precarização e tendência para modelos de flexibilização, que este Governo pretende impor, mas também face à evolução do mundo do trabalho, ao recurso à mecanização, à robotização, à inteligência artificial, é preciso considerar novas formas de contribuição, novas formas e fontes de financiamento que permitam, por um lado, desonerar a tributação sobre o trabalho e que garantam o reforço das pensões para todas as pessoas.

Cá estaremos para fazer e para continuar este debate.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São contra os polícias!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está agora inscrito o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS, para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento todos aqueles que, estando aqui presentes ou estando a assistir à distância, representam ou integram as forças, serviços de segurança e as Forças Armadas e são, naturalmente, especialmente interessados neste debate.

E por respeito aos mesmos, há um primeiro ponto que eu queria aqui deixar, que é um ponto de verdade. Foi aqui dito uma coisa que é absolutamente falsa: que este regime resulta de um decreto-lei de 2017,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — De 2005!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... mas que tinha origem num decreto-lei de 2005, dando a entender, erroneamente, que em 2005 estava em funções um Governo da Aliança Democrática, PSD/CDS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E estive em 2005.

Mas eu tenho aqui o decreto-lei. O Decreto-Lei n.º 229/2005, que começou com esta convergência, que é uma convergência altamente lesiva para elementos das forças de segurança e para militares, é de 21 de dezembro de 2005, e tem escrito assim: «O presente decreto-lei entre em vigor em 1 de janeiro de 2006. Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de novembro de 2005 — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa,...

Vozes do CDS-PP e do CH: — Ora!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... António Luís Santos Costa [...]» Ou seja, quem assina e quem começa com esta injustiça para as forças de segurança e as Forças Armadas são, nem mais nem menos, os dois primeiros-ministros dos Governos socialistas que tivemos e que governaram o País durante tantos anos.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu não uso este argumento e dou a cara e falo de frente e falo também quando é para dar notícias positivas às forças de segurança e às Forças Armadas e quando é para fazer debates difíceis como é este.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Isto não é para fugir à nossa responsabilidade, mas não é para aceitar que quem tem responsabilidade venha aqui fingir que nunca a teve,...

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... seja o Partido Socialista que esteve na origem do problema, seja quem apoiou o Partido Socialista na manutenção deste regime, ou até no reforço que fez em 2017, e agora finge que não tem nada a ver com o assunto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta questão é especialmente grave, porque a convergência das pensões acompanha um movimento de degradação da condição militar, naquilo que diz respeito aos militares, e da dignidade das forças e serviços de segurança.

Não foram só as pensões. Durante este período, em suplementos, em condições de trabalho, em horários, houve muita coisa que foi perdida por militares e elementos das forças e serviços de segurança. Nós estamos agora a inverter esse ciclo, invertemos em suplementos que revimos, invertemos em aumentos que fizemos e que outros não tinham feito, invertemos no recrutamento, que é fundamental para manter a capacidade operacional, e temos de olhar para esta matéria.

Não conseguimos, certamente, fazer tudo ao mesmo tempo. Não nos parece possível repor este regime, como aqui é proposto, de um dia para o outro. Mas se não é possível assim, também não podemos dizer que vamos ficar parados e calados como ficou quem nos antecedeu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Temos a responsabilidade de olhar e tentar encontrar uma solução, e é esse o compromisso que deixamos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Vocês metem-se a jeito...!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O José Sócrates não foi do PS! O António Costa também não foi do PS, querem ver!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Luís Testa, do Partido Socialista. Vamos deixar o Sr. Deputado chegar ao seu lugar.

Pausa.

Tem a palavra, Sr. Deputado Luís Testa.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando discutimos, nesta Casa, assuntos desta importância, precisamos de ter a matéria toda, de todo o tempo.

Eu pergunto ao Sr. Deputado João Almeida porque é que não invocou o seu tempo de governante, nesta área concreta, para também fazer currículo sobre esta matéria concreta. Ficava-lhe bem invocar o seu tempo de governante.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O CDS vai beneficiar de uma cedência de tempo da Iniciativa Liberal de 20 segundos e poderá, assim, o Sr. Deputado João Almeida responder ao pedido de esclarecimento. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Deputado Luís Testa, respondendo muito diretamente: por modéstia.

Quando fui governante na administração interna, fiz três acordos com sindicatos: no SEF, na guarda-florestal, na GNR, em forças que eram por mim tuteladas.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas não alterou este diploma!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tenho orgulho no que fiz, em diálogo e a favor dessas forças.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas não alterou este diploma!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Foi por modéstia que não lho disse na cara, mas digo agora.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não temos mais inscrições, também os tempos estão praticamente esgotados e, portanto, vamos seguir para o encerramento.

Para encerrar o debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de ir aos aspetos principais, não posso deixar de registar que o Chega, na sua intervenção inicial, dedicou mais tempo a atacar o PCP do que a apresentar a sua proposta. Eu creio que isto diz muito.

Protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É para chamar à razão!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas a verdade é que quando o Sr. Deputado André Ventura andava de mão dada com o Governo de Passos Coelho, cortava salários, direitos, e que afetou muito estes profissionais, foi o PCP, aqui na Assembleia da República, que interveio para que esses direitos e os salários fossem todos repostos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Viu-se aqui no decreto!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos perante uma profunda injustiça, e a Assembleia da República tem a oportunidade, de facto, de corrigir esta injustiça e de garantir dignidade, de valorizar a carreira destes profissionais, de valorizar a sua reforma.

Deixo a questão, Sr.^{as} e Srs. Deputados: é justo? Onde é que está a equidade de profissionais das Forças Armadas e das forças de segurança? Para uns, a reforma corresponde a cerca de 90 % do seu último vencimento, para outros corresponde a 60 % e para outros 40 %. Qual é a equidade que aqui está?

A nossa proposta permite resolver este problema, mas permite também resolver outro problema. Qual é a justiça para quem, depois de uma vida de trabalho, de uma carreira profissional, ao serviço do Estado, no desempenho de funções de soberania, chega ao momento da reforma, e a sua reforma, muitas vezes, pode ser metade daquilo que foi o seu último vencimento? Também podemos resolver este problema, é uma questão de vontade política.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — O problema era o Governo no tempo do PS!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Se há um reconhecimento destes profissionais, e há da nossa parte, ele não se pode ficar somente nas palavras, tem de se traduzir nos seus direitos, e traduzir nos seus direitos também no momento da aposentação, porque isso significa justiça, significa dignidade, mas significa valorizar uma vida de trabalho.

É isto que esta proposta traz, e veremos quem, de facto, está neste momento ao lado do PCP para este reconhecimento e para esta valorização.

Aplausos do PCP.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — E com esta intervenção encerra este ponto de ordem de trabalhos. Vamos dar início ao ponto cinco com o debate dos Projetos de Resolução n.ºs 539/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda o reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos e 546/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que diligencie junto da Ordem dos Médicos para que seja criada a especialidade de medicina paliativa, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 428/XVII/1.^a (PAN) — Reforça os direitos dos jovens na transição dos serviços pediátricos para os serviços para adultos quando perfazem 18 anos de idade, alterando a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, e 431/XVII/1.^a (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs 569/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo o alargamento e reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos, 585/XVII/1.^a (PAN) — Pelo reforço dos cuidados paliativos pediátricos, 591/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o reforço da formação em cuidados paliativos dos profissionais de saúde, 597/XVII/1.^a (BE) — Reforço dos cuidados paliativos pediátricos no Serviço Nacional Saúde, 598/XVII/1.^a (IL) — Atualização de valores da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, 600/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a valorização dos cuidados paliativos comunitários, 601/XVII/1.^a (PS) — Reforço da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, assegurando uma resposta integrada ao longo do ciclo de vida e 604/XVII/1.^a (PCP) — Reforço da resposta em cuidados paliativos pediátricos.

Pausa.

Quero dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, pelo que pedia aos Srs. Deputados que estão de pé o favor de se sentarem e a quem está de costas para a Mesa o favor de se virar.

Sr. Deputado Paulo Núncio, tem a palavra para a sua intervenção. Faça favor.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje trazemos a debate os cuidados paliativos pediátricos, os cuidados paliativos para as nossas crianças. O que se passa em Portugal é um escândalo.

Todos os anos, 90 % das crianças não recebem os cuidados paliativos de que precisam no final das suas curtas vidas. E isso é um autêntico escândalo. Em cada 10 crianças que, infelizmente, perdem a vida todos os anos em Portugal, por doenças oncológicas ou por outras doenças terminais, apenas uma delas — sublinho, apenas uma delas — recebe cuidados paliativos adequados. Isso é absolutamente inaceitável, é absolutamente inadmissível, é absolutamente intolerável e é um atentado à dignidade das nossas crianças que acontece, todos os dias, em Portugal, em pleno século XXI.

Esta denúncia é feita por um partido, o CDS-PP, que tem legitimidade histórica, democrática e política para a fazer, legitimidade histórica, democrática e política que decorre do facto de termos sido o partido que propôs neste Parlamento a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei dos Direitos das Pessoas em Contexto de Doença Avançada e em Fim de Vida.

Srs. Deputados, a área dos cuidados paliativos é uma das poucas áreas em Portugal em que quase nada está diferente e em que quase tudo continua na mesma. Não há Comissão Nacional de Cuidados Paliativos. Já devia ter sido nomeada, mas, até agora, nada. Não há Plano Estratégico para Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos. Já devia ter sido aprovado, mas, até agora, nada.

Protestos do Deputado do PS Pedro Vaz.

Não existe um reforço das camas para cuidados paliativos. Já deviam ter sido criadas centenas, mas, até agora, nada.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Dois anos! Já tiveram dois anos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Finalmente, não há reforço dos médicos com a especialidade de cuidados paliativos. Já devia ter sido criada a especialidade em medicina paliativa, e o que temos até agora? Nada, nada igual a nada.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Dois anos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — No entanto, milhares de crianças continuam a morrer todos os anos com doenças terminais, sem terem acesso a cuidados paliativos para as aliviar, para as confortar e para as acompanhar no final da sua curta vida.

Srs. Deputados, os cuidados paliativos, especialmente para as nossas crianças, medem a medida da humanidade da nossa sociedade, porque, mesmo quando não é possível curar, é possível cuidar, é possível aliviar, é possível acompanhar. E se queremos ter um País que dá dignidade às nossas crianças no final da sua curta vida, então os cuidados paliativos têm mesmo de ser uma prioridade da nossa política de saúde, sobretudo num Governo de que faz parte o CDS e, sobretudo, num Governo que assumiu o compromisso expresso, no seu programa, de reforçar a rede de cuidados paliativos pediátricos.

Todas as crianças merecem cuidado — todas! —, e toda a vida tem dignidade...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... até ao último suspiro da sua existência, e o CDS não desiste desta nobre causa.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem, Paulo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento, mas não dispõe de tempo para responder.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Botelho, que, se calhar, vai fazer um pedido de esclarecimento curtinho. Faça favor.

O Sr. **Jorge Botelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, como deve saber, este Governo da AD, do qual o CDS faz parte, já tem dois anos.

O Sr. Deputado falou em várias coisas, nomeadamente em medidas, planos de cuidados paliativos e de proteção. Nós queremos agradecer ao CDS por trazer este assunto a debate, que é, obviamente, muito importante, mas também queremos dizer ao CDS que já não pode dizer que a responsabilidade é só dos outros,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não disse!

O Sr. **Jorge Botelho** (PS): — ... porque aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer é que parece que não fizeram nada sobre esta matéria em dois anos de Governo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não disse isso! Não disse! Nós não somos iguais a vocês!

O Sr. **Jorge Botelho** (PS): — As perguntas que eu tinha, perante a necessidade e urgência deste assunto, relacionam-se com o facto de que o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) — que ainda vinha do tempo da programação do Partido Socialista — tinha, e tem, previsto um conjunto de vagas para os cuidados paliativos. O que nós verificamos é que, das 7400 vagas que estavam previstas inicialmente, após a reprogramação, ficaram apenas previstas, para cuidados paliativos, 3850 vagas.

Sr. Deputado, a pergunta que lhe fazemos é: quantos lugares vão ser efetivamente previstos e quantos é que vão ser concretizados?

Já agora, se estes investimentos do PRR não forem totalmente concretizados, por causa das metas, até ao dia 31 de agosto de 2026, o que é que o CDS está a fazer para arranjar uma nova fonte de financiamento para acabar os investimentos em curso?

Compreendemos a questão, acompanhamos a questão e acreditem que esta matéria também é uma preocupação nossa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, uma pergunta rápida: o CDS faz ou não faz parte deste Governo?

Risos do PS.

Então, se faz parte, quando é que começam a resolver o problema?

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É isso!

O Sr. **Presidente**: — Por cedência de tempo do Chega ao CDS-PP, o Sr. Deputado Paulo Núncio dispõe de 24 segundos, mais a tolerância, para responder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, respondendo ao Sr. Deputado do Partido Socialista, a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos é de 2012. São quase 15 anos em que o País não foi capaz de cumprir as metas que estão fixadas nessa lei de bases, e essa lei de bases atravessa vários Governos e partidos.

Estou absolutamente convencido, respondendo também à Deputada da IL, de que, com este Governo e com a participação ativa do CDS, porque esta é uma causa nobre de que o CDS não desiste, vamos conseguir, finalmente, trazer a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e cuidar daqueles em final de vida, principalmente das nossas crianças. É esse o nosso compromisso.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real. Faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, saudamos o CDS por trazer a debate esta matéria, mas além das listas de espera que continuamos a ter, nomeadamente com os cuidados paliativos, não podemos esquecer-nos de uma outra dimensão que se prende com os cuidados paliativos pediátricos.

Neste caso, a par das várias distâncias que as famílias têm de percorrer, é mais preocupante verificar que regiões como o Alentejo e o Algarve continuam a não ter equipas especializadas. O apoio domiciliário é manifestamente insuficiente nestas regiões, faltam profissionais, falta formação, faltam recursos e não podemos ignorar o *Manifesto pelos Cuidados Paliativos Pediátricos*, que foi subscrito pela Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos e por várias sociedades científicas, e que deixa um apelo claro à urgência do reforço da rede e da cobertura nacional, assegurando, assim, um acompanhamento digno às crianças e às suas famílias.

Por isso mesmo, o PAN pretende, com a sua proposta, que haja mais camas, mais equipas especializadas, mais apoio estruturado, incentivos à fixação de profissionais e investimento sério na formação. Por isso,

propomos, igualmente, que a transição para os serviços dos adultos seja feita de forma gradual e não numa rutura abrupta, como hoje se verifica.

Não faz sentido, com as falhas que existem na rede e, também, com as necessidades especiais que crianças e jovens têm, que, aos 18 anos, haja esta rutura abrupta, como hoje existe. Não é aceitável que um jovem perca, de um dia para o outro, a referência e o modelo de cuidados que está mais centrado na sua realidade e no acompanhamento de maior proximidade familiar, como acontecia até aqui, durante o internamento.

O PAN propõe, precisamente, que esta transição seja feita de forma gradual, adaptada também às necessidades psicossociais das famílias, entendendo que isto é um dever do Estado, partilhado com as famílias, como é evidente, em especial quando falamos de crianças e jovens.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Agradeço ao CDS o agendamento deste debate, que é, de facto, muito relevante.

Os números mostram a dimensão do problema: 70 % das pessoas com necessidade de cuidados paliativos não têm acesso a estes cuidados em tempo útil, mas ainda mais chocante, 90 % das crianças que deveriam receber cuidados paliativos não os recebem.

Agora, temos a obrigação coletiva de cuidar e de garantir que as pessoas e as famílias têm todas as condições para aceder a cuidados paliativos, para minimizar o sofrimento e garantir o conforto nos momentos de final de vida.

Isso passa por várias ações. A Organização Mundial da Saúde e a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos recomendam a integração precoce dos cuidados paliativos nos percursos de tratamento e identificam a referenciação atempada como uma medida que melhora, significativamente, a qualidade de vida das pessoas e que reduz, também, as admissões hospitalares desnecessárias.

Para que isso seja possível, é preciso reforçar a formação em cuidados paliativos.

O Livre propõe, por isso, que o Governo, em articulação com as ordens profissionais e com as instituições de ensino superior, promova a inclusão sistemática destes conteúdos na formação inicial, especializada e contínua dos profissionais de saúde.

Outra proposta: mesmo quando os cuidados existem, falta muitas vezes a presença de quem é mais importante naqueles momentos, que é a família. A proximidade familiar junto de pessoas em fase avançada de doença é decisiva para a qualidade dos cuidados e para o apoio emocional. Sabemos, no entanto, que conciliar trabalho com o cuidado ou com o acompanhamento de um familiar em fim de vida é difícil. Nesses momentos, não se deveria obrigar ninguém a escolher entre acompanhar um familiar em fase terminal ou salvar o seu rendimento.

É isto que o projeto de lei do Livre pretende corrigir: garantir que as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos não implicam perda de salário. Reduzimos a pressão financeira, apoiamos melhor quem cuida e reforçamos também os cuidados domiciliários, com benefícios para o próprio Serviço Nacional de Saúde.

Mais, e isto é muito importante: quando falamos de cuidados paliativos pediátricos, quando falamos de crianças em cuidados paliativos, a presença das mães, dos pais, da família, é muito precisa, e nós temos a obrigação de apoiar estas crianças, estas famílias e retirar qualquer outra preocupação que não seja apenas a de estarem juntos e de cuidarem uns dos outros.

Ainda há poucos meses, esta Assembleia uniu-se, e bem, para garantir a remuneração a 100 % do subsídio para mães e pais de crianças com doença oncológica. Hoje, propomos alargar essa remuneração a 100 % para acompanhamento de crianças em cuidados paliativos. É uma medida mais do que justa para estas crianças e estas famílias, e espero que esta Assembleia se una, novamente, para aprovar esta medida e darmos verdadeiramente a prioridade às crianças em cuidados paliativos e às suas famílias.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sónia Monteiro, do Chega. Faça favor.

A Sr.^a **Sónia Monteiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Hoje, voltamos a este Plenário para falar daquilo que nos devia unir a todos, as crianças.

Apresentámos um projeto de resolução que recomenda ao Governo a aplicação de uma lei que já aprovada nesta Câmara, mas que tem sido esquecida, adiada e até colocada em segundo plano. Enquanto se canaliza dinheiro público para outras prioridades, há crianças que continuam à espera de cuidados que deviam ser garantidos.

Srs. Deputados, o que há mais belo na nossa vida são os nossos filhos. É impossível esquecer o momento em que pegámos no nosso filho pela primeira vez, aquele amor absoluto, a promessa silenciosa: «Eu vou proteger-te, eu vou defender-te, eu nunca te vou deixar.»

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, quem já segurou um filho nos braços pela primeira vez, sabe do que falo — um sentimento de amor, mas ao mesmo tempo um medo que nos assola. Medo, porque o mundo é cruel. Medo, porque não conseguimos controlar tudo. Agora, imaginem receber um diagnóstico que nos diz que o nosso filho pode não ter amanhã. Saber que o tempo é curto e não poder trocar de lugar com ele. Ver um filho sofrer e ser incapaz de carregar aquela dor.

Há bebés, há crianças que hoje estão numa cama de hospital, ou em casa, ou em estado paliativo. Conseguem imaginar a dor dessas famílias? Conseguem imaginar o que elas sentem?

O que pedimos hoje é simples: mais conforto, apoio especializado e mais presença, porque nenhuma criança devia partir sem acompanhamento adequado, nenhum pai devia enfrentar sozinho o sofrimento de um filho, nenhuma mãe devia sentir que falhou no momento mais duro da sua vida.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Sónia Monteiro** (CH): — Os cuidados paliativos pediátricos não são um luxo, são humanidade. Hoje, não estamos a pedir o impossível, estamos a pedir que se cumpra a lei, que se priorize as nossas crianças, até ao último segundo da sua vida. Isso, Srs. Deputados, não é política, é consciência.

Aplausos do CH.

Vamos unir-nos por estas crianças e por estas famílias, vamos unir-nos para que possam sentir que nós, enquanto legisladores, estamos do lado deles, que não estão sozinhos, que o Parlamento não lhes vira as costas no momento mais difícil da sua vida. As crianças merecem o melhor, mesmo que seja no final da sua curta vida.

E os pais? Os pais merecem, pelo menos, o conforto de saber que os seus filhos não irão sofrer desnecessariamente, que terão os cuidados adequados. Isso irá acalmar a dor e a culpa por se sentirem incapazes de ajudar os seus filhos.

Srs. Deputados, volto a reforçar: o nosso projeto de resolução pede dignidade e humanidade até ao último momento. Que a nossa decisão honre estas crianças.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os cuidados paliativos são cuidados prestados a quem enfrenta o sofrimento decorrente de uma doença grave ou incurável. O seu objetivo é garantir que as pessoas e as suas famílias vivam a vida em pleno, com a máxima qualidade possível, prevenindo e tratando o sofrimento físico, psicológico e social. No entanto, no nosso País, o acesso a

este direito é travado pela falta de investimento, sobretudo no Serviço Nacional de Saúde. Faltam equipamentos, instalações e, sobretudo, profissionais. As atuais equipas estão depauperadas e os profissionais são obrigados a dividir-se por vários serviços, o que impede um acompanhamento digno.

A carência nos cuidados pediátricos é alarmante. Estima-se que existam 8000 crianças com necessidades paliativas no País, mas apenas 30 % têm apoio de equipas especializadas e menos de 10 % das crianças acedem a estes cuidados em tempo útil.

Existem apenas sete equipas pediátricas intra-hospitalares, concentradas no Porto, em Coimbra e em Lisboa. Esta centralização gera desigualdades profundas, deixando regiões como o Alentejo e o Algarve sem qualquer resposta.

É urgente olhar para o apoio domiciliário. Existe apenas uma equipa de cuidados paliativos pediátricos para milhares de crianças, em todo o território nacional. As famílias não podem continuar a ser deixadas sozinhas em momentos de tamanha e profunda vulnerabilidade.

Para agravar o cenário, a Comissão Nacional de Cuidados Paliativos está por nomear, desde o início de 2025. Sem esta estrutura ativa, não há quem organize ou gira estes cuidados, com a importância que a área exige.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Propomos um plano nacional de reforço de recursos humanos especializados e a criação de equipas domiciliárias em cada ULS (unidade local de saúde). É imperativo reforçar o orçamento do SNS e garantir que o direito à saúde e à dignidade seja uma realidade para todas as crianças.

Aplausos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Agora dou a palavra à Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Falar de cuidados paliativos pediátricos é falar de uma das áreas mais exigentes e mais delicadas do nosso sistema de saúde. Estamos a falar de crianças com doenças graves, muitas vezes incuráveis, e estamos a falar de famílias que enfrentam uma realidade que nenhuma família devia enfrentar. Por isso, sim, é urgente reforçar a rede de cuidados paliativos pediátricos, é necessário melhorar a cobertura territorial, é necessário investir na formação das equipas, é necessário garantir a continuidade dos cuidados.

Há uma questão estrutural que não pode ser ignorada: não podemos discutir o reforço da rede, sem discutir a sustentabilidade da rede. Os cuidados paliativos, incluindo os pediátricos, assim como os cuidados continuados, integram redes que continuam subfinanciadas. Em 2025, o Governo procedeu a uma atualização dos valores pagos às instituições que prestam estes cuidados, mas essa atualização não é suficiente, uma vez que não acompanha o aumento real dos custos.

Esta não é uma perceção ou uma opinião política: um estudo da Faculdade de Economia da Universidade do Porto diz exatamente isto, concluindo que, mesmo sem qualquer margem de lucro, os valores pagos pelo Estado às instituições que prestam estes cuidados continuam abaixo dos custos reais que as mesmas suportam. Ou seja, estamos a exigir qualidade, disponibilidade e reforço, sem garantir sustentabilidade, e isso tem consequências concretas: mais pressão sobre as respostas existentes, mais dificuldade em contratar e reter profissionais, maior risco de degradação da qualidade dos cuidados e, claro, encerramento de vagas ou mesmo de instituições.

Portanto, Srs. Deputados, podemos aprovar recomendações, podemos falar em reforço da rede, podemos defender mais equipas pediátricas, podemos falar da criação de especialidades médicas, mas, se o financiamento não for adequado, essas recomendações não vão nunca sair do papel.

É por estes motivos que a Iniciativa Liberal apresenta, hoje, uma proposta concreta, para atualizar, de forma realista, os valores pagos à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e à Rede Nacional de Cuidados Paliativos, indexando-os à evolução do custo de vida desde a última revisão. Não é uma medida ideológica, é uma responsabilidade política, porque estamos a falar de crianças e adultos em situações de

enorme fragilidade, porque estamos a falar de famílias que precisam de apoio, num dos momentos mais difíceis das suas vidas, e porque estamos a falar de instituições que não podem continuar a trabalhar permanentemente no limite.

Reforçar os cuidados continuados e os cuidados paliativos não pode continuar a ser apenas uma intenção. Tem de se garantir que as respostas existem, que as respostas funcionam, para que acompanhem estas pessoas, estas crianças, estas famílias, com qualidade, segurança e dignidade.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em caso de doença, de doença grave ou do fim de vida, e ainda mais quando falamos de crianças, o que está em causa é a humanidade, e a humanidade também se mede pela responsabilidade com que financiamos aquilo que dizemos querer reforçar, porque, para cuidar bem das pessoas, começa-se por garantir que quem cuida tem todas as condições para cuidar.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Susana Correia, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): —Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ninguém tem dúvidas sobre a importância de reforçar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e a Rede Nacional de Cuidados Paliativos, incluindo os cuidados paliativos pediátricos. Falamos de cuidados especializados, dirigidos a pessoas de todas as idades, com doenças graves, crónicas, complexas, progressivas, que devem existir em todos os níveis de cuidados e em todo o ciclo da vida.

Há uma pergunta que precisa de resposta, e percebemos que o CDS, mesmo fazendo parte dos partidos que apoiam este Governo, também aguarda a resposta. Percebemos isso hoje mesmo, e prova disso são os dois projetos de resolução que aqui apresenta. Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista junta-se ao CDS, a perguntar a este Governo o que é que tem feito nesta área.

Na passada terça-feira, na audição regimental da Sr.^a Ministra da Saúde, a Sr.^a Ministra não dedicou uma palavra aos cuidados paliativos. Isso não é um detalhe, é um sinal. Pior: é um sinal muito negativo para os cuidados paliativos.

Quando um Governo vive permanentemente em reação, os temas estruturantes deixam de ser prioridade. Vejamos: no final de 2023, a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados tinha cerca de 16 000 lugares, cerca de 9600 no internamento e 6300 no domiciliário. Sabemos que muitas necessidades estão ainda por responder. No caso das crianças, a situação é ainda mais crítica.

Existe um Plano Estratégico para o Desenvolvimento dos Cuidados Paliativos — ou, pelo menos, existiu até 2024; neste momento, estamos sem informação suficiente para o afirmar —, um instrumento que prevê a integração dos cuidados paliativos pediátricos na Rede Nacional de Cuidados Paliativos, articulados com as ULS, com plano individual de cuidados e integração futura nos sistemas informáticos. O problema é que não percebemos, em concreto, o que é que pretende o atual Ministério da Saúde e a direção executiva fazer nesta área. Com este plano, ou com outro atualizado, o que é que eles podem dar a conhecer sobre a sua ação nesta matéria?

No âmbito do PRR, estava previsto um reforço significativo da rede, com a criação de mais de 5500 novos lugares, até 2025. Em abril de 2025, o Governo anunciou a assinatura de 90 contratos. Estes 90 contratos permitiram criar cerca de 3300 lugares na rede, num investimento de cerca de 88 milhões de euros do PRR. No entanto — e isto também já foi aqui dito —, as associações do setor alertaram que, face às previsões iniciais, o número programado terá sido reduzido, ficando muito aquém daquilo de que o País necessita.

Se o PRR não permitir cumprir integralmente as metas previstas, mais uma pergunta: como vai o Governo garantir que o País não fica sem estas respostas de que tanto precisa?

Na área pediátrica, os desafios são ainda mais exigentes, mas as respostas que forem dadas não devem ir ao encontro de necessidades soltas; devem ir ao encontro das necessidades das pessoas, integradas, especializadas e em proximidade.

A portaria publicada ontem, repito, a portaria publicada ontem dá a possibilidade de alargar um projeto-piloto a equipas de cuidados continuados integrados.

Portanto, continua a faltar a coordenação da Comissão Nacional de Cuidados Paliativos, e aqui a responsabilidade não é do Partido Socialista. Por isso, o Grupo Parlamentar do PS apresenta estas duas iniciativas, juntando-nos aos restantes partidos na importância desta temática.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento. Só se houver alguma negociação de bancadas para cedência de tempo, caso contrário, não terá tempo para responder.

Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Sofia Fernandes, do PSD, para formular o seu pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Sofia Machado Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, dirijo-me à bancada do PS, uma vez que hoje o ouvimos falar de urgência, da valorização dos cuidados paliativos comunitários, do reforço das equipas comunitárias de suporte e do combate às desigualdades territoriais. Certo, tudo muito certo, tudo muito necessário, mas é mesmo por esse facto que este Governo está a aumentar a capacidade de resposta, sendo que foram autorizados 77 novos lugares para funcionamento, maioritariamente a norte, e 75 lugares no centro.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Machado Fernandes** (PSD): — Vamos alargar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos em 20 unidades de internamento de baixa complexidade, para dar resposta a 400 doentes, e alargar até 100 lugares, em 10 equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos. Ainda neste semestre de 2026, será autorizado o início da atividade a mais 41 novos lugares em duas unidades no Alentejo.

Srs. Deputados do Partido Socialista, o PS governou quase nove anos consecutivos. Se hoje a Rede Nacional de Cuidados Paliativos está insuficiente, isso não é antes uma grande falha vossa? Porque é que só agora é que o PS descobre a urgência de reforçar os cuidados paliativos, quando tiveram maioria absoluta para o fazer e não o fizeram?

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — PRR!

A Sr.^a **Sofia Machado Fernandes** (PSD): — Na prática, Srs. Deputados do Partido Socialista, agora pergunto-vos: as metas que aqui apresentam estão quantificadas? Quantas equipas? Quantas camas? Qual o prazo?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Machado Fernandes** (PSD): — Que reforço orçamental concreto poderá estar associado a esta recomendação? Ou, mais uma vez, estamos perante uma resolução bem-intencionada, mas que, de facto, é um vazio para as famílias portuguesas?

Quanto à comissão, esta não funcionou, mas foi criada em 2016. O que é que aconteceu entre 2016 e 2024? Não funcionava e vocês não sabiam disso? Sabiam, mas nada fizeram.

Os cuidados paliativos não podem ser instrumentalizados, Srs. Deputados. Falar de dignidade no fim de vida exige coerência no exercício de poder, e isso, infelizmente, lamento dizer-vos, vocês não tiveram.

Aplausos de Deputados do PSD.

Sr.^a Deputada Susana Correia, deixe-me dizer-lhe uma coisa: a Sr.^a Deputada parece não ter estado presente na audição. A Sr.^a Ministra respondeu a tudo aquilo de que a senhora falou aqui hoje.

Aplausos do PSD.

Risos do PS.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — PRR! PRR!

O Sr. **Presidente**: — Por cedência de tempo do Livre ao Partido Socialista, a Sr.^a Deputada Susana Correia tem 19 segundos para responder.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Sofia Fernandes, agradeço as questões.

Sr.^a Deputada, nós podemos continuar a atirar as culpas, ou melhor, as desculpas para o passado, mas hoje, no debate de hoje, convido-a a juntar-se ao PS para fazermos pressão junto do atual Ministério da Saúde, para que explique, efetivamente, o que está a fazer na área dos cuidados paliativos.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Quanto à comissão nacional, Sr.^a Deputada, o que disse aqui, se bem percebi, é que esta comissão nacional não serve para nada. Portanto, retribuo a pergunta: o que é que pensa sobre a importância da comissão nacional...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Paula Santos, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É verdade, foi criada a Rede Nacional de Cuidados Paliativos. Nós acompanhámos essa criação, mas chamámos a atenção, logo desde o primeiro momento, para o seguinte: se não houvesse um investimento sério na garantia das respostas necessárias à nossa população, a criação da rede, por si só, não iria resolver o problema. A verdade é que, passados todos estes anos, quer em Governos do Partido Socialista, quer em Governos do PSD/CDS, não foi feito esse investimento.

Não foi por falta de propostas do PCP. Nós, sistematicamente, temos vindo a apresentar propostas no sentido do aumento do número de camas de forma faseada, do aumento do número de equipas de forma faseada, para corresponder ao número de camas e ao número de equipas que o País deve ter, tendo em conta a dimensão da nossa população.

Creio que é de registar hoje a intervenção por parte do CDS, porque demonstra a pergunta que eu queria fazer, que é esta: estando no Governo, porque é que não faz aquilo que veio dizer à Assembleia da República? Está no Governo, pode concretizar, por isso, avance com o aumento da rede, para a criação dessas camas!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Já fizemos muito!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Bom, a verdade é que há dois anos que o CDS está no Governo com o PSD e não têm vindo essas respostas.

De facto, como já foi dito hoje, neste debate, é uma área com uma enorme carência, sobretudo em momentos extremamente difíceis para os doentes e para as suas famílias. É de enorme importância a existência dos cuidados paliativos e que eles possam ser assegurados a tempo e horas para os doentes, para garantir o conforto e a tranquilidade, em momentos tão difíceis na vida das pessoas.

Se a carência é generalizada, nas crianças ela é ainda mais gritante. De facto, impõe-se que haja, de forma séria, este investimento, para garante das crianças com doenças complexas, quando se estima que cerca de 7000 crianças no nosso País necessitam deste nível de cuidados, mas também para apoiar as suas famílias, pois são momentos de grande dificuldade. Há aqui uma responsabilidade que tem de ser efetivamente assegurada por parte do Governo.

Trazemos também a este debate um projeto de resolução, com um conjunto de propostas concretas para este investimento. Nomeadamente, recomendamos que se proceda à criação das equipas de cuidados paliativos pediátricos, numa primeira fase, em todas as regiões, mas também, numa segunda fase, em todos os serviços de pediatria e maternidades.

Há uma grande assimetria no nosso País, e exigem-se respostas para acudir a essas necessidades, que garantam a todas as equipas o número de profissionais de saúde necessários e que, nas equipas especializadas, os profissionais estejam dedicados em exclusivo aos cuidados paliativos pediátricos.

É preciso assegurar o apoio domiciliário nas equipas especializadas e nas generalistas que tenham um elevado número de crianças a acompanhar. Isso também é de grande importância, assim como a articulação entre estas equipas e os cuidados de saúde primários e continuados, e que as equipas integrem um conjunto de outros profissionais, designadamente terapeutas de reabilitação, nutricionistas, entre outros.

É preciso assegurar a multidisciplinaridade da resposta numa área tão sensível, tão difícil e tão complexa. É, sobretudo, uma questão de humanização por parte dos cuidados de saúde, em situações tão complicadas como os cuidados paliativos pediátricos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há números que nos deveriam envergonhar a todos. Em Portugal, milhares de crianças precisam de cuidados paliativos todos os anos e 90 % morrem sem ter acesso a esses mesmos cuidados.

Não estamos a falar de estatísticas, estamos a falar de crianças, de famílias, de sofrimento evitável. Metade dos doentes que necessitam esses cuidados morre antes de conseguir uma vaga. Isto, para além da falta de sensibilidade, é uma falha estrutural do nosso Estado.

Se o Governo reconhece que ficámos para trás, então, avancemos: reforçar camas, reforçar equipas, reforçar meios, mobilizar o setor público, o privado e o social.

Uma sociedade mede-se, acima de tudo, pela forma como cuida dos seres mais vulneráveis, e hoje estamos a falhar às nossas crianças. Não podemos continuar a discutir prioridades, quando há crianças a morrer, sem alívio da dor. É uma questão de dignidade, é uma questão de consciência, como aqui já foi dito, é uma questão de humanidade e, acima de tudo, é uma questão de responsabilidade política.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Oliveira, do PSD.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o tema que discutimos exige de todos nós algo essencial: seriedade.

Discutir cuidados paliativos e cuidados continuados integrados é discutir o Estado social, é discutir o sentido de humanidade, é discutir a forma como o País permanece ao lado dos seus cidadãos, quando a vida exige cuidados, mais presença e mais compromisso coletivo. Não é matéria para proclamações fáceis. É falar de crianças com doenças graves, de adultos em situação de grande fragilidade, de famílias que vivem momentos de enorme exigência emocional.

Sabemos que há ainda um caminho exigente pela frente. Persistem assimetrias territoriais, persistem dificuldades na articulação entre a saúde e respostas sociais, persistem lacunas. Não o negamos. Mas a verdade também tem de ser afirmada: o Governo tem estado verdadeiramente focado nestas questões.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados cresceu de forma significativa. Só em 2025, foram autorizados mais de 1400 novos lugares, estando milhares em fase de obra ou licenciamento até 2026. Quando falamos da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, estão em curso mais de 150 novos lugares distribuídos pelo Norte, Centro e Alentejo, onde se incluem unidades de internamento e equipas comunitárias. Tem sido reforçada a resposta e a equidade de acesso entre regiões e hospitais.

A formação de profissionais tem sido uma aposta central, com milhares de profissionais já certificados em cuidados paliativos, tanto pediátricos como para adultos. Isto significa mais capacidade instalada.

Reforçaram-se equipas, ampliaram-se respostas domiciliárias e melhorou-se a articulação entre serviços. Existem mais cuidados em contexto domiciliário, existe mais apoio às famílias e existe mais dignidade.

É a realidade de um Estado que não abandona quem mais precisa, um Estado que está presente quando as famílias atravessam momentos demasiado sensíveis e complexos, um Estado que garante coesão territorial como prática concreta e não como promessa retórica.

Ainda assim, reforço: ainda existe muito trabalho pela frente. Milhares de utentes aguardam resposta social após alta clínica. Isto demonstra que o desafio não é apenas clínico, é também social, e é por isso que a articulação entre a saúde e a segurança social é decisiva.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, foram mais de oito anos em que o Governo socialista abandonou o Estado social.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Durante demasiados anos, assistimos a uma evolução insuficiente. Houve períodos de estagnação, houve regiões onde a oferta não acompanhou as necessidades e houve promessas que não saíram do papel.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Tudo isto teve consequências reais tanto para as pessoas, como para as instituições. Falou-se muito, executou-se pouco e corrigiu-se muito menos.

Hoje há decisões, há execução, há resultados, há metas definidas e investimentos em curso. O que se exige agora não é apenas aprovar resoluções, é garantir que os lugares autorizados entram em funcionamento, é garantir recursos humanos qualificados, é garantir a sustentabilidade da rede e continuidade no acompanhamento.

Quando falamos destes cuidados, falamos de um assunto que exige consenso. Por isso, digo: cada número representa uma pessoa, representa uma família e representa o dever de um acompanhamento com respeito, proximidade e dignidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — A Sr.^a Deputada tem três pedidos de esclarecimento e zero tempo para esclarecer.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Chega talvez empreste!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, um dos pedidos de esclarecimento é da Sr.^a Deputada do Chega, por isso, não pode...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pedro, dá-nos tempo?

O Sr. **Presidente:** — Não pode, Sr. Deputado Hugo Soares, porque um dos pedidos de esclarecimento é precisamente da Sr.^a Deputada Cristina Henriques, do Chega.

Sr.^a Deputada Cristina Henriques, do Chega, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Cristina Vieira Henriques** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, aquilo que a proposta do CDS mostrou hoje foram palavras lindas. No entanto, fica-se pelo enunciado confortável, pelas soluções que soam bem, mas que nunca chegarão a lado nenhum.

O que mais me escandaliza é olhar para quem governa e perceber que o problema não é apenas falta de vontade, é não saber. O PSD fala em grandes melhorias. A sério?! Não sabe por onde começar, não sabe como se estrutura uma rede, não sabe desenhar um circuito clínico, não sabe garantir continuidade de cuidados, não sabe transformar conhecimento em ação.

Aplausos do CH.

Pior do que isso: não sabe sequer escolher quem saiba — aliás, como nos faz questão de provar, todos os dias, com vários ministérios. Governar também é identificar competências, é chamar quem conhece o terreno, quem tem experiência, quem sabe executar. Aqui, falha em tudo: falha na decisão, falha na execução, falha na escolha, e sente-se um vazio difícil de entender e de esconder, Srs. Deputados.

Há quase uma década que se fala na criação da especialidade de cuidados paliativos. Sabemos que é essencial, sabemos que estrutura a resposta, sabemos que fixa profissionais, mas, quando finalmente surge uma proposta concreta, em sede de Orçamento do Estado, é chumbada.

Enquanto se adia, a realidade não espera; ela avança e da maneira mais chocante, porque são crianças que sofrem e não deveriam; são famílias que procuram ajuda e não a encontram. É um Estado miserável que apenas reage a crises, só isso.

Quando nem às crianças conseguimos garantir cuidados, presença e dignidade, quando o descaso começa ainda...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Ana Oliveira, é certo que o PRR tem ajudado a construir muitas infraestruturas, mas atrevo-me a dizer — obviamente, isso é bom, nada contra — que isso é a parte fácil. Construir edifícios é fácil, o problema é contratar os tais profissionais qualificados, mantê-los nas instituições, manter as unidades a funcionar. E a verdade é que o valor que o Estado paga por utente não cobre os custos de funcionamento.

Portanto, é isto que o Governo tem de resolver.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Exatamente!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sobre isso, nem uma palavra nem uma solução.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Oliveira, concordamos: este é um caminho exigente e que o País tem de fazer. Mas há uma medida que é fácil, que é justa e que é imediata para as crianças em cuidados paliativos, que é a de os pais e as mães que acompanham as crianças em cuidados paliativos receberem um subsídio a 100 % e que não terem de escolher entre estar com os seus filhos ou não perder rendimento.

Gostava de perguntar ao PSD como é que vai votar esta proposta do Livre, porque não me passa pela cabeça que o CDS não vote a favor, mas gostava de saber como é que o PSD, como partido que suporta este Governo, votará.

Gostava de saber se vamos repetir um momento que foi muito importante e que foi um momento bonito, no processo do Orçamento do Estado, quando toda esta Assembleia se uniu para garantir que os pais de crianças com doença oncológica recebem o subsídio a 100 %. Hoje, temos oportunidade de garantir que também as crianças em cuidados paliativos têm o mesmo direito, e, portanto, gostava de perceber qual é a posição do PSD...

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Isso mesmo!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e se vamos terminar este processo também de uma forma bonita.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, não há tempo para responder agora, mas haverá tempo para se responder a esta pergunta, mesmo que seja fora do Plenário.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, para intervir no encerramento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que está em causa neste debate é o carácter e natureza humanista da nossa sociedade. Um país que cuida, um país que dá conforto e alívio às crianças que sofrem, no final da sua curta vida, é um país que tem de colocar os cuidados paliativos pediátricos no centro da política de saúde.

No CDS, temos muito orgulho deste trabalho realizado ao longo de décadas. E, Srs. Deputados, esta é hoje uma causa de praticamente todas as bancadas, se não de todas as bancadas, e ainda bem que assim é. Mas, se queremos reforçar a rede de cuidados paliativos pediátricos, precisamos de nomear a Comissão Nacional de Cuidados Paliativos; precisamos de um plano estratégico de cuidados paliativos aprovado; precisamos de um reforço de camas em cuidados paliativos; e precisamos da especialidade de medicina paliativa.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o País está a assistir a este debate. O que está hoje em causa não é uma divergência política, o que está em causa deve ser um desígnio comum, porque esta é uma prioridade das famílias, é uma prioridade dos doentes e é uma prioridade das nossas crianças. Esta é uma prioridade reconhecida expressamente no Programa do Governo.

Por isso, saibamos hoje dar um sinal de unidade e de união, bem para lá das linhas partidárias. Porque, como disse na minha intervenção inicial e repito, toda a vida humana tem dignidade,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... até ao último suspiro da sua existência, e todas as crianças merecem cuidado — todas, sem exceção de nenhuma.

Nós continuaremos, até que a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos seja cumprida na sua plenitude, a trazer a este Parlamento as exigências de todas as famílias, principalmente daquelas famílias que tiveram o infortúnio de ter crianças que morreram ainda crianças.

Aplausos de Deputados do PSD, do CH e do PS.

O Sr. **Presidente**: — Termina assim este quinto ponto da agenda.

Passamos ao último ponto da ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 395/XVII/1.^a (BE) — Altera o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho, conferindo o direito de dispensa ao trabalho no dia da dádiva sem perda de retribuição, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 517/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de fidelização de dadores jovens para a revitalização das reservas de sangue, com os Projetos de Lei n.ºs 429/XVII/1.^a (PAN) — Prevê a falta justificada sem perda de remuneração no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho e 430/XVII/1.^a (PCP) — Direito à dispensa ao trabalho no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, na generalidade, e ainda com os Projetos de Resolução n.ºs 537/XVII/1.^a (CH) — Pela dignidade da dádiva de sangue e pela segurança do Serviço Nacional de Saúde, 592/XVII/1.^a (L) — Promoção da dádiva de sangue e reforço da capacidade do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P. e 599/XVII/1.^a (PS) — Pela promoção estruturada da dádiva voluntária e regular de sangue.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para fazer o favor de apresentar o projeto de lei do Bloco de Esquerda.

Pausa.

Pedia às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, para que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo possa começar a sua intervenção.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A dádiva de sangue é um gesto solidário que salva vidas, todos os dias. Por todo o País, associações e federações de dadores, cuja presença saúdo, promovem esta solidariedade e são aliados indispensáveis do Serviço Nacional de Saúde.

São muitos os dadores benévolos que exercem este ato de humanidade há várias décadas. São garantes anónimos do direito de todas as pessoas à saúde. Este é o País que nos orgulha: todos por todos, um País solidário.

Os dadores dão muito de si e é da mais elementar justiça restituir o direito à dispensa de atividade sem perda de remuneração no dia da dádiva. É justo reconhecer os atuais dadores e é urgente cativar as novas gerações para se juntarem ao esforço solidário da dádiva de sangue.

Nos últimos anos, o número de dadores baixou, e é na geração mais jovem que se sente a quebra. Propomos, por isso, criar incentivos, à semelhança do que acontece noutros países europeus, para que mais jovens se tornem dadores: direito ao transporte gratuito, direito a uma assinatura de um jornal e notificação digital do uso da dádiva — são incentivos que promovem junto dos jovens uma cidadania consciente.

Está nas mãos do Parlamento aprovar estas propostas para fazer justiça aos dadores e para renovar geracionalmente esta prática de um País solidário.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Sónia Fernandes, do PSD.

Faça favor Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sónia Margarida Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, discutimos uma alteração ao Estatuto do Dador de Sangue e ao Código do Trabalho, no sentido, precisamente, de consagrar o direito à dispensa do trabalho no dia da dádiva, sem perda de retribuição, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Permitam-me começar por aquilo que é essencial: o PSD valoriza os dadores de sangue. Reconhecemos o seu sentido cívico, a sua contribuição decisiva para o funcionamento do nosso sistema nacional de saúde e para salvar vidas todos os dias.

Dito isto, não podemos ignorar o contexto mais amplo em que se insere esta proposta: como é consabido, o Governo está desde a primeira hora empenhado numa reforma estrutural do mercado de trabalho — agenda Trabalho XXI —, com vista a promover o desenvolvimento económico, a garantir o direito dos trabalhadores e a criar melhores condições de trabalho para todos.

Esta reforma está a ser construída no lugar próprio, à mesa das negociações com a concertação social, com os parceiros sociais, em diálogo sério e responsável.

Neste contexto, é importante sublinhar que a UGT (União Geral de Trabalhadores) apresentou uma proposta tecnicamente fundamentada, demonstrando disponibilidade para o compromisso e para a negociação.

Já a CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses), intersindical com a qual os partidos da esquerda, designadamente o Bloco de Esquerda, tantas vezes se identificam e defendem,...

Protestos do BE.

... não apresentou qualquer contraproposta e optou por não se sentar à mesa das negociações.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — É verdade!

A Sr.^a **Sónia Margarida Fernandes** (PSD): — Aliás, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é uma postura que, infelizmente, tem sido recorrente ao longo dos tempos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a recusa ao diálogo é já histórica. Por isso, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, será que podemos depreender, pela proposta ora apresentada, que vão apresentar contributos, em sede parlamentar, no âmbito da construção da reforma laboral?

E, mais: pela aproximação que têm à CGTP, pergunto se vão convencer esta central sindical a fazer uma inversão histórica e, finalmente,...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, no tempo disponível.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, agradeço muito a sua pergunta. O PSD, infelizmente, tem um refrão, tem um discurso-base que vai editando, independentemente do debate.

O debate de hoje é sério, e o que nos preocupa e nos traz aqui é garantir que todos os dadores têm direito à dispensa de atividade. Essa proposta não mora na iniciativa do Governo, nem do PSD.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — O Sr. Deputado também disse isso quando esteve no Governo?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A questão que aqui se coloca hoje, independentemente das desculpas que o PSD mobiliza para não reconhecer aos dadores o seu justo direito, é se vão ou não viabilizar esta proposta, garantindo que todos os dadores têm direito à dispensa de atividade no dia da dádiva, que, como a Sr.^a Deputada sabe, é essencial para salvar vidas todos os dias.

É essa a responsabilidade que a bancada do PSD tem amanhã.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo o Bloco por trazer este tema a debate, que o PAN acompanha também com uma iniciativa, até porque não podemos perder de vista que, todos os dias, nos hospitais portugueses, temos pessoas que dependem de transfusões de sangue, seja para atravessar uma cirurgia, enfrentar tratamentos oncológicos, responder a hemorragias inesperadas, entre tantas outras circunstâncias.

Dependem, por isso, das dádivas de sangue e de que exista de facto, de forma permanente, essa disponibilidade, porque não estamos a falar de um bem que seja de alguma forma substituível.

No entanto, não basta aqui apelarmos à generosidade para que seja feita a dádiva. É indispensável que se criem mecanismos para que as pessoas, em contexto até em que têm de faltar ao trabalho para aderir às campanhas para fazer a doação, de uma forma regular e em segurança, possam fazer essa deslocação. É por isso importante removermos barreiras, que é aquilo que não tem acontecido até aqui, sob pena de, por um lado, colocarmos as pessoas numa desvantagem profissional e, por outro, estarmos a pedir às pessoas que ponham em causa a sua própria saúde para irem fazer esta dádiva.

Recordo que, já no passado, conseguimos eliminar aqui uma barreira e uma discriminação que existia, com o Parlamento a conseguir unir-se naquilo que foi o fim da discriminação dos dadores de sangue em razão da sua identidade de género ou da orientação sexual.

Mas hoje precisamos de ir mais longe. Se queremos garantir que as reservas em Portugal estejam com outra capacidade, é preciso darmos um passo e um incentivo aos nossos concidadãos.

As orientações clínicas também são claras quanto à necessidade de as pessoas terem um período de recuperação após a dádiva, o que hoje não acontece de todo, e tem sido particularmente difícil para quem

desempenha funções. Nesse sentido, aquilo que o PAN propõe é que se consagre esta falta justificada, com remuneração do dia da dádiva, não para que configure um privilégio, mas, antes, por ser o mínimo compatível com o que se está a pedir a alguém, que é ajudar a salvar uma vida ao doar aquele que é um bem mais precioso, que é o seu sangue, podendo contribuir para a vida de outras pessoas.

Por outro lado, do ponto de vista coletivo, é preciso que haja uma maior estabilidade nos bancos nacionais, o que também não tem existido até aqui.

Assim, se queremos um sistema de saúde mais resiliente, isso passa por termos mecanismos laborais de justificação de falta também eles compatíveis...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP também vem a este debate com uma iniciativa com o objetivo de repor um direito, que é a dispensa do dia da dádiva de sangue sem perda de direitos por parte dos trabalhadores. Esta é uma questão que consideramos muito importante para contribuir, inclusivamente, para o aumento de dádivas no nosso País.

Os dados conhecidos têm demonstrado que tem vindo a reduzir o número de dadores de sangue, e o número de dádivas também tem vindo a reduzir. Há inclusivamente diversos momentos durante o ano em que as reservas ficam em níveis críticos, e isto coloca em causa a prestação de cuidados de saúde a quem necessita desta dádiva de sangue.

Eu queria, neste debate e desde já, saudar os dadores de sangue, saudar as associações de dadores de sangue, porque dão um contributo fundamental para a saúde. É um reconhecimento que é justo que se faça aqui, na Assembleia da República, porque as dádivas de sangue salvam vidas e, portanto, este movimento associativo e o facto de as pessoas se disponibilizarem, de forma solidária e voluntária, para a dádiva de sangue é algo que devemos enaltecer.

Isso significa, também, garantir as condições para que estas pessoas possam fazer a sua dádiva, contribuindo até para que haja mais pessoas disponíveis para a dádiva de sangue, e esta medida contribui para esse objetivo.

Na Assembleia da República, temos a possibilidade de fazer esta alteração, que é cirúrgica, mas que pode fazer a diferença naquilo que é fundamental neste momento, que é salvar vidas, garantir as reservas de sangue no nosso País, contribuir para que haja mais dadores. São aspetos que consideramos fundamentais, e a Assembleia da República pode e deve tomar essa decisão — aliás, é neste sentido que vai a nossa proposta.

É de saúde que estamos a tratar e é de garantir as condições, no nosso País, para que a mesma seja assegurada e prestada a quem precisa de recorrer às dádivas de sangue.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Carneiro, do Chega.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A dádiva de sangue é talvez uma das expressões mais puras da solidariedade humana. É um gesto silencioso que salva vidas todos os dias, nas urgências, nos blocos operatórios, na oncologia, nos cuidados intensivos e na maternidade. É um gesto que não escolhe quem beneficia, mas que exige de todos nós responsabilidade coletiva.

Mas a verdade é que Portugal vive hoje uma situação preocupante. As reservas de sangue descem com frequência para níveis críticos, muitas vezes apenas para poucos dias, quando o desejável seria garantir a estabilidade e segurança do sistema.

Sabemos que são necessárias cerca de 1000 unidades de sangue por dia para assegurar a resposta hospitalar. Sabemos também que o número de dadores tem vindo a diminuir e que existe uma dificuldade crescente em mobilizar novos dadores, especialmente entre os mais jovens.

Perante este cenário, o Estado não pode limitar-se a discursar sobre a valorização simbólica. Compete-lhe criar condições reais para que as pessoas possam doar, e aqui reside o ponto essencial do debate: identificar corretamente onde está o problema.

O projeto apresentado pelo Bloco de Esquerda centra-se na criação de um novo direito laboral, uma dispensa automática de um dia de trabalho. Reconhecemos a importância de proteger o dador e de garantir as condições de segurança, especialmente em profissões de risco, contudo, transformar a dívida de sangue numa falta paga, universal, não resolve os principais constrangimentos identificados pelos próprios dadores: a dificuldade no acesso aos centros de recolha, os horários incompatíveis com a vida profissional e as assimetrias territoriais da rede.

O problema não é apenas o direito ao dia, o problema é conseguir doar, e é precisamente aqui que se diferencia a iniciativa do Chega.

O nosso projeto atua onde o sistema falha. Propomos horários alargados, incluindo períodos pós-laborais e fins de semana; o reforço da rede territorial com unidades fixas e móveis; e a promoção de literacia em saúde para garantir a renovação geracional dos dadores. Ou seja, propomos medidas concretas que aumentam, efetivamente, a recolha de sangue e reformam a segurança do Serviço Nacional de Saúde.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não podemos criar soluções que transferem custos para trabalhador e empregador sem garantir que o sistema melhora. Precisamos de soluções que funcionem, na prática, que respeitem os dadores, que protejam o Serviço Nacional de Saúde e que salvem vidas.

Aplausos do CH.

O Chega está do lado dos dadores, está do lado dos profissionais de saúde, que todos os dias dependem destas reservas para tratar os doentes, e está do lado das famílias que esperam uma cirurgia, um tratamento e uma transfusão.

A diferença é simples: não queremos apenas boas intenções, queremos resultados, porque cada dívida conta e cada vida conta ainda mais.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: A dívida de sangue é um gesto muito simples, mas que sustenta todos os dias o nosso Serviço Nacional de Saúde e responde a cirurgias, a urgências, a tratamentos oncológicos e a muitas outras situações clínicas, e quero aproveitar para saudar as associações de dadores de sangue, que cumprem um papel fundamental em todo este sistema.

Os dados mais recentes que temos sobre a dívida de sangue são preocupantes. Em 2024, tivemos cerca de 2965 dadores registados, aproximadamente menos 4400 do que em 2023 e quase menos 10 000 do que em 2017; e o número de dívidas desceu abaixo das 300 000, quando em 2017 tínhamos cerca de 324 000.

A Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue tem chamado a atenção para este problema, sendo necessário garantir cerca de 1000 a 1100 unidades de sangue diárias para que a sustentabilidade do sistema e a segurança do seu funcionamento sejam asseguradas.

O problema é que a população dadora está a envelhecer. Temos uma diminuição de dadores entre os 18 e os 44 anos e um aumento do peso relativo dos grupos etários mais envelhecidos, o que põe em causa — e põe-nos muitas dúvidas — a sustentabilidade futura das reservas que temos e de como vamos conseguir suprir esta necessidade.

O diagnóstico, pelos relatórios que temos lido, é de que há dificuldade em atrair os mais jovens para que sejam dadores, há assimetrias regionais nas colheitas de sangue e há constrangimentos de horários para que estudantes e trabalhadores possam ir fazer as suas dívidas de sangue.

Por essa razão, o Livre apresenta hoje um projeto de resolução que propõe políticas públicas para promover estas dívidas que passam por uma campanha nacional de sensibilização para a dívida de sangue, por estabelecer metas para o aumento do número de dadores e tentar que essas metas sejam cumpridas, por modernizar os canais de comunicação e notificação de dadores, por adotar medidas para melhorar a

acessibilidade à dádiva de sangue e também por reforçar os recursos humanos e financeiros do Instituto Português do Sangue.

Não podemos esperar mais dádivas se não garantirmos que o sistema que as organiza tem condições para cumprir melhor a sua missão. Precisamos de mais planeamento, precisamos de mais investimento e precisamos de mais proximidade das pessoas para conseguirmos que haja mais doadores, para que quem queira doar tenha sempre portas abertas para o poder fazer — e saiba onde o pode fazer — e para que haja sempre gente disponível para recolher essas dádivas, que são preciosas para todos nós.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Irene Costa, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me cumprimentar as associações e federações de doadores de sangue, em particular as que se encontram ainda, a esta hora tardia, nas galerias, e através delas cumprimentar todos os doadores de sangue em Portugal.

A dádiva de sangue é um dos mais belos exemplos de solidariedade humana e cidadania ativa no nosso País. É um ato voluntário, altruísta e insubstituível que salva vidas todos os dias, desde a realização de cirurgias programadas, passando pelos tratamentos oncológicos e cuidados intensivos, até às intervenções de urgência e aos partos com complicações.

Em Portugal, construímos um modelo de dádiva baseado na generosidade e na gratuidade, em total consonância com os princípios europeus de solidariedade e segurança nas transfusões. Ao contrário de outros países, que recorrem a modelos remunerados, Portugal baseia a dádiva no compromisso cívico dos nossos cidadãos e cidadãs, mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, enfrentamos hoje um desafio sério e urgente: as reservas de sangue no nosso País estão sob pressão e o número de doadores regulares tem diminuído nos últimos anos.

Em 2024, Portugal registou 2965 doadores, um decréscimo de quase 10 000 face a 2017, e um total de quase 300 000 dádivas, abaixo dos valores de há uma década.

Se os números, por si, são já preocupantes, pensemos que não falamos apenas de números, falamos de vidas: da vida do jovem vítima de um acidente que necessita de uma transfusão; da vida do doente oncológico que depende do sangue para terminar o seu tratamento; da vida da mãe que precisa de sangue numa complicação obstétrica.

Mas há um segundo desafio, estrutural e de futuro: a renovação geracional dos doadores de sangue. A evolução demográfica de Portugal, marcada pelo envelhecimento da população, exige que consigamos captar novos doadores, sobretudo entre os jovens adultos e estudantes, um grupo que historicamente está sub-representado e que é determinante para a sustentabilidade do sistema a médio e longo prazos.

Perante isto, não podemos cruzar os braços. É necessário agir com visão estratégica, com políticas públicas eficazes e com o envolvimento de toda a sociedade, e é com este sentido de responsabilidade cívica e com compromisso que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta esta resolução, com três eixos fortes de intervenção: facilitar a dádiva no contexto laboral, em articulação com os parceiros sociais e com as entidades empregadoras, promovendo informação ativa, brigadas móveis e gestão de horários compatíveis com a atividade profissional, para que doar sangue seja compatível com a vida de quem trabalha; reforçar a coordenação entre o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, as instituições de ensino superior, as associações académicas e empregadoras, para criar programas regulares e estruturados de colheita de sangue onde as pessoas estudam, onde trabalham e onde vivem; e desenvolver uma estratégia nacional de renovação geracional de doadores, em campanhas dirigidas aos jovens adultos e estudantes do ensino secundário, de forma a fomentar desde cedo a cultura da dádiva como um valor coletivo e um ato de cidadania ativo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o sistema nacional de saúde que defendemos só é possível com o contributo ativo de todas e de todos: profissionais de saúde, cidadãos, empresas e instituições.

A dádiva de sangue é um compromisso com a vida e com o futuro do nosso País, e este é o compromisso do Partido Socialista. O voto favorável de todas as bancadas permite ajudar a transformação destas intenções

em políticas concretas que garantam reservas estáveis, dadores renovados e um Serviço Nacional de Saúde fortalecido, para que possamos continuar a salvar vidas.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Terminadas as intervenções para apresentação de iniciativas legislativas, vamos agora iniciar as intervenções por ordem de inscrição.

Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dar sangue é um gesto altruísta. É voluntário, é solidário e pode salvar vidas, muitas vidas, todos os dias. Mas os dados não mentem: Portugal perdeu quase 10 000 dadores desde 2017.

Uma única dádiva, que demora cerca de 30 a 45 minutos do nosso dia, pode salvar até três vidas. É um gesto com um retorno absolutamente extraordinário e, por isso, tem de ser valorizado. Isto significa que devemos criar todas as condições para que mais e mais pessoas, sobretudo as mais jovens, se sintam incentivadas a tornar-se dadores regulares.

A principal proposta que aqui hoje discutimos, o dia da falta justificada ao trabalho, surge na sequência de uma petição da Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue, com mais de 7000 assinaturas, a quem aproveito para cumprimentar.

Na Iniciativa Liberal, reconhecemos esta preocupação, mas não deixaremos de ser responsáveis, e, se reconhecemos que é preciso aperfeiçoar o que existe e dar mais incentivos, também não podemos comprometer o objetivo.

Hoje, a lei já prevê a dispensa pelo período necessário para a dádiva, mas é verdade que esta formulação pode gerar dúvidas: conta apenas o tempo da colheita? Inclui deslocações? Inclui o período de recuperação?

Portanto, sim, faz sentido tornar clara esta formulação, faz sentido garantir que os dadores não são prejudicados e faz sentido dar um incentivo, mas transformar essa dispensa num dia inteiro, automático, levanta-nos algumas preocupações.

Dou um exemplo simples: numa recolha organizada, aqui, na Assembleia da República, em que Deputados, assessores, trabalhadores vão dando sangue ao longo do dia, de manhã ou de tarde, se todos tiverem direito ao dia completo, independentemente da hora da dádiva, corremos o risco de não ter ninguém a trabalhar. E isto é válido em qualquer instituição ou em qualquer empresa.

Portanto, com esta medida, corremos o risco de desincentivar a organização de ações de recolha de sangue nas empresas e nas instituições, que, como todos sabemos, são ações que resultam.

Srs. Deputados, nesta como noutras matérias, precisamos de criar políticas públicas que sejam realistas, eficazes, mas que não sejam desproporcionais. Por isso, parece-nos que a solução poderá passar por definir, de facto, um período claro — por exemplo meio-dia, manhã ou tarde —, assegurando o tempo suficiente para a deslocação, a dádiva e a recuperação, sem cairmos em soluções desequilibradas. Obviamente, tudo o que implicar algum tipo de recuperação adicional já está previsto na lei e, portanto, não entra aqui.

Precisamos, sim, de incentivar a dádiva, precisamos, sim, de aumentar as reservas de sangue, mas também precisamos de ponderação. Defender este equilíbrio é o passo certo para garantir que o sangue e os seus componentes não faltam nunca nos nossos hospitais.

Nesse sentido, podem contar com a Iniciativa Liberal para viabilizar praticamente todas as iniciativas em debate, mas esperando que aceitem que, em sede de especialidade, vamos ter de encontrar o equilíbrio certo.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero cumprimentar os autores das diferentes iniciativas e dizer que o País não pode continuar a viver com reservas de sangue no fio da navalha.

Hoje temos hospitais que precisam de cerca de 1100 unidades por dia de reservas que em períodos críticos estão a metade do nível seguro. Isto não é uma estatística, isto são cirurgias adiadas, são acima de tudo vidas colocadas em risco.

Na verdade, perdemos milhares de doadores nos últimos anos e perguntamo-nos o que fizemos para os proteger. Um trabalhador que dá sangue está a salvar vidas e não pode, no dia seguinte ou no próprio dia, ser penalizado no salário ou forçado a regressar à sua atividade de risco, como se nada tivesse acontecido.

O que estas iniciativas propõem é simples, justo e responsável. Garantir a dispensa no dia da dádiva e sem perda de direitos é justo e é de valorizar. É proteger quem protege os outros. E se queremos um Serviço Nacional de Saúde forte, temos de valorizar quem sustenta o sistema com um gesto solidário. Por isso acompanharei as diferentes iniciativas.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Liliana Fidalgo, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.^a **Liliana Fidalgo** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Raras são as vezes que nesta Casa podemos afirmar algo que nos une sem palavras. A dádiva de sangue é um ato de enorme generosidade e um pilar estruturante do nosso Serviço Nacional de Saúde. Sem dadores regulares, não há cirurgias programadas, não há resposta adequada em contexto de urgência, não há tratamento oncológico nem acompanhamento de múltiplas patologias crónicas. É um gesto silencioso, muitas vezes invisível, mas absolutamente determinante para salvar vidas diariamente.

E foi para valorizar cada dador que foi criado o Estatuto do Dador de Sangue. Nele já está consagrada a possibilidade da ausência ao trabalho pelo tempo necessário à dádiva, sem prejuízo de direitos ou regadias, para valorizar, mas também para proteger o dador e garantir que o exercício deste ato cívico não implica uma penalização laboral.

Não é com esta alteração que se incentiva dadores. Esta evidência legislativa demonstra claramente que não estamos perante uma omissão normativa. Mas importa ir mais longe e perguntarmos se existe evidência de que a lei, tal como está, pode estar de alguma forma a impedir o exercício desse direito. Há demonstração de que o problema reside na insuficiência do quadro legal ou estaremos perante dificuldades de aplicação prática, de informação às entidades empregadoras ou de articulação institucional? É que, perante estes constrangimentos, a resposta deve centrar-se na execução e não na proliferação legislativa.

O PSD entende que o desafio não é legislativo. O desafio é melhorar a divulgação dos direitos existentes, reforçar a sensibilização das entidades empregadoras, simplificar procedimentos, reforçar a capacidade operacional do Instituto Português do Sangue e da Transplantação. Alterar o Código do Trabalho deve ser sempre uma decisão ponderada, integrada e sustentada, não simbólica. Porque, mais do que sucessivas alterações normativas, precisamos de políticas públicas consistentes.

Para além da divulgação do Estatuto do Dador de Sangue, temos de captar e fidelizar jovens dadores através de estratégias eficazes de sensibilização; aproximar as colheitas dos contextos académicos e profissionais; investir na modernização tecnológica e na previsibilidade das campanhas; assegurar que o IPST (Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP) dispõe dos recursos humanos e logísticos adequados para gerir as flutuações sazonais das suas reservas.

A valorização da dádiva constrói-se com estabilidade normativa, confiança no sistema e uma estratégia estruturada, baseada em dados e orientada para resultados. Valorizamos a dádiva de sangue, queremos promovê-la e reforçá-la, mas fazê-lo exige coerência e responsabilidade legislativa.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimentos do Sr. Deputado Armando Grave, do Grupo Parlamentar do Chega.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero cumprimentar desde já as associações de doadores de sangue e, através delas, todos os doadores. Doar sangue é dar um pedaço de si próprio em prol da sobrevivência de outra pessoa. Doar o seu próprio sangue para salvar a vida de outros, de facto, é um ato de altruísmo insubstituível, solidário e essencial à vida, mas também essencial ao funcionamento de qualquer serviço de saúde e também do Serviço Nacional de Saúde.

Não é o ato de doação de sangue que assegura as cirurgias. O que assegura as cirurgias é a vontade dos doadores anónimos quando colocam o seu próprio sangue, gratuitamente, à disposição de quem precisa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Armando Grave** (CH): — O ato de doar sangue é um ato de dar vida a alguém que nem se conhece. É estender a mão a alguém que não conhecemos, mas a quem queremos dar a possibilidade de viver. A verdade é que a necessidade da dádiva de sangue é contínua.

O Partido Chega, além de agradecer aos doadores o cuidado de disponibilidade e exercício do dever cívico, quer saber se o PSD o acompanha no nosso projeto de resolução, que é uma iniciativa focada no lado operacional do Serviço Nacional de Saúde: garantir mais dádivas e maior segurança, através de medidas de organização e capacidade, e assim melhorar a vida e saúde de todos os portugueses e portuguesas.

Sr.^{as} e Srs. doadores de sangue, a vossa vontade e o vosso sangue está, neste momento, a salvar vidas. Em nome da bancada parlamentar do Chega, muito obrigado.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Liliana Fidalgo.

A Sr.^a **Liliana Fidalgo** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Armando Grave, como disse na minha intervenção, o PSD acredita em políticas concretas para este tema e não em medidas que refletem uma superioridade moral.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso é resposta?!

A Sr.^a **Joana Seabra** (PSD): — Ele perguntou! Ele perguntou se acompanhavam!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Onde é que isso é superioridade moral?!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Neste momento a Mesa não tem inscrições.

Pausa.

Inscreeveu-se o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do Grupo Parlamentar do CDS, a quem dou a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos hoje várias iniciativas relacionadas com o Estatuto do Dador de Sangue e estamos todos de acordo, penso eu, relativamente à urgência de incentivar e aumentar as nossas reservas de sangue nos hospitais.

Temos, na nossa perspetiva, que criar incentivos para que as pessoas que doam sangue deem sangue em mais quantidade e com mais regularidade.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o caminho deve passar, na nossa perspetiva, por campanhas de sensibilização e pela articulação entre autarquias, escolas e unidades locais de saúde. Deve passar também

por garantir que os horários são alargados e permitem às pessoas que querem dar sangue conciliar este ato voluntarioso e generoso com os seus deveres laborais e familiares.

Por isso, não podemos concordar com as soluções que a extrema-esquerda traz a este debate.

Neste momento, o Deputado do BE Fabian Figueiredo olhou para o orador.

A extrema-esquerda, Deputado Fabian Figueiredo — fez bem em olhar, porque era exatamente relativamente às suas propostas que eu gostaria de me pronunciar. Isto porque, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, o que o Bloco propõe é de uma enorme irresponsabilidade, sobretudo neste momento e nesta fase em que se discute a reforma laboral na concertação social.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Ah...!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Deputado, antes de impor mais custos,...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mais custos?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... antes de impor mais burocracia e antes de impor mais instabilidade no mundo laboral, começemos — e é essa a nossa proposta — por garantir que as pessoas têm condições para dar sangue em todo o território e, se possível, fora do horário de trabalho, alargando nessa matéria e flexibilizando as regras e os horários de trabalho. É esse o caminho, não é a proposta do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa volta a não ter inscrições, embora haja vários grupos parlamentares com tempos disponíveis.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não vamos recomeçar o jogo habitual. Ou os grupos parlamentares se inscrevem ou passamos ao encerramento imediatamente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Encerrar!

Pausa.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Passamos, então, ao encerramento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, começo por lamentar que as bancadas que suportam o Governo tenham preferido a chalaça em vez de enfrentar a seriedade do problema.

Eu não responderei nos mesmos termos do Sr. Deputado Paulo Nuncio, mas queria chamar a atenção para a seriedade do problema que aqui se trata. Há menos doadores, Sr. Deputado, há uma dificuldade de renovação geracional, há menos dádivas.

O problema é sério e as federações de doadores chamam a atenção da Assembleia da República sobre este problema há várias legislaturas. E há várias legislaturas que apresentamos esta proposta, que já existiu em Portugal com efeito positivo.

Nenhuma empresa deixou de laborar porque houve mais pessoas a dar sangue, muito pelo contrário. Mas houve muitas mais cirurgias que se fizeram atempadamente porque não faltou sangue.

Isto não é uma questão de extrema-esquerda, mas é uma questão de extrema necessidade e, ou agimos agora, como nos alertam, ou vamos arrepende-nos por não termos tomado as medidas, que funcionam, que já existiram em Portugal e que funcionam noutros países.

Temos de aumentar o número de dádivas. E porquê durante a semana? Porque, como qualquer profissional de saúde que esteja envolvido neste processo lhe pode explicar, é mais fácil gerir um *stock*

durante a semana do que ao fim de semana. É muito melhor para o sistema receber sangue durante a semana para garantir cirurgias programadas.

Não é por acaso que as federações, todos os anos, se dão ao trabalho — e a volto a saudá-las — de fazer petições para chamar a atenção do órgão de soberania que pode legislar sobre esta matéria, que é a Assembleia da República. São elas que alertam.

Temos menos de 10 000 dadores e, ou tratamos deste problema atempadamente, ou, Sr. Deputado Paulo Nuncio, chegará uma altura em que o sistema vai mesmo colapsar.

Não vale a pena ignorar o problema, enterrar a cabeça na areia e não levar a sério o estado crítico em que se encontram as nossas reservas de sangue.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A solução é que é errada!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, sim, esta sexta-feira podemos dar o passo certo para reforçar a solidariedade na sociedade portuguesa, que salva vidas todos os dias.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, com esta intervenção de encerramento, terminamos a nossa ordem de trabalhos de hoje.

Lembro que a nossa próxima sessão plenária será amanhã às 10 horas e tem como agenda o debate setorial ao abrigo do artigo 224.º-B do Regimento, nos termos que se encontram devidamente detalhados nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Boa noite, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Até amanhã.

Eram 19 horas e 11 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.